

# América Latina em tempos de pandemia

América Latina en tiempos de pandemia:  
desigualdad, desarrollo y democracia

## DESIGUALDADE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Ana Garcia  
Maria Elena Rodriguez  
Pablo Ospina  
(Orgs.)



# América Latina em tempos de pandemia

América Latina en tiempos de pandemia:  
desigualdad, desarrollo y democracia

## **DESIGUALDADE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA**

Ana Garcia  
Maria Elena Rodriguez  
Pablo Ospina  
(Orgs.)



©Selo Interseções, Editora PUC-Rio

Em parceria com o Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio

© Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225, Casa da Editora PUC-Rio

Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900

Telefone: (21)3527-1760/1838

edpucrio@puc-rio.br

www.editora.puc-rio.br

*Projeto de capa*

Guilherme Xavier

*Editoração de miolo*

SBNigri Artes e Textos Ltda.

*Preparação de texto*

Tatiana Helich

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

América Latina em tempos de pandemia [recurso eletrônico]: desigualdade, desenvolvimento e democracia / Ana Garcia, Maria Elena Rodriguez, Pablo Ospina (orgs.). – Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2023.

1 recurso eletrônico (130 p.) – (Coleção Interseções)

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 16 de maio de 2023.

Inclui bibliografia

Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader.

ISBN (Editora PUC-Rio): 978-65-88831-95-3

ISBN (Universidad Andina Simón Bolívar): 978-9942-641-11-3

1. América Latina – Política e governo. 2. América Latina – Condições econômicas. 3. América Latina – Condições Sociais. 4. Pandemia de Covid-19, 2020- – América Latina. I. Muller, Ana Elisa Saggioro Garcia. II. Rodriguez Ortiz, Maria Elena. III. Ospina Peralta, Pablo. IV. Série.

CDD: 320.98

# Sumário

- 7 Apresentação**  
Ana Garcia  
Maria Elena Rodriguez  
Pablo Ospina

- 11 Presentación**  
Ana Garcia  
Maria Elena Rodriguez  
Pablo Ospina

- 14 Introdução**  
Carlos Mussi

## Parte 1 Debates

- 27 Medio ambiente, extractivismo y desarrollo**  
Maria Elena Rodriguez  
Patricia Gualinga  
Pablo Solón  
Tatiana Roa  
Enrique Viale

- 47 América Latina entre China y EEUU: nuevas configuraciones del orden mundial**  
Ana Garcia  
Ana Esther Ceceña  
Luciana Ghiotto  
Carlos Aguiar de Medeiros

- 69 Desigualdades y Retos Sociales**  
Paulo Esteves  
Mariana Rulli  
Simone Cecchini  
Julián Messina

**Parte 2**  
**Ensayos**

- 91 Aquí estoy porque he venido**  
Rocío Silva Santisteban
- 100 Una nueva coyuntura, retos contemporáneos**  
José Maurício Domingues
- 105 El desarrollo, un futuro pasadista para América Latina**  
Alberto Acosta
- 113 América Latina en tiempos de pandemia: desigualdades, desarrollo y democracia**  
Diana Tussie
- 125 Oportunidades y desafíos del gobierno de Gustavo Petro y Francia Márquez**  
Alejandro Mantilla Quijano

# Apresentação

Ana Garcia<sup>1</sup>

Maria Elena Rodriguez<sup>2</sup>

Pablo Ospina<sup>3</sup>

Este livro é a memória do seminário realizado em outubro de 2021, “América Latina em tempos de pandemia: desigualdade, desenvolvimento e democracia”. A região foi uma das mais afetadas pela pandemia da Covid-19, que trouxe grandes desafios econômicos, sociais e políticos no mundo. A crise na área da saúde exacerbou as desigualdades e a fragilidade dos sistemas sociais, além de colocar em xeque a economia e o emprego na região. A fome e a pobreza, que acreditávamos estar diminuindo, voltaram a aumentar. Muitos dos países da região já vivenciavam um processo de desaceleração da atividade econômica, assim como episódios de instabilidade e incerteza política derivados, em grande medida, do descontentamento diante dos altos níveis de desigualdade social e falta de transparência institucional. Assim, a pandemia da Covid-19 aprofundou tais crises e colocou à prova as instituições democráticas, dinâmicas sociais e as estruturas econômicas.

Atualmente, novas mudanças se apresentam. De um lado, o conflito na Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, trouxe grandes tensões geopolíticas e econômicas na ordem mundial, e aponta para mudanças de longo prazo nas relações de poder internacional. De outro, novas forças de esquerda trazem esperança para promover as transformações necessárias na América Latina: no Chile, o processo constitucional avança com representação indígena e feminista, impulsionada pelo novo governo de Gabriel Boric, e deverá substituir a constituição deixada pela ditadura de Augusto Pinochet; na Colômbia, o primeiro governo de esquerda é eleito, tendo à frente Gustavo Petro e juntamente à militante camponesa e negra, Francia Márquez; na Argentina, a força dos movimentos feministas impulsionou uma mudança na legislação sobre direitos reprodutivos; no Equador, movimentos

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha, e doutora em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, com período de pesquisa na York University, Canadá. Professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Diretora do BRICS Policy Center.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Possui graduação em Direito e Mestrado em Direito ao Desenvolvimento pelo Graduate Institute – Genebra. É professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Coordenadora do Núcleo de Estudos Ibero-americanos/PUC-Rio e pesquisadora do Brics Policy Center.

<sup>3</sup> Historiador equatoriano. Mestre em Antropologia na Universidade Ibero-americana, México D.F e doutor pelo CEDLA – Universidade de Amsterdam. Professor da Universidade Simón Bolívar, Quito. Pesquisador do Instituto de Estudos Equatorianos.

indígenas continuam mobilizados nas ruas; e, no Brasil, organizações de povos originários ganham força política sem precedentes como resistência à devastação de seus territórios e à extrema direita no governo.

Todos eles têm em comum uma importante mudança programática para a esquerda latino-americana: um afastamento dos programas baseados na exploração mineral e petrolífera orientados para os mercados internacionais (mas justificados para o financiamento de políticas sociais) – o chamado neoextrativismo – dando lugar a uma economia descarbonizada, uma indústria e agricultura articuladas em torno da natureza, o conhecimento como fator fundamental de produtividade e uma economia social e sustentável. Tudo isso no âmbito da inclusão de atores anteriormente subordinados: povos indígenas, negros e mulheres.

Durante o seminário em outubro de 2021, dentre inúmeros temas relevantes, destacamos algumas questões que nos pareceram estratégicas e que representavam os principais desafios da América Latina no mundo pós-pandemia. São elas:

- **Ameaças à democracia e desafios políticos:** Que desafios se colocam para as democracias na região? Como compreender a ascensão de forças políticas de extrema-direita e novas forças de esquerda? Como compreender a crise de representação dos partidos tradicionais e quais os impactos dos protestos e manifestações em vários países da região? Como a reação dos Estados no enfrentamento da pandemia agravou, acentuou ou acelerou os atuais processos de reivindicação democrática nas ruas? Como a gestão da pandemia afetará o denso processo eleitoral nos próximos anos? Os governos serão responsabilizados por tal gestão?
- **Meio ambiente, extrativismo e desenvolvimento:** Como compreender os atuais retrocessos nas políticas e práticas ambientais na América Latina? Quais são os efeitos das mudanças climáticas na região e quais são os compromissos dos diferentes países na agenda do clima? Quais as oportunidades e os riscos que surgem com o aprofundamento da matriz extrativista e com novo *boom das commodities* que se apresenta? Como se caracterizam as lutas e resistências nos territórios?
- **América Latina entre China e EUA: novas configurações da ordem mundial:** Que lugar ocupa a América Latina na disputa comercial e tecnológica entre EUA e China? Que desafios e oportunidades se apresentam para a região nas relações com a China em termos de comércio e investimentos? Como superar a dependência da matriz primário-exportadora e ascender nas cadeias globais de valor? Qual o lugar da América Latina na administração Biden nos EUA em termos da segurança e da geopolítica regional e global? Como fica a integração regio-

nal sul-americana diante dessas mudanças? Quais as chances para um processo de integração autônomo e soberano, com resultados sociais e ambientais positivos para as sociedades latino-americanas?

- **Desigualdades e desafios sociais:** Quais impactos sociais sofre a América Latina com a pandemia do coronavírus? Que desafios se colocaram para a garantia dos direitos econômicos e sociais? Que novas formas de desigualdades surgem ou foram acirradas com a pandemia? Como se reconfigura o mundo do trabalho? Como enfrentar o crescente endividamento? Qual o papel dos Estados nacionais na recuperação econômica e social no período pós-pandemia?

Os resultados dos debates e exposições do seminário foram transcritos e estão expostos neste livro. Dividimos o livro em duas partes. A primeira traz as transcrições de três mesas de debates que tiveram lugar no evento, documentando os debates em torno das temáticas e perguntas acima propostas. As mesas tiveram como convidados membros da academia, sociedade civil e organizações internacionais. Dentre eles, estão: Patricia Gualinga (líder Sarayaku, Equador), Pablo Solón (Fundación Solón, Bolívia), Tatiana Roa Avendaño (Censat, Colômbia), Enrique Viale (Advogado ambiental, Argentina), Ana Esther Ceceña (UNAM, México), Luciana Ghiotto (UNSAM e CONICET, Argentina), Carlos Aguiar Medeiros (UFRJ, Brasil), Mariana Rulli (Universidad Nacional de Río Negro, Argentina), Simone Cecchini (CEPAL) e Julián Messina (BID). As mesas foram coordenadas pelos professores do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Maria Elena Rodriguez, Ana Garcia e Paulo Esteves.

A segunda parte traz ensaios de alguns dos expositores que participaram das mesas de abertura e de encerramento, bem como a mesa de debates sobre desafios políticos. São eles: Carlos Mussi (CEPAL, Brasil), Rocio Silva Santisteban (Parlamentar Frente Amplio, Peru), Jose Mauricio Domingues (IESP/Uerj, Brasil), Alberto Acosta (FLACSO, Equador) e Diana Tussie (FLACSO, Argentina). A mesa sobre desafios políticos foi coordenada por Pablo Ospina (Universidad Andina Simón Bolívar, Equador) e a mesa de encerramento por Andrea Hoffmann (IRI/PUC-Rio).

Encerramos esta apresentação com nosso especial agradecimento a Isa Mendes (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ibero-americanos da PUC-Rio) pelo apoio na organização do seminário, e a Claudia Darze (Núcleo de Pesquisa e Publicações do IRI/PUC-Rio) pelo apoio na organização deste livro. Além delas, agradecemos à equipe do BRICS Policy Center (PUC-Rio) pelo apoio logístico na organização do evento.

Boa leitura!

# Presentación

Ana García<sup>1</sup>

María Elena Rodríguez<sup>2</sup>

Pablo Ospina<sup>3</sup>

Este libro es la memoria del seminario realizado en octubre de 2021, “América Latina en tiempos de pandemia: desigualdad, desarrollo y democracia”. La región fue una de las más afectadas por la pandemia de Covid-19, que supuso grandes retos económicos, sociales y políticos para todo el mundo. La crisis de salud ha exacerbado las desigualdades y la fragilidad de los sistemas sociales, además de poner en riesgo la economía y el empleo en la región. El hambre y la pobreza, que creíamos ver disminuyendo, aumentaron. Muchos de los países de la región ya vivían una desaceleración de las actividades económicas y episodios de inestabilidad e incertidumbre política derivados, en gran medida, del descontento por la desigualdad social y la falta de transparencia institucional. La pandemia del Covid-19 profundiza esas crisis y pone a prueba las instituciones democráticas, la dinámica social y las estructuras económicas.

Ahora presenciamos nuevos cambios. Por un lado, el conflicto en Ucrania, iniciado en febrero de 2022, ha provocado grandes tensiones geopolíticas y económicas en el orden mundial. Despuntan transformaciones de largo plazo en las relaciones de poder internacionales. Por otro lado, las nuevas fuerzas de izquierda traen esperanzas de promover una serie de transformaciones tan necesarias en América Latina. En Chile, el proceso constituyente avanza con representación indígena y feminista, impulsado por el nuevo gobierno de Gabriel Boric, para

---

1 Maestría en Ciencias Políticas en la Universidad Libre de Berlín, Alemania, y PhD en Relaciones Internacionales en la PUC-Rio, con período de investigación en la Universidad de York, Canadá. Profesora del Instituto de Relaciones Internacionales de la PUC-Rio y del programa de posgraduación en Ciencias Sociales de la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro. Directora del BRICS Policy Center.

2 Abogada con maestría en Estudios del Desarrollo en el Graduate Institute – Ginebra y PhD en Sociología en el IESP-UERJ. Profesora de Instituto de Relaciones Internacionales de la PUC-Rio, Coordinadora del Núcleo de Estudios Iberoamericanos de la PUC-Rio e investigadora del BRICS Policy Center.

3 Historiador ecuatoriano. Magíster en Antropología en la Universidad Iberoamericana, México D.F y PhD en el CEDLA de la Universidad de Ámsterdam. Profesor de la Universidad Simón Bolívar, Quito. Investigador del Instituto de Estudios Ecuatorianos.

sustituir la constitución legada por la dictadura de Augusto Pinochet. Colombia acaba de elegir el primer gobierno de izquierda, con Gustavo Petro y Francia Márquez, activista campesina y negra, a la cabeza. En Argentina, la fuerza de los movimientos feministas ha impulsado un cambio en la legislación sobre derechos reproductivos; en Ecuador, los movimientos indígenas siguen movilizándose en las calles; y en Brasil, las organizaciones de los pueblos originarios adquieren una fuerza política sin precedentes como resistencia a la destrucción de su territorio y a la extrema derecha en el gobierno.

Todos estos procesos tienen en común el llamado a realizar un importante giro programático para la izquierda latinoamericana: abandonar los programas basados en la explotación de minerales y petróleo destinados a los mercados internacionales (pero justificados por la financiación de las políticas sociales) -el llamado neoextractivismo- en favor de una economía descarbonizada, una industria y una agricultura articulada hacia la naturaleza, al conocimiento como factor fundamental de la productividad y una economía social y sostenible. Todo ello en el marco de la inclusión de los actores antes subalternizados: los pueblos indígenas, los negros y las mujeres.

Durante el seminario de octubre de 2021, entre los numerosos temas relevantes tratados en detalle, destacamos algunas cuestiones estratégicas; auténticos desafíos para América Latina en el mundo post-pandémico:

- **Amenazas a la democracia y desafíos políticos:** ¿Qué desafíos enfrentan las democracias en la región? ¿Cómo entender el surgimiento de fuerzas políticas de extrema derecha y nuevas fuerzas de izquierda? ¿Cómo entender la crisis de representación de los partidos tradicionales y cuáles son los impactos de las protestas y manifestaciones en varios países de la región? ¿Cómo la reacción de los Estados en el combate a la pandemia ha agravado, acentuado o acelerado los actuales procesos de reivindicación democrática en las calles? ¿Cómo afectará la gestión de la pandemia al denso proceso electoral de los próximos años? ¿Los gobiernos serán castigados por dicha gestión?
- **Medio ambiente, extractivismo y desarrollo:** ¿Cómo entender los retrocesos actuales en las políticas y prácticas ambientales en América Latina? ¿Cuáles son los efectos del cambio climático en la región y cuáles son los compromisos de los diferentes países en la agenda climática? ¿Cuáles son las oportunidades y riesgos que surgen con la profundización de la matriz extractiva y con el nuevo “boom de las commodities”

que resurge en la región? ¿Cómo se caracterizan las luchas y resistencias en los territorios?

- **América Latina entre China y Estados Unidos: nuevas configuraciones del orden mundial:** ¿Qué lugar ocupa América Latina en la disputa comercial y tecnológica entre Estados Unidos y China? ¿Qué desafíos y oportunidades enfrenta la región en términos de relaciones comerciales y de inversión con China? ¿Cómo superar la dependencia de la matriz primaria-exportadora y participar en las cadenas de valor globales? ¿Cuál es el lugar de América Latina en la administración estadounidense de Biden en términos de seguridad y geopolítica regional y global? ¿Cómo se posiciona el debate de la integración regional sudamericana frente a estos cambios? ¿Cuáles son las posibilidades de un proceso de integración autónomo y soberano, con logros sociales y ambientales positivos para las sociedades latinoamericanas?
- **Desigualdades y desafíos sociales:** ¿Qué impactos sociales sufre América Latina derivados de la pandemia del coronavirus? ¿Qué desafíos se han planteado para garantizar los derechos económicos y sociales? ¿Qué nuevas formas de desigualdades surgen o se han agravado con la pandemia? ¿Cómo se reconfigura el mundo del trabajo? ¿Cómo lidiar con el creciente endeudamiento? ¿Cuál es el papel de los Estados nacionales en la recuperación económica y social en el período post pandemia?

Los resultados de los debates y presentaciones del seminario se transcribieron y se recogen en este libro. Hemos dividido el libro en dos partes. La primera parte contiene las transcripciones de tres mesas redondas que tuvieron lugar durante el evento, documentando los debates en torno a los temas y preguntas propuestos anteriormente.

Las mesas tuvieron como invitados a miembros del mundo académico, de la sociedad civil y de organizaciones internacionales. Entre ellos están: Patricia Gualinga (líder de Sarayaku, Ecuador), Pablo Solón (Fundación Solón, Bolivia), Tatiana Roa Avendaño (Censat, Colombia), Enrique Viale (abogado ambientalista, Argentina), Ana Esther Ceceña (UNAM, México), Luciana Ghiotto (UNSAM y CONICET, Argentina), Carlos Aguiar Medeiros (UFRJ, Brasil), Mariana Rulli (Universidad Nacional de Río Negro, Argentina), Simone Cecchini (CEPAL) y Julián Messina (BID). Las mesas fueron coordinadas por los profesores del Instituto de Relaciones Internacionales de la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro (IRI/PUC-Rio), María Elena Rodríguez, Ana García y Paulo Esteves.

La segunda parte recoge los ensayos de algunos de los ponentes que participaron en las mesas de apertura y clausura, así como en la mesa de debate sobre los retos políticos. Ellos son: Carlos Mussi (CEPAL, Brasil), Rocío Silva Santisteban (Parlamentaria del Frente Amplio, Perú), Jose Mauricio Domingues (IESP/Uerj, Brasil), Alberto Acosta (FLACSO, Ecuador) y (Diana Tussie (FLACSO, Argentina). La mesa sobre los desafíos políticos fue coordinada por Pablo Ospina (Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador) y la mesa de clausura por Andrea Hoffmann (IRI/PUC-Rio).

Cerramos esta presentación con nuestro especial agradecimiento a Isa Mendes (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ibero-americanos, PUC-Rio) por su apoyo en la organización del seminario, y a Claudia Darze (Núcleo de Pesquisa e Publicações, IRI/PUC-Rio) por su apoyo en la organización de este libro. Además, agradecemos al equipo del BRICS Policy Center (PUC-Rio) el apoyo logístico en la organización del evento.

¡Buena lectura!

# Introdução

Carlos Mussi<sup>1</sup>

Ao pensar no subtítulo deste Seminário e, conseqüentemente, desta obra, percebemos que se trata de 3 dês: desigualdade, desenvolvimento e democracia. O professor Luiz Roberto Cunha sabe certamente que muitos colegas já tentaram identificar a causalidade entre essas vertentes, procurando saber o que é que vem primeiro: a democracia, o desenvolvimento ou a igualdade. Tem dois dês que podem ser considerados também: a ideia de desafio, como é o que vamos tratar ao longo desta semana, e um outro d que seria de desastres, tanto políticos como naturais. Tenho por objetivo, na minha exposição, adotar um perfil bem didático, apresentando gráficos, números e evidências.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que antes da pandemia o mundo já não estava indo muito bem. A recuperação da grande crise de 2008 e 2009 não estava sendo tão rápida como desejada e também já estava trazendo várias perspectivas de baixo investimento, baixo crescimento e, aqui na região, teve estagnação. O Brasil liderou essa ideia de uma grande recessão, parecia que tínhamos saído da tempestade da crise financeira internacional e fomos logo pegos por uma tempestade doméstica. Estamos nesse debate de como sair dessa grande recessão de onde estávamos voltando; apesar disso não estávamos piorando, mas também não tínhamos perspectiva. A grande questão não é só a queda de PIB e o próprio mercado internacional, mas também a queda do investimento, e isso é importante. É importante pensarmos nesse novo ciclo e nesses novos estilos de desenvolvimento. Isso já era possível de ser visto. A região da América Latina e o Caribe estava ficando para trás, e a pandemia vai nos colocando ainda mais para trás, como por exemplo nas medidas PIB, de taxas médias de PIB. A própria África já estava nos alcançando em termos de médias. Mas estamos ficando uma região para trás, sem crescer, uma região que não mostra dinamismo. O último símbolo de dinamismo foi bem clássico nosso, um ciclo de commodities, investimentos muito ligados a essa produção de commodities e de novas commodities, como talvez seja o caso do Brasil com o Pré-sal, e, sem muita diversificação, o investimento seguia tendências quase seculares na região; ao passo que outras regiões estavam voltando ao inicial, à exploração de seus recursos naturais, como

---

<sup>1</sup> Diretor da CEPAL no Brasil. Mestrado em Economia de 1980 a 1982.

é o caso da África, ou outras regiões, que estavam incentivando sua diversificação tecnológica e de produto.

O que chama atenção desses anos de 2010 até a pandemia são as desigualdades crescentes no mundo, ou seja, o gráfico que estou apresentando mostra a evolução da renda real percentil. No início de 1980 os mais pobres continuaram mais pobres, mas as pessoas da classe média começaram a ficar relativamente mais pobres, isso demonstra que não houve tanto crescimento dos extremamente pobres, mas de novos pobres, e os mais ricos cresceram como nunca. Ou seja, o tema que é o primeiro item dos dês da proposta do seminário e que é muito característico da América Latina, (já teria isso escrito nas décadas de 1960, 1970, 1980) é as desigualdades, que se tornou depois em uma problemática mundial. Os países desenvolvidos começaram a ver que um 1% ganhava muito, coisa que nós aqui na região já sabíamos há muito. Mas isso se tornou um tema de política econômica, de política e também de soluções de como lidar com isso. Muitos colocam que esta barriga [apresentada na exposição], representada pela classe média, tem permitido muitos movimentos antidemocráticos. Essa classe media, essa população sentiu-se espremida, seja pelos pobres que estavam chegando, seja pela distância cada vez maior que tinham em relação aos ricos.

Também não podemos deixar de lembrar do nosso grande *default*, acredito que qualquer latino-americano quando fala de desigualdade vai falar sobre isso: somos a região mais desigual do mundo, somos extremamente pobres e extremamente ricos, ainda que tenha tido uma certa melhora nesse período pelo menos até 2015 em alguns países.

Um outro desafio desses anos que persiste é a questão do meio ambiente. Até parabenizo a escolha das mesas por ter esses temas principais, democracia, inserção da região no mundo, meio ambiente etc., todos esses fatores que em termos econômicos, são fatores exógenos. Nós, da América Latina, pouco podemos influenciar na questão do meio ambiente se não trabalharmos conjuntamente com o resto do mundo. Pouco podemos influenciar na questão das grandes potências, entre EUA e China, quando o nosso principal objetivo é o de não levarmos tiros dos dois lados, uma vez que estamos em uma situação que podemos ser prejudicados tanto pela China quanto pelos EUA. Temos que ver como podemos nos inserir, mas é algo exógeno a nós. Sobre a briga entre eles e a nova estrutura do comércio internacional, pouco podemos influenciar atualmente, a não ser sobre mecanismos multilaterais, que cada vez tem um papel menor, infelizmente.

E, no meio ambiente, temos essa discussão, e essa questão não é só um problema para nós, é um problema para as nossas gerações futuras. A perspectiva é

de que até 2100 vamos ter um cenário de clima muito diferente se não atuarmos; especialmente se a temperatura continuar aumentando no cenário que mostra o IPCC, vamos ter mudanças muito drásticas em termos de economia e também de política. Então aqueles três dês de desigualdade, desenvolvimento e democracia vão estar muito influenciados pelo D de desastre climático.

E como podemos incluir isso na discussão? Eu acho que vocês de Relações Internacionais também são cientistas políticos, cientistas sociais e até economistas, têm de pensar nesse cenário, no que podemos mitigar primeiro, mas também como temos que nos adaptar e precaver. O Brasil é apontado em vários cenários como um dos mais impactados no que tange à região da América Latina, em termos de mudanças de padrões de chuvas, de temperatura e, portanto, atacando os nossos recursos naturais, que são a base da nossa economia. Assim, do mesmo modo, poderia falar do Equador, com a questão do próprio degelo. Ou seja, a possibilidade de ter acesso à água está muito ligada ao ciclo de neves e chuvas nos Andes, e já estamos observando menores precipitações e uma diminuição na camada de gelo nos Andes latino-americanos. Isso é outro aspecto que ficou muito evidente nesses últimos anos, por nossa ação, que era a continuidade da perda da área coberta. Um jargão que vocês irão aprender, muito usado em diplomacia e até mesmo em economia, para não falar muito no popular é: perda de capital natural, que no popular é desmatamento. Essa questão já vinha antes, é só reparar nos últimos 25 anos entre 1990 e 2015, essa tendência não tem melhorado na região.

Falando do contexto brasileiro, nós já estamos vindo para uma queda dramática. O período de 2014-2019 foi o de menor crescimento desde a década de 1950. Estávamos com quase uma média anual negativa, sem falar na perda de renda per capita. Poucas pessoas lembram que nossa renda per capita hoje está menor do que certamente aquela de 2014 e 2012, ou seja, podemos chegar em 2024 com uma renda per capita inferior à que tínhamos há dez anos atrás. Isso é pior do que a década perdida dos anos 1980, onde o Brasil teve um desempenho até que um pouquinho melhor do que o resto da região.

A pobreza aumentou e com a pandemia ela foi reforçada, mas é bom lembrar que ela já estava aumentando em 2018 e 2019, a nossa taxa de desemprego já era algo em torno de 12, 13, 14%, então a situação no mercado de trabalho e de renda já estava bem deteriorada. E ainda que nós tenhamos diminuído muito o nível de pobreza nos anos 2000, início do século 21, e até o de extrema pobreza com os programas de transferência sociais, mesmo assim a extrema pobreza subiu em 2003 a 2014 3.9% mais de 50% de aumento e com grande velocidade. E, claro, a degradação do meio ambiente, que nós brasileiros somos muito responsáveis por

isso, se tornou um tema global, cada vez mais presente nas discussões sobre emissão de carbono, a própria evolução do Acordo de Paris, onde tivemos que fazer nossas declarações de uso de carbono etc.

A chegada da crise nos pegou em um contexto de insustentabilidades estruturais e consequências agudas. Não tínhamos mais o famoso espaço fiscal, que nós tínhamos em 2008/2009, vocês se lembram? O Brasil – me desculpem se dou muito o exemplo brasileiro, é que é em função de onde eu trabalho, não tem muito jeito –, em 2008, o país tinha um fundo soberano para investimento, mesmo parecendo que era só para a Arábia Saudita, este se perdeu em todo o espaço fiscal que utilizamos. Fizemos algumas políticas fiscais anticíclicas, mas infelizmente e especialmente no caso de recuperação, de expansão de gastos fiscais, se cria uma certa inércia. E temos também uma inércia fiscal, ou seja, há uma tendência de que os patamares de gastos não podem ser ajustados. Eu sei que é polêmica a frase, mas quando a gente faz uma política anticíclica necessária em determinado momento, nós não sabemos o tempo certo de atenuá-la ou pôr fim a ela. Para aqueles que um dia irão entrar em políticas públicas, há um ditado aqui em Brasília que é: “começar um programa é muito fácil, terminá-lo é quase impossível”. Mesmo que ele se prove pouco eficiente, sempre vai ter uma caixinha no orçamento e sempre será utilizado como argumento de expansão de gasto.

O ano de 2020 foi o pior ano para a região desde que se mensura no início do século 20. São períodos muitos semelhantes à Grande Depressão, a Primeira Guerra, até a Segunda Guerra, não foi tão ruim para a região, porque éramos provedores de recursos para os EUA e para outros países. Ou seja, essa ideia de ser uma região estagnada e tudo não é verdadeira, apenas estamos justamente nisso e infelizmente vivendo nela. Como isso será interpretado no futuro? Vamos ver ainda, estão dizendo que a nossa geração, principalmente vocês, conseguirão superar.

No caso do Brasil, 2020 não foi o pior dos anos, tivemos anos ruins na crise da dívida, no próprio Plano Collor. As guerras, por nossa capacidade de inserção, não foram tão dramáticas – este é um bom gráfico para um curso de economia brasileira. Existiram várias políticas anticíclicas; para os mais curiosos que quiserem ver o ano de 1931 ou um pouco antes, é possível visualizar que bateu em 1933 e teve uma recuperação verdadeira com a política do café. Ou seja, 2020 foi um ano extremamente ruim, mas já conseguimos nos recuperar de anos tão ruins como 1981 e 1990 e vamos sair dessa nos próximos anos.

O que é bom lembrar é que se nos anos 1930 tivemos o V do Vargas, queimando café, tivemos agora o B de bolsas, bolsa família, o auxílio emergência etc. O Brasil foi o país que mais gastou, e é o que o economista Paulo Guedes – que

foi meu professor na PUC – sempre fala: em termos de valores, em números e medidas, o Brasil teve muita iniciativa em ações frente à crise. O número de iniciativas – está certo que o federalismo faz essa multiplicação de ações – e o próprio valor de R\$ 600,00 do auxílio emergencial eram equivalentes, para nós da CEPAL, a uma vez ou a duas vezes da linha da pobreza e de várias linhas da extrema pobreza. Em tese, se um marciano tivesse chegado no Brasil em agosto de 2020 e fosse fazer um estudo sobre pobreza, iria mensurar que não tínhamos extrema pobreza no Brasil, porque todo mundo tinha uma renda de 600 reais ou mais em cada domicílio. Infelizmente, sabemos que isso foi temporário e corroído por algo que o professor Roberto Cunha sempre fala, estuda e nos alerta, que é a inflação. De qualquer maneira, sem as transferências teríamos mais pobres e mais extremamente pobres, o que é extremamente importante para o cenário em 2022.

Saindo um pouco da casca do economista, 2022 é um dos anos de maior número de eleições na região e muitas eleições presidenciais. Portanto, será um ano instável em termos de escolha do eleitorado e das condições econômicas que esse eleitor vai estar enfrentando naquele instante; e infelizmente os eleitores, claro, têm uma perspectiva de futuro, mas eles têm uma ponderação muito maior na decisão, comparando o passado. No Brasil, em números da CEPAL de julho do ano passado, em termos de qual que era a perspectiva de extrema pobreza e de pobres, se isso for mensurado hoje, acho que teremos isso com a queda do auxílio emergencial e até nos meses em que não existirão os pagamentos mensais, em parte você pode ver isso com o aumento da insegurança alimentar.

Na crise ambiental, como um bom cepaliano, tenho que citar meus gurus e Raul Prebisch é um deles. Prebisch, um pouco antes de morrer nos anos 80's já estava curioso sobre a questão ambiental, dizendo que “não estamos diante de novos problemas, mas de problemas velhos que têm se tornado mais graves”. Se eu quiser colocar a palavra Governança Ambiental ou Governança de Recursos Naturais, vamos ver que isso também está alinhado ao que o Prebisch falava, o que tivemos sempre, o desafio da governança dos nossos recursos naturais, só que hoje está muito mais grave, e surge a questão de como fazer essa governança frente as restrições que o próprio clima que está nos trazendo.

A emergência climática se impõe. O ano de 2020 já trouxe vários episódios, incluindo o ciclone bomba e tornados que atingiram Santa Catarina. E tivemos nesta semana ciclone bomba bem desenvolvido na região da Califórnia, que também tem os seus incêndios etc. Ou seja, os casos extremos climáticos estão cada vez mais forte e mais frequentes.

Então, a conclusão que já tínhamos, e que com a Covid vai ficando mais clara, é que precisamos de uma recuperação totalmente transformadora com sustentabilidade e igualdade. Isso é um pouco respondendo aos dês: desenvolver com igualdade, que é um termo que a CEPAL incorporou desde 2010. Não é igual de sermos iguais a todos, mas muito mais na igualdade e aí os cientistas políticos podem ligar isso com a democracia, uma igualdade de cidadania, uma igualdade de acesso, uma igualdade frente a uma cultura de privilégios, que infelizmente é uma característica da região.

O que estamos vendo é que essa recuperação também traz um paradoxo. Para dizer em ordem alfabética, os economistas consideram muito uma recuperação em V, mas o que estamos vendo é uma recuperação em K, ou seja, você tem uma recuperação, mas depois tem um desvio com os mais pobres que caem ou nos ricos que continuam a crescer e se recuperar. Mas se você acredita muito na média vão dizer que é uma recuperação para um W, você cai, se recupera, volta crescer etc. Ou, seja, nós estamos crescendo ainda com persistentes problemas estruturais, desigualdade, pobreza, pouco investimento, e essa é uma palavra que vocês têm que sempre lembrar: investimento. Sem investir não crescemos e não desenvolvemos, mas temos que ver que esse investimento hoje em dia tem muitas condicionalidades.

Outro aspecto muito importante que, por vezes, a gente se esquece, é a baixa produtividade. Estamos ficando para trás em termos tecnológicos, e aqui há um fator exógeno, pois não temos capacidade de inovação. Mas também devemos buscar essa baixa produtividade em um outro fator exógeno, que talvez poderíamos colocar em um futuro seminário, que é a questão demográfica. Ou seja, vocês e seus filhos e seus netos deverão ser cada vez mais produtivos para manter todos vocês na velhice. Esse grupo de pessoas terá que ser muito mais produtivo e, conseqüentemente, remunera para que haja um excedente suficiente para que as outras faixas etárias possam sobreviver.

Ou seja, o crescimento não sustentável aumenta desigualdade, especialmente mulheres, jovens e idosos, o que é importante dentro da questão de equidade. As medidas fiscais são anticíclicas, mas o desafio aqui é sustentável. Estamos no meio dessa briga aqui no Brasil, como fazer um auxílio emergencial, é importante ter um teto, fura o teto, aí paga R\$100, paga R\$200, vai para o Congresso e aí vai para R\$600 Temos que saber o quanto podemos fazer e, também sobre o que vocês do IRI certamente falam muito, que são as assimetrias globais: o mundo não está ficando mais convergente, a pandemia divergiu muito seja em seus números, seja nas suas políticas. O governo Biden não necessariamente implica uma volta ao velho multilateralismo. A Europa também está com uma outra visão, ela está

sofrendo até um pouco na carne com o BREXIT, o exercício multilateral deles também foi alcançado. E a China está naquela: vale a pena levar outros ou vale a pena ficar sozinha? O nosso antigo secretário executivo da CEPAL, José Antônio Ocampo, fala dessas assimetrias, e isso já falamos em um documento da CEPAL organizado por ele em 2002.

Para demonstrar o impacto na região com a Covid, nós temos 8,4% da população mundial. Mas, independentemente dos ciclos, em dezembro do ano passado e setembro, nós tivemos cerca de 30% das mortes do mundo e cerca de 19% dos casos, ou seja, temos mais casos e temos proporcionalmente mais mortes. Isso não é algo para ser esquecido, devemos pensar bem nisso em termos de sistema de saúde, o papel da democracia de acesso, a desigualdade. Ou seja, a desigualdade promovida pela Covid foi algo que ficou bastante nítido na região, e isso é algo que temos que pensar se queremos chegar ao nível de desenvolvimento. A região também foi a mais afetada em termos de queda de PIB e perdas de empregos. Ainda estamos anestesiados sobre o que está acontecendo em termos de crescimento e mercado de trabalho, são dois temas que acho muito relevantes – especialmente para o pessoal de ciência política –, isso é decisão do eleitor: ele vai estar sem atividade e sem renda, é importante pensar em como isso irá afetar o D da democracia.

Um pouco também sobre o dilema do Guedes – ou sonho do Bolsonaro –, com ou sem transferência, a extrema pobreza na região subiria a quase dois pontos ou um ponto e meio, a pobreza subiria um pouco menos que dois pontos. Isso são número de eleitores, se não tiver transferência, eu vou ter mais pobres e mais extremamente pobres, só que na democracia cada um é seu voto. E isso, em uma região que é muito desigual, representa perda ou ganhos de votos, isso é algo a se pensar. A classe média que estava apostando em um novo populismo que pudesse chegar a ela, as classes especiais, sejam as militares ou outros tipos, também estão vendo essa situação: “não tem dinheiro e estou ficando ainda mais para trás”. E a perspectiva de um ajuste é a de justamente cortar salários e benefícios.

Um outro ponto relevante é a questão de gênero. O mercado de trabalho da mulher voltou 18 anos, ou seja, a taxa de participação caiu, o desemprego aumentou mais para as mulheres, a taxa de ocupação caiu muito mais. E isso em uma região onde as mulheres estavam cada vez mais proeminentes no mercado de trabalho, seja do mais informal, como serviços domésticos, ao início da participação da mulher nos empregos de ensino superior, e isso é questão de votos também.

Outro ponto importante para os dês é a crise silenciosa da educação. Estamos aqui no Zoom discutindo matérias para o próximo semestre, mas temos mais de 60 milhões de domicílios não conectados à internet na região, tivemos muitas

escolas fechadas, sendo o Brasil o campeão de escolas primárias e secundárias fechadas, o que é também um caso de estudo, pois também temos comportamentos diferenciados. Podemos ver, por exemplo, o caso do México. O presidente teve quase que uma posição negacionista, ele continuou com tudo aberto, não parando em nenhum instante, inclusive as escolas. Se isso gerou mais mortes e mais casos é algo que vamos ver também. Isso é um tema que certamente é eleitoral, o que fazer com as escolas, com os alunos. E, claro, talvez uma das classes mais politizadas, com mais formadores de opinião e mais influentes nos partidos, é a dos professores, será um “minha culpa” para vários lados.

Estamos na época da retomada verde – vocês, certamente, o pessoal do Business, do MBA, está todo mundo falando da ESG –, com uma série de retomada verde que envolve Coreia do Sul, Canadá, Chile, que assumiu compromissos com energias sustentáveis, o Paquistão, a Costa Rica, que é um país que devemos pensar também o porquê que estão fazendo a retomada verde como política de Estado, como projeto de Estado e de nação lógico com vantagens e desvantagens que eles estão observando. A Alemanha também tem um pacote para o futuro, a França também tem um resgate às empresas, a *next generation* da União Europeia, que tem iniciativas também, como a Euro Clima com quase 750 bilhões de euros. A China também vem com essa proposta de que atingirá seu pico de emissões até 2030, mas alcançará a neutralidade até 2050. Os EUA, com o Plano do Biden-Harris de *Build Back Better* com mais de dois trilhões de dólares em infraestruturas.

Os termômetros de *greenwashing*, você não sabe nesses pacotes o que são efetivamente as contribuições negativas no sentido que não trazem transformações sustentáveis e pode-se observar que muitas vezes o que eles estão fazendo é apenas um programa de sustentabilidade de velhas indústrias, de velhas tecnologias e manutenção de subsídios a forças. Da mesma forma que quando eu lia ESG entendia “Escola Superior de Guerra” e tinha que parar para entender o que estavam propondo, se eram o nacionalismo ou um autoritarismo até mesmo uma democracia. Vocês, quando veem ESG, leiam com cuidado, vejam com cuidado. Da mesma forma que ver aquela imagem dos Himalaias desde Nova Deli se mostrou ser algo único, porque as emissões estão voltando e, a não ser que haja um acordo mais restrito sobre o Acordo de Paris, vamos estar voltando a uma tendência anterior de aumento de emissões.

Para finalizar esta parte, temos um resultado que está cada vez mais sendo notado, até aqui mesmo no Brasil, que é a insegurança alimentar. Estamos com cerca de 21 milhões de pessoas na região com insegurança alimentar grave, ou seja, as pessoas estão com fome, 44 milhões a mais estão com insegurança alimentar

moderada ou grave. Então, da mesma forma que a extrema pobreza já estava baixa e voltou a crescer, a fome também está voltando em alta velocidade. Não é possível dizer que é tão grave como em algum momento passado, mas ela está chegando em grande velocidade, e a imprensa do Brasil tem notado muito isso. Ou seja, V está virando um K, dadas a recuperação e queda que vêm ocorrendo na região, sendo a previsão de crescimento para o ano que vem na região muito abaixo de 2,9.

O Brasil e o México é como se fossem um V que ficou igual ao outro, e já não estava bem, especialmente no caso do Brasil que praticamente não havia aumento em termos de emprego. Claro, poderia terminar dizendo o quanto a vacina possibilita um cenário melhor. A partir da vacina, temos queda de números de casos, mas também temos o afrouxamento de medidas de isolamento.

Por último, é a proposta de um grande *push* para a sustentabilidade. Essa é uma discussão de estilos de desenvolvimento a partir de três pilares, que nós da CEPAL colocamos como importantes. Estamos em um momento, e de novo os três são democracia, desigualdade e desenvolvimento, muito polarizados... Então, se formos falar sobre desigualdade, cada um provavelmente irá ver seu ponto vista, a partir do seu ponto na curva da desigualdade. No desenvolvimento também, onde eu estou na minha realidade e como quero estar no futuro. E na democracia também, em como eu vou votar e quais são as opções que eu tenho. A ideia é que esse debate se dê a partir de três eficiências ou pilares – eficiências para os meus amigos liberais me escutarem um pouquinho, pois quando se fala nisso eles ficam todos animados. Em primeiro lugar, seria Eficiência Schumpeteriana, que é a ideia de pilar de estrutura produtiva. Isso quer dizer o que se pensa em produzir, quais seriam as capacidades e vantagens comparativas, absolutas, dinâmicas. Isso é algo que temos que discutir. No caso brasileiro, sendo bem radical, é pensar se queremos ser a fazenda do mundo ou não. Mas são aspectos importantes na estrutura produtiva e entra todo um debate, como a questão da tecnologia.

Quando falamos sobre o que queremos consumir e comprar é sobre a Eficiência Keynesiana: em que mercado estamos, mercados mais dinâmicos, mais interno ou mais externo. E por trás do keynesiano está uma figura importante, o Estado. Aqui entram as políticas públicas, pois é o Estado que dá subsídios, tributos, que dá serviços públicos, educação, e ele tem o seu próprio poder de compra. Vocês poderiam dizer que isso é bem simples, uma questão de oferta e demanda, a economia mais básica possível, o investimento irá tomar uma decisão entre falta de oferta e demanda não atendida, mas, infelizmente, assim como eu falei lá atrás sobre investimento, que hoje tem um terceiro pilar para qualquer análise de investimento que é a Eficiência da Sustentabilidade.

Estes são os velhos três pilares da sustentabilidade, onde entre a parte ambiental, a social e a parte econômica de longo prazo. Esse investimento tem de gerar retornos para se pagar, é um pouco o grande dilema da teoria econômica: o que vem primeiro, investimento ou poupança? Cada um defende algo, mas no fundo o que se defende é que esse investimento tem de ser autossustentável economicamente. Voltando àquela questão da produtividade dos mais jovens, tem que ser um indivíduo ocupado ou produtivo que vai poder fazer a distribuição para os que não estão mais ocupados, que estão aposentados – por isso discutir a reforma da previdência. Sobre a questão ambiental, entra muito a questão da governança de recursos naturais ou governança ambiental, entrando muito os três dêns nesse debate. Desculpa a analogia, mas a ideia é: vamos fazer um grande Jurassic Park em volta da Amazônia? Não é isso, temos que explorar, o debate é sobre como fazê-lo e manter a sustentabilidade. E o social é evidente, o próprio último ciclo de commodities mostrou isso, de nada adianta você explorar recursos naturais se você não pensar no impacto social daquela atividade. Eu tenho um amigo que foi presidente da Vale no Peru, ele me falou: olha, 40 ou 50% do meu tempo é gerir o recurso da mina porque estava se tornando uma favelização em volta dos locais onde eu operava. Eu tinha que buscar formas de limitar essa deterioração em frente à minha empresa, que também me traria custos e precisava ativar mecanismos que a própria sociedade peruana tinha, um fundo de reparação que as mineradoras contribuem que é gerido pelo governo local, federal e as empresas. No entanto, o governo local e as empresas viviam brigando e não tomando nenhuma decisão, a única decisão que eles tomavam era que a culpa era da empresa. Portanto, ele tinha que trabalhar de maneira que os projetos com aqueles recursos pudessem ser feitos.

A palavra-chave é a coordenação entre as agendas, depois temos que pensar em investimentos complementares, não somente Estado de gerar investimento privado, senão que este também traga investimentos de outros setores, e claro que nos impactos, sejam de aumento da renda, de geração de empregos, inclusão e redução das lacunas estruturais. Mas principalmente aumento de capacidade tecnológica e de inovação. Se não pensarmos em termos de capacidade tecnológica, incorporação do progresso técnico, o estilo do modelo desenhado não será sustentável em todas as suas formas.

Então, a retomada da economia requer respostas. Temos várias recuperações verde, vamos ver se esse é o caminho que podemos trilhar. O investimento verde tem vários efeitos multiplicadores, esse investimento de baixo carbono pode impulsionar a recuperação. Temos que romper a inércia, temos que pensar em como quebrar a inércia do carvão, temos o desafio da coordenação, muito ligado

à questão democrática, e temos pouco dinheiro para aplicação em políticas inteligentes, ou seja, não é pouco dinheiro, não queremos tributar mais ou estamos tributando mal. Eu tenho várias tarefas, mas talvez eu não tenha os recursos necessários para essas tarefas, ou eu tiro de outro – como é o discurso do teto – e coloco em outro.

Em síntese, os estilos de desenvolvimento que nós temos até a pandemia eram insustentáveis. Se ficarmos parados, só tende a piorar os três dê. E os investimentos sustentáveis, dentro dessa visão dos três pilares, podem realmente transformar essa histeria em desenvolvimento. E é isso que eu gostaria muito que ao longo da semana vocês pensassem: que estilos de desenvolvimento e quais são os pilares da proposta que eu quero colocar? E podem ser os três dê, ou seja, quero menos desigualdade, mais desenvolvimento e mais democracia. Estamos trabalhando nisso, é uma proposta concreta e já estamos com exemplos e atividades.

Muito obrigado pelo convite e gostaria muito que vocês da graduação pensassem nisto: como estávamos no passado antes da Covid, os impactos desta que devem ter alcançado vocês de alguma forma e que futuro vocês querem.

---

# Parte 1

Debates

---



# Medio ambiente, extractivismo y desarrollo

Maria Elena Rodriguez<sup>1</sup>

Patricia Gualinga<sup>2</sup>

Pablo Solón<sup>3</sup>

Tatiana Roa<sup>4</sup>

Enrique Viale<sup>5</sup>

**María Elena Rodríguez:** Todos sabemos que a América Latina vive uma crise socioambiental marcante que está levando o continente ao colapso, a mudanças na sociedade, no modo de viver. O aprofundamento do modelo de desenvolvimento econômico do neoextrativismo, contribui para uma taxa crescente de desmatamento, de degradação dos recursos naturais e da biodiversidade e coloca em risco boa parte da nossa população. As queimadas que estamos acostumados a ver na Amazônia são apenas a ponta do iceberg que revela a profundidade da crise social, ambiental, climática e civilizatória. Podemos falar de um padrão regional, que é comum a todos os países. Podemos falar sobre a flexibilização da legislação, sobre o desmatamento acelerado, sobre perseguição dos defensores ambientais, mas também sobre um continente que luta pela construção de alternativas comuns e essa é a nossa discussão de hoje. Queria começar a nossa discussão pedindo a cada um de vocês fazer, brevemente, uma leitura sobre o que está acontecendo hoje na região, mas especificamente como vocês analisam a situação socioambiental na

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Possui Graduação em Direito e Mestrado em Direito do Desenvolvimento pelo Graduate Institute, Genebra. É Professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Coordenadora do Núcleo de Estudos Iberoamericanos-PUC e pesquisadora do Brics Policy Center.

<sup>2</sup> Líder indígena del pueblo quechua, de la comunidad de Sarayaku, en el corazón de la Amazonia ecuatoriana, uno de los más destacados activistas en defensa de los derechos de la naturaleza, de los pueblos indígenas y contra la vulneración de derechos que suponen los proyectos de extracción de petróleo en su territorio.

<sup>3</sup> Activista medioambiental y político boliviano, fue embajador de Bolivia ante Naciones Unidas entre 2009 y 2011, durante el entonces gobierno del presidente Evo Morales, trabajando intensamente por los derechos de los pueblos indígenas, el derecho humano al agua, la constitución del día internacional de la madre tierra e impulsando las negociaciones sobre el cambio climático. Ha publicado varios libros traducidos al portugués, uno de ellos Alternativas Sistémicas.

<sup>4</sup> Colombiana, ecologista, investigadora de una organización medioambiental llamada Censat-Agua Viva, es ingeniera, tiene un máster en estudios latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar y está terminando su doctorado en el Centro de Investigación y Documentación Latinoamericana de la Universidad de Ámsterdam.

<sup>5</sup> Argentino, abogado ambientalista, miembro del comité de la alianza global por los derechos de la naturaleza; es abogado litigante en numerosos casos y causas por daños ambientales, forma parte de la comisión de medio ambiente y desarrollo sustentable del senado argentino y forma parte del grupo permanente de alternativas al desarrollo Rosa Luxemburgo, miembro del grupo de trabajo de CLACSO. También es autor de varios libros y uno de los últimos es *El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal)desarrollo*.

região, os efeitos da mudança climática, quais são os avanços e os retrocessos que estamos enfrentando hoje em políticas e práticas, enfim, qual é o contexto hoje na América Latina.

**Tatiana Roa:** En estos tiempos de coronavirus, muchas veces se asume que todo lo ha causado el coronavirus, pero en realidad el coronavirus lo que ha hecho es más bien, acelerar, acentuar mucho de lo que ya estaba pasando en el continente. Por una parte, se han acelerado los procesos extractivos, se han acentuado las brechas sociales, la profunda desigualdad social, lo que esto nos muestra es que estamos viviendo un tiempo de crisis generalizada, multifacética, sistémica, pero también una crisis civilizatoria. En ese sentido, lo que hemos visto es que estamos viviendo un momento de retroceso en las políticas ambientales, un avance del extractivismo y una agudización de la violencia contra los defensores y las defensoras de la naturaleza.

Esto ha llevado a que hoy haya más inversión y para que haya más inversión hay más flexibilización, no solamente ambiental, sino también laboral, tributaria, mejores condiciones para las empresas, en fin, más extractivismo que consolida este sistema desigual y depredador. Por ejemplo, la minería submarina, la explotación *offshore*, la extracción de yacimientos no convencionales, hablamos mucho del *fracking* pero también otros procesos extractivos están aconteciendo. Y vemos como, por ejemplo, en este siglo, en los 21 años de este siglo hemos consumido el cobre que toda la humanidad durante los años anteriores ha consumido. Hay una búsqueda incesante de tierras raras de litio, de cobalto. Hay una destrucción de la selva, por ejemplo, por la demanda de la balsa, que es una madera que se utiliza para la construcción de los grandes molinos, para la generación de energía eólica. Es decir, seguimos empeñados en lo mismo. Hay más tratados de libre comercio, más competitividad que implica, como ya decía antes, procesos de flexibilización laboral, ambiental, pero mejores condiciones, digamos, para las transnacionales y como lo decía antes, todo esto asociado con más violencia. El último informe de *Global Witness* nos muestra que tres países en el mundo concentran el 50% de los asesinatos y entre ellos dos países son de la región. Es decir, que la situación de los defensores es terrible, no hay condiciones, cada vez les estigmatiza, o más bien, se nos estigmatiza, se nos condena y no se nos ofrecen condiciones de vida.

Además, hay un fortalecimiento de los estados autoritarios que, con la excusa de la pandemia, han fortalecido su aparato represivo para facilitar estas condiciones. Mientras tanto, estamos viviendo una situación de falta, de violación de derechos. Quiero señalar que el peso de la deuda externa ha hecho que haya

una presión más fuerte para el extractivismo; todos los días escuchamos que para pagar la deuda externa tenemos que hacer más extractivismo, convirtiéndose así en un círculo vicioso. Nos endeudamos más, pero también se incrementa la deuda ecológica, pero también se incrementa la deuda de las personas y las mujeres tienen la mayor carga de la deuda, siendo las personas más endeudadas.

Otro asunto que me parece muy importante destacar en este contexto socioambiental de hoy, tiene que ver con el hambre. Hay hambre generalizada en la región, cada vez hay mucha más gente con más hambre, y la pandemia lo reflejó. Por ejemplo, en Colombia los trapos rojos en las ventanas, símbolo del hambre, estaban evidenciando que la mayor parte de la gente en las ciudades no tenía que comer, porque no había condiciones para alimentarse. Y después de la pandemia los precios de los alimentos han seguido aumentando y el hambre sigue reinando en estos países.

Voy a terminar hablando sobre algunos efectos del cambio climático en la región. El informe del año 2020 sobre el estado del clima en América Latina y el Caribe evidencia que hemos vivido los 3 años más calientes, los últimos años en la América Central y el Caribe y América del Sur. El incremento de las temperaturas ha significado la pérdida de masas de hielo de los Andes. Muchas poblaciones viven del agua de los Andes, de los glaciares que se están acabando en la mayor parte de los países.

Si vamos a la situación de la Amazonia, uno podría asociar algunos casos con la crisis climática, pero también tienen que ver con los procesos de acaparamiento y concentración de tierra y con los incendios y sequías que son las más graves que se han vivido en la región en los últimos 60 años. Hay procesos de falta de lluvia para la agricultura, los campesinos ya no tienen idea en qué momento cultivar porque hay totalmente un desequilibrio en los ciclos de la naturaleza y particularmente en estos ciclos de lluvia. Las épocas de sequía se han exacerbado, vivimos épocas de mucha lluvia o épocas de muchísima sequía; estamos viviendo un momento muy difícil, sin duda. Podemos hablar más adelante también de todo lo que se mueve en términos sociales, de las luchas que también pululan en la región, pero quisiera dejar, para respetar un poco el tiempo, esta primera impresión de lo que veo en el contexto latinoamericano.

**Pablo Solón:** Yo creo que tenemos que ver Latinoamérica en el marco del mundo, del planeta y lo que tenemos es una crisis sistémica mundial. Obviamente, Latinoamérica es parte de esta crisis sistémica mundial. Cuando decimos una “crisis sistémica” nos referimos a que no es solo una crisis ecológica, no es solo

una crisis sanitaria, es también una crisis social, política, ética, e institucional. Es una crisis multidimensional, es un momento único en la historia de la humanidad. Nosotros hemos visto crisis económicas muy fuertes como la de 1929, como la del 2008. Hemos visto crisis políticas que son muy fuertes, pero la de hoy es una crisis combinada de todos estos campos que se retroalimentan mutuamente, es única. Y el mundo, el planeta ha entrado en una nueva etapa, algunos incluso llegan a decir que es una nueva etapa geológica, algunos dicen que es el Antropoceno, o sea, esa es la magnitud de lo que está pasando a nivel mundial y donde Latinoamérica es parte.

Los diagnósticos, para mí, tienen un objetivo y es que nos permitan pensar, encontrar alternativas en función de los diagnósticos, y en este caso, afirmar que es una crisis sistémica multidimensional requiere alternativas multidimensionales. Es decir, no es posible encarar esta crisis solo con medidas económicas o medidas ecológicas. Los temas políticos de democracia, de ética, de institucionalidad, de carácter local, pero también multilateral son fundamentales. Esta crisis tiene un elemento muy particular y es que está marcada por el caos. Yo creo que no solo no vamos a volver a la normalidad de ayer, sino que no vamos a volver más a ningún tipo de normalidad, vamos a vivir un período de permanente anormalidad. Los momentos de normalidad van a ser muy breves.

Lo estamos viendo en el ámbito económico, es terrible cómo está impactando el tema de la crisis energética en China, el tema de la crisis de los *containers* y los barcos. Todo está afectando en la provisión de insumos, en la compra de materias primas, en los precios que se van abajo y algunos otros que suben. Es una situación marcada por la impredecibilidad. Si de algo podemos estar seguros es que no podemos predecir el futuro, el futuro es muy cambiante, nuestras predicciones pueden ser predicciones a muy corto plazo. Nosotros estábamos acostumbrados a hacer planes quinquenales, yo creo que el que se apure a hacer un plan quinquenal en esta época vive en otro planeta, porque la realidad se está moviendo muy fuerte. Entonces, tenemos que ver cómo vamos a enfrentar una situación de continuo caos, de impredecibilidad. Yo creo, por ejemplo, que tenemos que recoger la práctica que tenían los pueblos indígenas andinos -muy interesante- y era cómo ellos lidiaban con la imposibilidad de prever lo que iba a pasar con el clima hace varios siglos atrás. Ellos cultivaban en diferentes pisos ecológicos, plantando en el altiplano, pero también en los valles, también en los llanos, en vista a saber cómo iban a enfrentar esta situación impredecible.

Otro tema fundamental es que debemos tener una estrategia de múltiples escenarios, de múltiples hipótesis. Ya no podemos trabajar solamente con una

hipótesis, decir que esta es la receta, por aquí vamos. No, porque el escenario va a cambiar y tenemos que estar abiertos a esta dinámica.

El otro tema que yo traigo es el tema de que la crisis tan fuerte que afecta el sistema del planeta Tierra y no solo América Latina, es el sistema del planeta Tierra el que está cambiando. Estamos enfrentando una situación que lleva a la extinción de la vida en la tierra. Pero no es que va a desaparecer el planeta Tierra, el planeta tierra va a seguir existiendo, pero las formas de vida que hemos conocido incluyendo la forma de vida humana van a cambiar, y esta es la magnitud de esta crisis. El tema fundamental de toda política futura es cómo restablecer el equilibrio del sistema Tierra. No creo en ninguna salida para Bolivia, para Brasil, para América Latina si no se da en el marco de un horizonte muy amplio, muy desafiante que es restablecer el equilibrio del sistema del planeta Tierra. Ese es el desafío que tenemos nosotros como humanidad, como generación y en particular los jóvenes que serán los que más van a sufrir el agravamiento de esta crisis.

En este contexto lamentable que vivimos, Latinoamérica vive, por un lado, un extractivismo neoliberal y, por otro lado, un extractivismo populista. Tanto la derecha como la izquierda promueven el incremento del extractivismo. Es decir, es uno de los factores que provocan esta crisis sistémica y que está siendo agravada, tanto por opciones de derecha como de izquierda, bajo diferentes lógicas, pero todas apuntando a que es necesario un mayor crecimiento, una mayor inversión, como lo mostró Tatiana. Y si seguimos en ese paradigma del continuo crecimiento, no vamos a salir, sino que vamos a profundizar aún más esta crisis sistémica. El gran problema entonces es cambiar la forma de pensar, nuestra forma de ver el desarrollo, de ver el crecimiento, de reemplazar estos parámetros que han guiado a la historia de la humanidad en los últimos siglos por otros que tengan a ver con restablecer el equilibrio, la armonía, el balance, no solo con la naturaleza sino entre los seres humanos y de uno con uno mismo. Yo creo que esa es la situación en la cual se inscribe la crisis de América Latina y que tenemos que verla en un contexto más global.

**Enrique Viale:** Es difícil hablar después de Tatiana y Pablo, porque ellos son fuentes de lo que uno más o menos va pensando también, entonces estamos más o menos en la misma sintonía. Es difícil no hablar como lo dijo Tatiana, sobre el avance del extractivismo en nuestra región.

Genera una gran alarma el tema de la propia transición energética y de la transición ecológica, que es fundamentalmente energética. El Norte Global se ha

convertido en una verdadera amenaza en nuestra región. América Latina se va a convertir en una especie de zona de sacrificio en el altar de la transición energética del Norte y la descarbonización del Norte, esa palabra que yo detesto, descarbonización, porque la utilizan todos y todas, incluso las grandes corporaciones relacionadas con el extractivismo, o quienes fueron responsables de esto, pero no sabemos exactamente qué significa. Parece que ahora el nuevo objetivo es solamente descarbonizar nuestras economías, como si eso fuese posible y ni pensar en la relación Norte-Sur, que tan importante es.

El tema de la deuda también, como lo dijo Tatiana, es un ingrediente clave. Argentina tiene un gravísimo problema, pero no es el único obviamente, toda América Latina lo tiene. Ese círculo vicioso de una deuda financiera que hace que tengamos más extractivismo para pagar esta colosal deuda que nunca terminas de pagar, porque el gran objetivo de la deuda es eso, controlar el territorio, controlar las formas de economías, etc. y no que ellas sean pagadas, más allá de, incluso del origen absolutamente espurio de la mayoría de ellas. Siempre nos hablan de que necesitamos conseguir dólares para pagar la deuda, entonces ese es el gran dilema. Cuando tenemos debates en nuestro país, debates de por qué no queremos un proyecto de gran minería, por qué no queremos el *fracking* en Vaca Muerta -la fractura hidráulica en uno de los emprendimientos de hidrocarburos no convencionales más grande del mundo-, siempre nos dicen lo mismo: “Necesitamos los dólares”, necesitamos dinero para pagar la deuda. Ahora se descubrió con los *Pandora Papers* que Argentina está en el puesto número tres del mundo de millonarios, o gente con mucho dinero que tiene cuentas en dólares en el exterior. En realidad, necesitamos dólares para que se los fuguen, para llevarlos al exterior. El extractivismo también es un lugar de gran fuga que después endeuda el país, deudas que después tenemos que pagar y es todo un círculo muy vicioso.

El tema de la deuda ecológica me parece que es el gran desafío de nuestra región. El gran desafío de nuestra región es empezar a colocar esa discusión en términos de igualdad; aquello que hace muchos años Bolivia, cuando Pablo Solón era representante en la ONU se animó a decir, que existía una deuda ecológica del Norte hacia el Sur. Digo en términos de igualdad, no sólo en términos abstractos, en términos románticos o en términos discursivos, tampoco en términos de acciones climáticas, intentando pagar algo de la deuda - camino que los sistemas financieros han encontrado-. Yo digo mucho más que eso, incluso me refiero a dos deudas, una deuda ecológica y una deuda histórica por el saqueo y también una deuda climática, ¿quiénes son los responsables de los eventos climáticos que

tenemos hoy, del cambio climático global? Tendríamos que discutir seriamente este tema.

Pero me adelanté un poco a las preguntas de más adelante. Voy a encerrar con el tema del colapso sanitario que se juntó, también a los otros colapsos que ya vivíamos. Se juntaron los colapsos, el colapso sanitario, el colapso ecológico y el colapso económico. Gran parte del planeta está viviendo con una desigualdad acentuada. Sólo en América Latina los cálculos hablan de que han caído 50 millones de personas en la pobreza como consecuencia de la pandemia, es decir, más que un país entero como Argentina. El tema de la pobreza es dramático, más del 50 casi el 60% de los pibes, de los niños y niñas, son pobres. Una Argentina que no tenía esos números y que parece que hoy empeora cada vez más.

Para eso las soluciones son las mismas de siempre, son las soluciones que nos trajeron hasta acá, más minería, más *fracking*, más agronegocios, no hay ningún tipo de creatividad en las respuestas. No solo hablamos de 50 millones de pobres, sino que los ricos de la región aumentaron su patrimonio en 52 mil millones de dólares durante la pandemia. Entonces, América Latina que ya era la región más desigual del planeta, notablemente se agravó la situación como consecuencia del colapso sanitario.

El Covid-19 tiene sus orígenes en un vínculo estrecho entre crisis socio ecológica y modelo del mal desarrollo de la salud humana. Hasta marzo de 2020 el término zoonosis, solo lo manejaban algunos especialistas y hoy es un tema que nos acosa. La problemática de la destrucción de los ecosistemas que provoca la expulsión de animales silvestres de sus entornos naturales y la liberación de estos virus zoonóticos (muchos de ellos que estuvieran aislados durante milenios), poniéndolos en contacto con otros animales y posibilitando así el salto interespecie, aparece cada vez más en nuestro entorno. La relación entre la degradación de los territorios y estas enfermedades es muy importante tenerla en cuenta, porque siempre solo se habló en términos bélicos, de la guerra contra el COVID, pero poco se decía sobre el origen del virus. Quiero insistir en un hecho, recuerdo las primeras etapas del confinamiento, donde veíamos a los delfines saltando en los canales de Venecia, veíamos a los animales llegando a las ciudades, retomando los espacios. Era una visión romántica, parecía que iba a haber un cambio real, pero el sistema capitalista se adapta rápido y nos hace rápidamente volver a la normalidad y nos trae a la vieja normalidad, como si existiera un consenso de que necesitamos eso. En Argentina, fue muy concreta esa situación, discursos como “bueno, ahora estamos en una crisis económica, y

no vengan con reclamos ambientales, este no es el momento” y eso rápidamente se incorpora en la práctica.

**María Elena:** Enrique ya nos trae un panorama bien global, trae las discusiones sobre la deuda, sobre la desigualdad que es profunda en el continente, pero esos son elementos que los vamos a tener en cuenta en la próxima discusión. Me gustaría darle la bienvenida a Patrícia Gualinga. Patricia, empezamos con una discusión más general, de cómo cada uno de ustedes a partir del lugar de cada uno, ve la región, cómo analizan el contexto socioambiental hoy en la región. Qué avances, retrocesos, ¿cómo estamos?

**Patrícia Gualinga:** Primeramente, quiero decirles que hoy Ecuador está en movilización nacional, en paro nacional convocado por el movimiento indígena por el tema de los subsidios de los combustibles. Eso parecería paradójico cuando nosotros como pueblo indígena también le decimos no a la explotación petrolera. En el Ecuador el combustible es subsidiado, mucha gente no entiende cómo pueden ser tan contradictorias algunas cosas, pero podemos entenderlas desde la visión popular de que, al quitar los subsidios, lo que se hace es que haya un encarecimiento del costo de la vida, pero en todo caso yo le veo más por el tema de que hay una inflación no controlada. Entonces, obviamente personas, como nosotros del pueblo Sarayaku, somos críticos del tema de los subsidios, muy a pesar de que esto repercute en una agenda nacional. Pensamos que el tema de los subsidios realmente lo que promueve también es la ampliación de la frontera petrolera, que es lo que está haciendo el gobierno nacional en estos momentos con dos decretos super importantes: el decreto en el tema petrolero con el cual quiere duplicar la explotación de petróleo en el país y el decreto minero en la que empieza la minería a gran escala. ¿Dónde va a ser la repercusión? La repercusión va a ser en los territorios indígenas, porque en los territorios amazónicos es dónde están estos minerales tan codiciados con la justificación de mejorar la economía nacional y eso a nosotros nos preocupa.

Hace días se interpuso un amparo constitucional en la corte constitucional con este tema. Nos preocupa que países como Ecuador tengan toda su economía basada en combustibles fósiles y en eso hemos sido muy claros. Nosotros en el transcurso de todos estos años independientemente de los gobiernos, sean de izquierda, derecha o centro siempre hemos estado muy claros en la posición de que los territorios amazónicos no pueden ser destruidos, no pueden ser contaminados y que se tiene que respetar la visión de los pueblos indígenas. Y hemos mandado mensajes claros a los inversionistas de que no hagan un mal negocio, porque

nosotros no los vamos a dejar ingresar y así nos hemos opuesto a algunas rondas (licitaciones petroleras). Sin embargo, el afán de insistir en ampliar la frontera extractivista continúa con este nuevo gobierno que tiene una tendencia un poco más de derecha y que realmente no conoce a los pueblos indígenas. Entonces, con esta premisa de lo que está ocurriendo en nuestro país, claro, muchos no entenderán el tema de los subsidios, yo sí puedo entender, creo que estamos en un proceso en el que tiene que acabarse el modelo extractivista, porque el mundo está discutiendo otras cosas. Además, este modelo extractivista lo que ha hecho es mucho daño violentando derechos, ha exterminado pueblos indígenas enteros, ha destruido los ecosistemas que son tan importantes para la humanidad. Entonces, tiene que haber ese cambio, ese cambio que tanto anhelamos.

En el Ecuador, ellos dicen: “sí, es verdad, no estamos en sintonía con toda la discusión global sobre cambio climático y todo lo demás, pero no podemos cambiar en este momento porque no tenemos recursos, porque tenemos que darnos un plazo de 10 años y mientras tanto, es necesario contar con los recursos no renovables como el petróleo”. Yo pienso que esa lógica no es buena porque en 10 años podrían destruir toda la Amazonía ecuatoriana. El norte ecuatoriano es otra realidad, el centro y el sur podrían ser destruidos y después de la destrucción, ahí sí, en 10 años podríamos empezar el cambio. No, para mí no es tan real, yo discrepo de todas estas teorías de que puedan pensar de que solamente en 10 años podríamos empezar un cambio de modelo de energía o tal vez de la matriz energética, si se quiere llamar así. Esta es nuestra realidad, los pueblos indígenas seguiremos en lucha como siempre lo hemos hecho, hemos estado al frente de toda esta situación con el tema del extractivismo y gracias a toda esta lucha que hemos dado, es que todavía podemos tener bosques primarios, selvas vivientes, donde podemos elaborar nuestras propuestas de vida, así no nos quieran escuchar. Tenemos también jóvenes que están activos, con la energía de la juventud, se están moviendo hacia Glasgow para llevar las propuestas de los pueblos indígenas, pero en nuestra mente, como pueblos indígenas, como Sarayaku, como mujeres amazónicas, no está la palabra extracción de petróleo o minería. En este momento, desde nuestro punto de vista la Amazonia tiene que quedarse y tiene que ser el equilibrio que tanto necesitamos y que la visión de los pueblos indígenas sea tomada en cuenta en las discusiones globales, para que realmente se pueda ejercer un cambio real y soluciones que puedan ayudar a todo el sistema.

**María Elena:** Yo quería hacer una rueda de preguntas, y quería centrarme en dos cuestiones: el primero en uno de los temas que trajo Pablo, donde la mayoría de

países de la región, sino de todos, tienen un modelo económico de base extractiva, hay una reprimarización de la economía, o sea, la política económica de los países latinoamericanos está volcada al extractivismo, a pesar de las diferencias entre los gobiernos de izquierda y de derecha, todos de alguna manera, han promovido decididamente las industrias extractivas, la exportación de *commodities*, haciendo extracción en la zona de la región amazónica y enfrentando movimientos ambientalistas e pueblos indígenas, o sea, es un estándar en la región y obviamente, las consecuencias son enormes tanto en materia de conflictos como en materia de deforestación.

Yo quería la opinión de ustedes, qué piensan ustedes, sobre todo pensando en el post Covid-19, si podríamos repensar esta idea de modelo de desarrollo en la región, si podríamos pensar en un desarrollo más sustentable, más “verde” entre comillas, pero al mismo tiempo enfrentándonos a lo que algunos llaman “el nuevo boom de las *commodities*”, que surge en la región. Entonces, estamos frente a un dilema: tenemos la oportunidad de repensar nuestro modelo de desarrollo y hacer un cambio por uno más sustentable y al mismo tiempo en la región nos encontramos de nuevo con la profundización de esta matriz extractiva. ¿Cómo lo ven ustedes?, ¿cuáles son las oportunidades que tendría la región en este momento para cambiar esta matriz? O, al contrario, si está totalmente atrapada en la maldición de los *commodities* como ya se dijo durante mucho tiempo. Al mismo tiempo que vivimos este momento, lógicamente, encontramos toda una serie de luchas, de movimientos protagonizados por los movimientos indígenas, campesinos y comunidades rurales, como nuevas formas de participación. ¿Cómo ven ustedes este proceso de afincamiento en el modelo extractivo, discusión de que la gente debe ir para otro desarrollo más sustentable y al mismo tiempo aumentar procesos de lucha y reivindicación? Comencemos, al contrario, vamos a comenzar con Enrique.

**Enrique Viale:** Al comienzo de la pandemia, estaba terminando un libro con Maristela Svampa, el libro se llama: El Colapso Ecológico Ya Llegó, incluso en el libro algo decíamos de la posibilidad de una pandemia, obviamente, nunca con estas características, creo que nadie pudo prever semejante colapso mundial y tan largo. Cuando empezó la pandemia, dijimos “tenemos que escribir sobre esto que estamos viviendo”. Empezamos a reflexionar también, ya sumidos en el confinamiento, los primeros encierros con tanta incertidumbre y tan fuertes que eran, por lo menos acá en Argentina, en abril y mayo. Y escribimos un artículo relacionado con la necesidad de pensar en un Pacto Ecosocial, económico e intercultural entre

la sociedad y la naturaleza. Para empezar a pensar desde Sur Global una salida a esta situación, porque veíamos que se empezaba a disputar, cómo iba a ser la salida a la normalidad. En el Norte Global se empezaron a acelerar también los procesos relacionados con el pensamiento del *Green New Deal*, por ejemplo, o en otros lados se hablaba de la recuperación verde, en inglés *Green Recovery*. Pero en América Latina jamás habíamos tenido un *New Deal*, no está en nuestro imaginario el famoso *New Deal* de Estados Unidos, luego de la crisis económica del 29, esa salida de Roosevelt o ese intento de poner la economía en funcionamiento, con todas las dificultades y todos los pasivos, que tuvo; pero que generó lo que está en el imaginario norteamericano como algo que crea una reactivación económica. En Europa después de la Segunda Guerra Mundial, el Plan Marshall ayudó en la reconstrucción del continente y en la reactivación de la economía.

En América del Sur nos faltaba eso, pensamos nosotros, ¿cómo pensar desde el Sur Global un Pacto? Yo insisto con eso, estoy muy obsesionado, se me nota en las palabras y me doy cuenta de que los problemas de América Latina son diferentes a los del Norte, porque existen claramente, fuertes asimetrías históricas, geopolíticas y que al calor de la crisis socio ecológica, la deuda ecológica aumentó más, de forma exponencial. Debemos pensar entonces, una salida y debemos rechazar a seguir siendo pensados y hablados desde el Norte, incluso cuando se trata de una propuesta de transición, tan en boga ahora.

Parece que nos tenemos que subir a ese carro de la transición, ahora es el nuevo carro, el nuevo “El Dorado”. En nuestra región, en Argentina, en Bolivia, en Chile, por ejemplo, el nuevo “El Dorado” es triángulo del litio, ese fantasma que nunca se atrapa, pero que ya está en el imaginario, puesto para hacer funcionar, mientras nos van saqueando. Hasta hace poco en Argentina “El Dorado” era el proyecto Vaca Muerta, pero Vaca Muerta no está dando los resultados esperados y está lejos de darlos, pero ahora es el litio quien va a salvar a nuestro país. Eso significa que, para lograrlo, sacrificamos lo que sea: territorios, agua, comunidades indígenas, etc. porque hay algo superior, una “salvación” diría, casi religiosa. Esa teoría de “El Dorado” o esta mirada “doradista” de América Latina está muy relacionada con un descubrimiento súbito, “ahora sí nos vamos a salvar”. Incluso cuando se trata de la propuesta de transición que no coloca ni la cuestión ecológica ni la cuestión social y no va más allá de la propuesta de descarbonizar a las sociedades, se presenta como la salvación del planeta y del continente. Debemos debatir incluso qué entendemos por transición y que no sean nuestros territorios los que financien la transición ecológica del Norte.

El Pacto Ecosocial tiene también un papel muy protagónico desde las distintas partes de la región, está en construcción, en debate, pero no es una cuestión abstracta, se entronca con muchas luchas, procesos y conceptos que ya existen como, por ejemplo, derechos de la naturaleza, el buen vivir, la transición justa, el paradigma del cuidado, la agroecología, la soberanía alimentaria y la justicia social y redistributiva. La justicia para la región es clave y ahí es donde hay está el punto: el Pacto Ecosocial, nuestro intento de salida para esta situación tiene que ser articulando justicia social con justicia ecológica, no hay una sin la otra, la salida no es sólo ecológica estrictamente hablando, sino que tiene que apuntar, por ejemplo, para una sociedad mucho más justa, con un ingreso ciudadano universal, por ejemplo, repensando el sistema impositivo. También me parece que es, y este es el último punto, una transición socio-ecológica radical que obviamente incluye la alimentaria, la urbana. América del Sur tiene las ciudades más delirantes del planeta: Buenos Aires, San Pablo, Río de Janeiro, Bogotá, México, todas ciudades inherentemente inviables, y que con la pandemia se tornan peores; estos fueron los lugares donde los focos de la pandemia hicieron más daño.

Tenemos que repoblar América Latina, repoblar su campo, hacer una agricultura, sobre todo en el cono sur, una agricultura con agricultores. Nosotros tenemos una agricultura en Brasil y Argentina, que ha expulsado a cientos de millones de familias del campo a las periferias de las ciudades. No podemos pensar la transición ecológica con el modelo de agronegocio, no podemos hablar de cambio climático, sin llegar a discutir el modelo de agronegocio, ni podemos pensar el cambio climático en términos abstractos, donde nadie es responsable, etc. Somos todos responsables, cuando decimos todos es nadie.

**María Elena:** Enrique, traes un elemento que es bien importante y es el de saber cuáles son los compromisos reales de la región con los cambios, es decir, si existe un verdadero compromiso con esos desafíos tan grandes, como los cambios socio ecológicos, socioambientales. Este es un tema que vamos a discutir un poco después, me gustaría ahora escuchar la opinión de Pablo.

**Pablo Solón:** ¡Tu pregunta es muy buena! Al principio de la pandemia yo era optimista, pensaba que íbamos a aprender de la pandemia, hoy creo que no hemos aprendido nada. Estuve en Brasil y fui al aeropuerto. Era impresionante la cantidad de gente desesperada por querer viajar. El dato que da Patricia es muy importante, el de los subsidios. Estaba revisando ¿cuántos fueron los subsidios a los combustibles fósiles el año pasado, el año de la pandemia? 5 millones 900 mil

dólares, o sea, es 60 veces lo que se está pidiendo que nos den como fondo para el cambio climático, 60 veces más, y no nos dan los 100 mil millones de dólares que es lo que quieren todos los países, por eso Glasgow y demás, pero, sin embargo, el sector de los combustibles fósiles tiene casi 60 veces más, esa es la realidad.

Yo veo poco probable que vayamos a llegar a un acuerdo multilateral que sería lo deseable, que nos permita hacer una transición ordenada, no lo veo. Yo veo, por ejemplo, ahora en Glasgow se habla de salvar la Amazonia, pero acaban de aprobar un crédito, mezcla crédito y mezcla donación, en el Fondo Verde del clima, de 279 millones de dólares. Todos deberíamos estar contentos, pero resulta que los 279 millones de dólares no son para salvar Amazonia, son para hacer negocios con la Amazonia, van a poner todo este dinero para traer inversión privada extranjera a la Amazonia. Y los inversionistas que van a invertir en la Amazonia van a repetir las viejas tácticas extractivas que ya conocemos, solo que le van a poner el rótulo de sustentable y obviamente, su principal objetivo no es salvar la Amazonia, su principal objetivo es obtener ganancias. A eso se está dirigiendo el Fondo Verde del Clima.

Entonces, en este contexto, yo opino que la solución viene por donde plantea Patricia. Tenemos que resistir desde los territorios. Yo estoy poco optimista desde el punto de vista de los gobiernos nacionales, de izquierda o de derecha, pero creo que la resistencia que va a generar peso es desde los territorios, en contra de la extracción petrolífera, contra las hidroeléctricas, contra la deforestación y articulación con los pueblos indígenas, con las poblaciones negras, con otras poblaciones campesinas que viven en la Amazonia es fundamental. Y honestamente, creo que primero, no va a haber una transición armónica, quisiera creer en Enrique, pero creo que no va a haber pacto, va a haber una lucha a muerte y donde la trinchera que puede crear un nuevo mañana va a estar en lo local, en lo territorial. Y que territorios como la Amazonia, estuve en un encuentro ahí en Belén esta semana pasada, un encuentro de saberes entre científicos y dirigentes indígenas afros, muy interesante, cómo los saberes y los conocimientos científicos concluyen en este momento de aguda crisis, y cómo podemos tejer esta resistencia desde abajo. Creo que ese es el más grande desafío. Yo creo que, si alguna esperanza hay, va a venir desde estas expresiones, más en lo local, territorial. Y que ojalá vayan expandiéndose, que veamos no solo la Amazonia como la Amazonia boliviana o ecuatoriana, sino como la Amazonia de región. Y repensar la Amazonia como un territorio de defensa. Creo que a partir de estas diferentes acciones podemos pensar en una posibilidad de hacer frente a un futuro que es bastante complejo.

**María Elena:** Los desafíos son enormes, más eso de volver a los territorios, a las luchas de lo local, quería unirlo a lo que Patricia nos decía antes.

**Patricia Gualinga:** Realmente, yo creo que la pandemia desató todo el abandono desde el Estado central, desde las entidades seccionales, hacia los pueblos indígenas y realmente, si antes decíamos que nos tenían olvidados, en la pandemia se visibilizó eso con una fuerza impresionante. Casi no existíamos, solo existimos para los recursos cuándo salimos a protestar. No existimos dentro de la política fiscal del Estado central como pueblos indígenas, porque donde nosotros estamos no llegó absolutamente nada y hemos tenido que sobrevivir con lo que teníamos. Y, ¿cómo podemos después de esta post pandemia, después de todo lo que ha ocurrido esperábamos que hubiera una lección de la humanidad, de que no podemos llegar a extremos como esta situación en el país. Pero no, no se ha aprendido nada y se quiere continuar multiplicando las mismas prácticas anteriores. Obviamente se habla más del cambio climático, la crisis climática y estoy muy de acuerdo con Pablo y con Enrique, pero eso es un nuevo modelo de negocios.

Ahora, los territorios que nosotros hemos conservado con tanta lucha, con tanto esfuerzo, con tanto tiempo, quieren ser comercializado como justificación, por ejemplo, aquí en Pastaza las autoridades dicen: “tenemos tantos bosques”, nunca nos han ayudado la resistencia, pero ahora sí, ya son bosques que ellos pueden utilizar para entrar a este Fondo Verde o a lo que sea que está siendo discutido en Glasgow. ¿Y nosotros? ¿y los pueblos indígenas? Como tenemos personerías jurídicas, que no tienen que ver nada con el tema económico, sino más bien con carácter de ONG ‘s. Nosotros no contamos dentro de toda esta situación, es una cuestión desigual. A nosotros nos preocupa, como pueblos indígenas, que todo el tiempo que se habla de todo lo que está pasando con el clima, de todos los desastres naturales, de todo el peligro hacia la Amazonia, ellos estén pensando siempre en negocios y no en soluciones realmente propias y no quieran escuchar a los pueblos indígenas, demostrando un racismo radical, de que nuestra visión, nuestra cosmovisión, no les pueda servir como algo que impulse a una verdadera transición. No va a haber transición sin conocimiento de los pueblos indígenas, no va a haber transición sin la cosmovisión de los pueblos indígenas, porque gracias a que nosotros hemos, por nuestra cosmovisión, protegido aquellos bosques, es que están ahí. Y si ellos vienen a tratar de proteger los bosques desde su visión mercantilista, comercial, no puede existir transición y no lo va a haber, porque no lo han entendido todavía y eso lo tenemos bastante claro en esta situación.

Ahora, todo el mundo también está hablando de Negocios Verdes, aunque en el Ecuador la Constitución dice que eso no puede ser, pero, sin embargo, hay empresas que vienen y nos dicen, nosotros los podemos ayudar y podemos ayudarlos a que ustedes puedan tener fondos y así todo es una fórmula matemática. También eso es un peligro, un peligro para los pueblos con pequeñas comunidades que no están bien informadas y eso hay que temer mucho, porque puede ser gente que realmente ha estado suplicando desde varios puntos para tratar de tener y comprometer más territorios y bosques y seguir negociando dentro de este tema de mercado de carbono. Y posiblemente, en mercados de carbonos oficiales, donde el tema es que muchos pueblos han sido críticos de que las mismas empresas tratan de justificar el tema de compensación, pero para seguir contaminando. Entonces, en esta situación nosotros consideramos que hay que tener mucha cautela y hemos estado advirtiendo a los otros hermanos de que no caigan en esos juegos de gente que viene con mentiras, como intermediarios o posiblemente gente que vive de este tipo de situaciones.

Cuando se habla de transición energética muchos dicen: “bueno ¿y cuál podría ser?” Nosotros, como pueblos indígenas no tenemos respuestas adecuadas de cómo puede cambiar todo un modelo, pero personalmente pienso que no puede irse en un solo camino. Creo que cada país, cada continente debe responder a su realidad en la cuestión de la transición energética, porque realmente todo se extrae de la naturaleza. Nosotros hemos tenido un gran inconveniente con el tema de la balsa, que estaban llevando para producir energía alternativa en China. La balsa fue deforestada en todas las cuencas de los ríos amazónicos, y eso generó que esos colchones de agua, eso que protegía la balsa, se desequilibrara totalmente y sufriéramos inundaciones severas. Hace un año, estábamos totalmente inundados y otros pueblos también, pero aparte de esto género una crisis social, una crisis social de gran impacto. Los trabajadores se llevaron a niñas indígenas y hasta ahora no saben dónde están la mayor parte, se encontraron 6 niñas indígenas desde Perú. Un impacto social que no es controlado. Obviamente, la balsa tuvo un buen precio y fue llevado a la China para hacer las eólicas, pero nosotros nos quedamos con todos los impactos. Y la eólica, supuestamente, en algunos sitios es energía alternativa. Entonces, vemos que el modelo de cambio de matriz no puede apostar a una sola situación, para nosotros siempre es conflictivo porque todo se basa en un modelo de naturaleza. Pero estas son nuestras reflexiones, sin embargo, consideramos no puede haber transición sin tomar en cuenta el conocimiento real sobre la naturaleza de los pueblos indígenas. Y no pueden, por encima de escritorio, planificar para los pueblos indígenas. Tienen que empezar a escuchar a

los pueblos indígenas que están teniendo sus propios planes desde su territorio y que no tiene que ver con modelos extractivos.

**María Elena:** ¡Gracias! Patricia trae las contradicciones, las contradicciones del desarrollo, de la transición supuestamente, esa transición verde y ese modelo extractivista, que se diga la situación de los pueblos indígenas y el protagonismo de los pueblos indígenas para cualquier transformación. Gracias, Patricia. ¡Tatiana!

**Tatiana Roa:** ¡Gracias! Yo quiero empezar justamente por este punto de la transición y quisiera plantear unos primeros elementos para entender porque esa propuesta de transición que nos ofrecen -la transición corporativa- como la hemos caracterizado, no puede ser. En primer lugar, porque esta sociedad capitalista, que depende de los combustibles fósiles, está llegando a su fin. Hoy, Luis González, coautor del libro “En la espiral de la energía” dio una entrevista para la revista “El Salto” y quiero me detener en uno de los elementos que él discute y que tiene que ver con el agotamiento de las fuentes energéticas y de los materiales que sostienen esta sociedad como hoy la concebimos. O sea, la humanidad dependiente del petróleo va a ser un accidente en nuestra historia porque realmente son muy pocos años, 200 años máximo, en el que el petróleo, en este mundo como lo vemos hoy, cómo funciona, cómo lo estamos viendo, no va a existir más, no tiene posibilidad de existir y no tiene posibilidades de existir con energías renovables, o sea, porque no hay energía renovable que pueda sostener esta sociedad tal cual como es hoy.

Enrique tocó el tema de las ciudades, estas ciudades tal como las imaginamos son imposibles de sostener. La arquitectura, yo no me puedo imaginar que va a pasar con edificios de 15, 20 pisos, cuando no tengamos la energía para subir, por ejemplo, el agua suficiente o para evacuar los residuos que salen de cada una de esas casas, ¿qué va a pasar con eso? Y eso lo tenemos que pensar porque es algo que va a ser suceder a muy corto plazo. Por eso, nos hemos planteado que la transición ambiental es fundamentalmente una transición cultural, o sea, implica una transformación de todos los imaginarios sobre los que se ha construido esta sociedad, implica entender los planteamientos como los que hace Patricia, de recuperar los saberes ancestrales, de construir alternativas en los territorios, de pensar lo que está haciendo la gente, porque yo creo que si uno mira el mundo, a ese mundo que nos abruma, somos profundamente pesimistas, pero si vemos ese mundo, ese otro mundo lleno vida, ese mundo que construye la gente, pensamos que tenemos futuro. Por ejemplo, yo participo de una escuela de energías comunitarias donde la gente está trabajando experiencias de energías asociadas al agua, asociadas al

alimento, asociadas a su vivienda, y eso nos mantiene viva la esperanza. Yo creo que es ahí que hay que poner los acentos, o sea, nuestro reto está en construir propuestas profundamente radicales, profundamente transformadoras que impliquen, sin duda, una transición que insisto debe tener un peso en lo cultural, pero obviamente también implican transformaciones en lo económico, en lo social, en lo tecnológico, no es simplemente una transición de un modelo tecnológico de energías fósiles a energías renovables. Desde el año pasado, empezamos a hacer una exhibición de experiencias de energía comunitaria y llegan cientos de experiencias por ejemplo indígenas, que tienen pequeñas centrales eléctricas para generar la energía en su comunidad, con el control de los ríos para generar la energía que realmente necesitan. Entonces, ¿para qué la energía? ¿cómo la energía? ¿cómo la queremos? ¿en qué queremos que se utilice? son preguntas fundamentales hoy porque efectivamente la energía, como quiera que sea, determina nuestra sociedad. Yo creo que ahí están los desafíos.

Los desafíos están en pedir lo imposible y eso será realmente lo que va a ser lo posible. Las transformaciones que vamos a tener en las próximas décadas van a ser profundas y si no estamos preparados para ellas, van a ser profundamente impactantes y dolorosas. A lo mejor mucha gente, especialmente los más vulnerables van a sufrir más. Pero hay mucha gente preparándose e históricamente lo han hecho y serán nuestro ejemplo.

**María Elena:** Para terminar, quería un comentario general y voy a juntarlo con una pregunta que hay en el chat, vos lo trajiste Tatiana, hay un proceso de construcción de alternativas desde abajo, Patricia lo trajo, Enrique dijo que es fundamental y Pablo también, ¿Cómo hacer que se encuentren en el proceso alternativas que están construyendo las comunidades, los pueblos indígenas, los pueblos tradicionales, los grupos, los colectivos y etcétera, con un cambio real de los gobiernos cómo hacer para que no sean, de alguna manera, meras promesas? Ustedes están hablando de que estamos vivenciando un cambio de época. Pablo decía que estamos en la crisis sistémica y con crisis sistémica necesitamos salidas múltiples, la salida es también compleja. Cómo ir haciendo que esta transición de la que estás hablando Enrique, hablabas de un Pacto Social, cómo ir haciendo que eso esté cada vez más próximo y no única y exclusivamente verlo como una utopía de futuro. ¿Como éste cambio de transformación del imaginario, del cual hablaba Tatiana, podemos irlo construyendo desde ahora? ¿Cómo llegar ahí? Y con esa reflexión, creo que podemos terminar esta conversación, con un poco de esperanza.

**Pablo Solón:** Primero sobre las alternativas, creo que tenemos alternativas, pero las alternativas que tenemos no son suficientes para la nueva situación. Creo que tenemos que buscar la complementariedad de alternativas. El Buen Vivir es fundamental pero no es suficiente. Nosotros, en Bolivia, hubiéramos hecho muy bien de aprender del crecimiento, de los comunes, del ecofeminismo, de la soberanía alimentaria. Tenemos que buscar la complementariedad de alternativas. Si no hay complementariedad para crear nuevas alternativas, como es el caso, por ejemplo, de los derechos de la Madre Tierra tenemos un problema, tenemos que avanzar en eso.

En el presente caos, tenemos que saber ponerle troncos a la maquinaria que está desarrollándose, pararla en algunos lugares; por ejemplo, en el caso boliviano, si nosotros no paramos la exportación de carne a la China, se nos van los bosques amazónicos, porque el principal factor de deforestación es la ganadería para la China. Entonces, ¿cómo concentramos nuestras fuerzas para ejercer una presión a nivel nacional, a nivel local y a nivel internacional, para parar esta presión de exportación de carne para China y poder salvar a los bosques? Yo creo que es posible, pero en cada país, en cada región, hay que fijarse objetivos concretos donde uno pueda parar la maquinaria y así en ese camino iremos construyendo una alternativa.

**María Elena:** Gracias, Pablo. Patricia, tus comentarios.

**Patricia Gualinga:** Aprendí que no podemos hacer cambios si no escuchamos al diferente y en eso me incluyo yo. O sea, a veces pedimos que sean escuchados los pueblos indígenas porque nunca nos escuchan, pero también tenemos que hacer el ejercicio de escuchar a los otros, a los que piensan diferente, porque no creo que sea posible un cambio si no estamos todos involucrados, inclusive hasta los que no me gustan, porque todos estamos compartiendo un sitio común, todos estamos con los mismos problemas. Yo pienso que si logramos que nos escuchen a los pueblos indígenas y si logramos hacerles entender y entenderles tal vez, habremos dado un paso para el cambio. Como Sarayaku llevamos la propuesta Selva Viviente, viviente porque creemos que no han entendido a la naturaleza, no a los pueblos indígenas, sino directamente a la naturaleza y porque pensamos que con esta propuesta podemos llegar al corazón, al sentimiento y a aquella parte que ha perdido ese contacto con la naturaleza. Selva Viviente es nuestra propuesta de transformación, tal vez no de la matriz energética, pero sí del ser humano para empezar con la transición.

**Enrique Viale:** Muy corto, ya lo dije y también un poco lo dijo Pablo, el tema de entroncar nuestras luchas, los procesos de resistencia con conceptos que ya existen. Creo que eso es clave, revalorizar conceptos que fueron invisibilizados, ridiculizados. Hay un montón de conceptos, incluso algunos que dijo Pablo traídos del Norte, necesitamos disputar sentidos y no tener miedo, tener el valor de romper consensos, el consenso de las *commodities*, como se dijo antes. Por ejemplo, hablando de Brasil y Argentina, el consenso de que solo existe una agricultura posible, la transgénica con uso de agroquímicos, hay que romperlo y romperlo con mucho valor.

**Tatiana Roa:** Yo voy a decir lo mismo que mis compañeros. Tenemos que entender, que hay diversas luchas, diversas formas de resistir, que las respuestas son diferentes, que hay lógicas diferentes. Yo creo que la izquierda muchas veces despreciaba a aquel que hacía, al que le interesaba más el hacer. Yo creo que hoy hay que entender que la forma como las resistencias y las luchas se expresan y las formas como la gente participa, en estas transformaciones son muy diferentes. Y es en este sentido, empiezan a ver interacciones, por ejemplo, en Bogotá, en Colombia, hay un movimiento que es interesantísimo, es el movimiento de las Pacas Digestoras, que es un sistema muy sencillo de procesar los residuos sólidos y esa iniciativa se ha vuelto viral, hoy hay Pacas por todos los espacios públicos de Bogotá, las encuentras en los antejardines, en los parques y empiezas a ver que hay comunidad, aquí hay gente que se reúne a hacer Paca, porque la Paca no se hace sola, se hace en grupo y eso va construyendo, cómo lo dice su eslogan “Descomponiendo residuos, componiendo comunidad”.

Esos ejercicios que seguramente, desde una lectura de la izquierda tradicional, son irrelevantes, han generado un movimiento que hoy evita que al relleno sanitario de Doña Juana lleguen toneladas de basura sin procesar. Experiencia en espacios públicos, que ha retomado el sentido de comunidad, que además se apropia de lo público porque se empiezan a construir jardines comunitarios, huertas, etcétera. Entonces, a mí me gusta mucho la idea, que dice que de todas estas islas de sustentabilidad va a emerger un gran continente, que emerge desde los diversos territorios. Creo que hay que darle lugar al que lucha con otros y resiste, porque desde ahí, si nos oímos, cómo lo decía muy bien Patricia, van a surgir propuestas y, sobre todo, vamos a estar preparados para enfrentar lo que viene. Porque en realidad, los cambios los van a dar los hechos, esta escasez de recursos va a ser más rápido de lo que pensamos y nos van a obligar a transformar y a dejar muchas cosas, porque creo que no se van a poder mantener, digamos,

estos sistemas de movilización de mercancías y materiales por todo el mundo. Entonces, bueno, construyamos ese gran archipiélago de sustentabilidad, de justicia social y ambiental.

**María Elena:** Creo que con estas palabras de Tatiana podríamos finalizar pensando siempre que vivimos en un continente en crisis, crisis socioambiental, crisis climática, crisis económica, crisis de la desigualdad. Pero también que es un continente que se mueve y que construye propuestas, alternativas, y pienso en lo que decía Tatiana, es esta conjunción de propuestas que nos pueden ayudar a construir un proceso nuevo, romper esos consensos, como decía Enrique, o repensar con nuevos sentidos lo ambiental y el desarrollo.

Quería agradecer mucho a Enrique, Tatiana, Pablo y a Patricia por esta excelente mesa, por sus comentarios, por sus experiencias, por los diagnósticos que ustedes tienen y por las propuestas de futuro.

# América Latina entre China y EEUU: nuevas configuraciones del orden mundial

Ana Garcia<sup>1</sup>

Ana Esther Ceceña<sup>2</sup>

Luciana Ghiotto<sup>3</sup>

Carlos Aguiar de Medeiros<sup>4</sup>

**Ana Garcia:** A partir das pesquisas e análises que vêm sendo conduzidas, quais são os principais pontos de tensão entre China e EUA hoje e que feitos a pandemia teve sobre essa disputa?

**Ana Esther Ceceña:** Estamos en un momento realmente de incertidumbres, un momento en el que todo cabe, todo puede pasar y como que las rutas están abiertas y no hay, propiamente, certezas. Creo que la pandemia incluso intervino en eso, en marcar un poco un alto en el camino, en la ruta que parecía venirse perfilando y que, por supuesto, lo que hacía era confrontar dos poderes. Podríamos decir que, desde el punto de vista geopolítico, la novedad del momento es esta especie de coalición. Una coalición en ciernes que se ha empezado a constituir en el mundo asiático enfrentando el gran poder, hasta ahora imperturbable, de Estados Unidos, y que surge de una manera curiosa porque, China crece desde el punto de vista capitalista desde hace algún tiempo. En verdad, crece auspiciada por las propias empresas norteamericanas que se instalan en China, que utilizan pues, ese recurso tan abundante que tienen los chinos de la fuerza de trabajo, verdaderamente

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha. Doutora em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, com período de pesquisa na York University, Canadá. Professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Diretora do BRICS Policy Center.

<sup>2</sup> Doctora en Relaciones Económicas Internacionales por la Universidad de París I, Sorbona. Investigadora del Instituto de Investigaciones Económicas y Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México. Organizadora de Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI (Clacso, 2005) y Los desafíos de la emancipación en un contexto militarizado (Clacso, 2006).

<sup>3</sup> Investigadora de carrera del CONICET con sede en la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Docente de la Carrera de Relaciones Internacionales de la Escuela de Política y Gobierno de UNSAM. Es Doctora en Ciencias Sociales (2012) por la Universidad de Buenos Aires, miembro del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

<sup>4</sup> Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e Pós-Doutorado na Universidade de Cambridge (2007). Foi Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é Professor vinculado aos programas de Pós-Graduação deste instituto, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento, desemprego; crescimento; tecnologia, estado; mercado; instituições, padrões monetários balança de pagamentos crescimento e industrialização; inserção internacional.

la más barata del mundo durante un período importante. Entonces, eso hizo que China se fuera convirtiendo en una potencia económica, pero de algún modo, todos señalábamos: ¿es China o son estas empresas las que tienen esa potencia?

Pasó algo muy curioso, porque China aprovechó el momento con una política de Estado muy deliberada, podríamos decir inteligente, desde este punto de vista de la disputa por la hegemonía. Lo que empezó a hacer es aprovechar la presencia de estas empresas, para ir absorbiendo tecnología de las grandes corporaciones transnacionales, pero también para ir creando su propia tecnología. Entonces, al momento actual, nosotros encontramos que quizá la disputa tecnológica entre Estados Unidos y China no está en los mismos terrenos, sino que cada uno tiene sus nichos de desarrollo en este campo. Pero la parte que han avanzado los chinos es una parte importantísima, porque tiene que ver con este nuevo momento en el que estamos, que es el momento en que todo se controla a través del ciberespacio, a través de la tecnología. Entonces el control tecnológico cada vez es más importante, incluso no solo para la producción directa, sino para la intervención en las directrices que marcan las pautas de la producción directa y de la circulación. La circulación hoy en día es algo fundamental.

Mercados mundiales planetarios que construyeron estas grandes corporaciones, fundamentalmente las norteamericanas, que les permitían tener un pie en cada uno de los países del mundo. O sea, redes realmente imbricadas las que construyeron, cosa que es muy difícil de desmontar. Pero los chinos se fueron metiendo en todo esto. Debo agregar que cuando digo chinos, yo estoy queriendo hablar no solamente de China, sino de China, Rusia y por ahí, algunos otros socios locales. También lo que empezó a ocurrir es que, los rusos desarrollaron tecnología militar durante todo este tiempo, que es muy relevante y que está compitiendo muy fuerte con la de Estados Unidos. Y competir en tecnología militar y en tecnología cuántica, que es lo que hacen los chinos un poco, pues es tocarles uno de los puntos neurálgicos de la organización general que tiene Estados Unidos a través de sus empresas. Pero también a través de sus agencias de seguridad, que garantizan la dominación en el conjunto mundial. Entonces, tanto el pentágono se ve afectado como las grandes corporaciones se han visto afectadas por esta competencia. Yo no diría, todavía, lo que alguna gente dice que China ya tomó, digamos, el liderazgo mundial, o que esta coalición asiática ha tomado el liderazgo mundial. Está claro que no, pero está claro que ahí hay un equilibrio, una especie de equilibrio, no tan asimétrico, sino que amenazando con ser un equilibrio muy parejo de fuerzas en el que, por supuesto, los caminos hacia el futuro pueden derivar hacia un lado o hacia el otro, digamos, hacia otro tipo de coaliciones, eso sí es incierto. Lo que es cierto es que esto les ha confrontado ahí.

Ahora, si todavía me queda un momentito, lo que la pandemia puso en evidencia entre otras cosas es que este gran poder de Estados Unidos, tejiendo esas redes planetarias, lo llevó a una especie de capitalismo rentista, en cierta medida. Es decir, un capitalismo que sólo dirigía la producción que hacía en el resto del mundo, y entonces eso debilitó mucho el aparato productivo de Estados Unidos. Yo diría, que fue antes de la pandemia, que ellos empiezan a tomar una conciencia fuerte sobre la situación de vulnerabilidad en la que esto los colocaba. Y si ustedes se acuerdan, la campaña de Trump es “Hagamos América grande otra vez”, y justo pone el acento en desarrollar la industria manufacturera interna, es decir, producción internamente, pensando como ellos siempre piensan, que en el caso que hubiera una guerra mundial, pues qué fortaleza sería la que tienen en su propio terreno. Y entonces había una claridad de que su propio terreno estaba frágil, por la fuerza que tenían en el planeta en su conjunto, entonces, que eso lo tenían que contrarrestar. Y curiosamente justo con China, les pasa un poco que es el espejo invertido, porque China lo que tenía era esa fuerza interna, esa fuerza, digamos, esa potencia de trabajo interna, aunque todavía no la presencia mundial como la que tiene Estados Unidos. Hay un juego de fuerzas que por supuesto, la pandemia lo que hace es tensar esos hilos.

Un dato que habría que agregar, ya para concluir, es que lo que tendríamos que observar un poco más, es cómo en este momento el ciberespacio es el espacio de definición de muchas cosas. Las empresas que se colocan, que crecen durante la pandemia son empresas como Amazon, Google, Facebook, digamos todas estas empresas con sede en Estados Unidos y que manejan desde arriba los hilos de muchas cosas que tienen que ver con producción, con circulación, etc.

**Luciana Ghiotto:** Quería concentrarme más en algunos elementos sistémicos sobre esta pregunta, sobre los puntos de tensión entre China y Estados Unidos y la pandemia. Tenemos que hacer un buen balance de qué es lo que implica la crisis asociada a la pandemia. Yo vengo pensando esto, no porque sea brillante, vengo apoyándome en gente que viene trabajando con este tema, desde algunos compañeros de la Economía Política en Francia, como Michel Cusson, como David Harvey, y en Argentina también con Rolando Astarita. Trato de pensar sistémicamente la crisis y qué implica esta pandemia. Tratar de ver las tendencias hacia adelante. Quizás lo que nos permite una mirada sistémica del marxismo que yo trabajo, no es hacer futurología, sino que es ver las líneas de tendencia que nos permitan comprender, hacia dónde se encamina el sistema, de algún modo. Entonces, yo quería poner el hincapié, el énfasis, en este período entre la crisis del

año 2008 y la crisis actual. Porque la crisis del 2008, que ya casi no mencionamos, es una crisis irresuelta en el capitalismo, es un momento de gran crisis en el capitalismo. Es una crisis que no fue resuelta todavía, porque el capital no logra encontrar un relanzamiento, una reestructuración productiva que le genere un salto en la tasa de ganancia. Esto me parece muy relevante, porque los efectos de la crisis del 2008, todavía los estamos sintiendo hoy. Entonces es interesante cuando tenemos que ver desde ahí lo que implica en términos de la retracción del comercio y la retracción económica general y el aumento que hemos visto, en estos años, en el precio de los alimentos o las *commodities* básicas de producción. A la vez que se produce una enorme sobreproducción. ¿Quién consume todo lo que se produce? ¿Quién consume todos los automóviles que se producen? Hay una crisis gigantesca donde se sigue produciendo, pero no se destruye capital ocioso. La Segunda Guerra Mundial fue un momento de destrucción de capital ocioso gigantesco, además de vida humana por supuesto, pero que implicó el rearmado de Europa como un polo productivo gigantesco. Después de la Segunda Guerra Mundial, implicó este relanzamiento de la tasa de ganancia también, con Estados Unidos superpoderoso en términos, no solo armamentístico, sino económicos, después de la Segunda Guerra Mundial.

Hoy tenemos una situación diferente. En la crisis del 2008, si se logró salvar de manera parcial, fue justamente por el rol de China como comprador mundial y el lanzamiento, en este contexto, de la gran iniciativa del B.R.I. (del Belt and Road Initiative), con gran foco que chupa capital esta gran iniciativa. Especialmente el capital acumulado en China. Se expande en términos de infraestructura global, todos los tipos de estructuras, son una enorme cantidad de iniciativas en varios continentes. Y en ese contexto China salva o relanza el comercio local y la circulación de inversiones después del 2008. Hoy la pregunta, y esto que Ana Esther decía: “esa gran incertidumbre”, también está en ver que China no está en condiciones de ser ese “salvador” después de la crisis del 2008. Entonces, uno ya puede ver ahí, que es probable que sea cada vez más difícil salir de esta mega crisis para el capital. Y la única manera en la cual parece que puede haber una salida es a través todavía, de la intervención de los Estados. Si nosotros miramos el año pasado, en los primeros meses de la pandemia, cuando todavía el mundo estaba cerrado, encontramos que tanto el G20 como la Organización Mundial de Comercio, sostenían con fuerza que la única salida de la crisis era el libre comercio. Y en ese contexto, se abaló el rol de los Estados como salvadores, en este contexto de crisis total. A escala global vimos intervenciones gigantescas en toda América Latina. Vimos intervenciones gigantescas también de salvataje de los Estados, con

paquetes enormes para tratar de salvar a sus sectores productivos nacionales y a sus poblaciones de la crisis económica y crisis sanitaria. El problema es: si eso puede ser sostenido a largo plazo. Es una pregunta, si los Estados están en capacidad. La pregunta sería: Estados con cada vez menor capacidad de ingresos en sus arcas públicas, porque cada vez reducen más los aranceles, porque cada vez están más endeudados: ¿Pueden esos Estados ser el sostén de última instancia constante en el capitalismo? Es una pregunta.

Hay que ver qué pasa con, nuevamente la OMC, el G20 pidiendo libre comercio, pidiendo no intervención de los Estados, pidiendo no proteccionismo, pidiendo que los Estados se retiren del comercio global, por ejemplo. Entonces, el último elemento para esta pregunta que quería traer es: en el marco de la gobernanza global ¿Cómo se va a vivir esto? ¿Qué es lo que vamos a ver en la reunión Ministerial de la Organización Mundial de comercio, que va a tener lugar en noviembre? ¿Qué acuerdos se van a poder lograr con estos dos grandes China y Estados Unidos? China, en el contexto de la OMC, por ejemplo, jugando con un rol de multilateralismo, a favor del multilateralismo. China ha sido un sostén del multilateralismo, especialmente en el marco de lo que fue la presidencia de Trump, donde había un boicot de Estados Unidos al multilateralismo. China se puso como el protector de esos espacios. China está lanzando hoy, en el marco de estas instituciones globales, agendas muy fuertes para tratar de, justamente, relanzar esa tasa de ganancia y aumentar la circulación del capital, facilitar la circulación del capital, acortar los tiempos de circulación de las mercancías. Por ejemplo, ¿con cuál agenda? Una agenda que pasa desapercibida, que es la de “facilitación de las inversiones”. Ya tenemos en la OMC “facilitación del comercio”, ahora viene “facilitación de las inversiones”. No tiene ISDS, no tiene mecanismo de Solución de Controversias Inversor-Estado, que ha sido la gran crítica a la protección de inversiones.

Esta agenda tiene otro elemento y China lo impulsa. China impulsa: facilitar la circulación de capital, que el capital pueda llegar en forma de inversión extranjera, que pueda llegar al país sin restricciones, que pueda operar en el país sin restricciones y que pueda irse del país sin restricciones. ¿Las restricciones de quién? Del Estado. Por eso tenemos esta tensión también. Siempre el Estado como salvador de las crisis capitalistas, y a la vez todas las presiones puestas sobre el aparato regulador de los Estados. Esa tensión sigue irresuelta y es una tensión que en el marco de la “coronacrisis” aparece como un punto que tenemos que seguir mirando. Este año para esta reunión ministerial de la OMS prestemos atención qué es lo que sale, en escasas 3 semanas. Y el año que viene, ver la agenda del G20: qué se plantea en el marco del diálogo global y cuáles son las propuestas de las grandes potencias para tratar de salvar esta situación.

**Carlos Aguiar de Medeiros:** Eu começaria por uma constatação que perpassa as colocações gerais aqui e que constitui uma grande novidade histórica com importantes impactos sobre as perspectivas que se colocam para as próximas décadas: possivelmente, num período muito breve, o Produto Interno Bruto da China, expresso em dólares correntes, superará o dos EUA. Esse fato constitui uma significativa novidade, pois, desde o início do século XX, os EUA afirmaram-se não apenas como o país com maior nível de Produto, mas como principal potência econômica, tecnológica e industrial. A realidade atual forma uma circunstância completamente distinta da que historicamente se colocou com a União Soviética, assentada numa disputa sobre sistemas econômicos, uma rivalidade política, ideológica e militar ao passo que essa inclui uma disputa pelos mercados, sobre a tecnologia, acumulação de capital e o poder político que o poder econômico confere aos Estados nacionais.

Nesse sentido, a ascensão chinesa coloca uma novidade ou desafio que os Estados Unidos agora estão enfrentando com políticas industriais mais abrangentes cujo laboratório, digamos, prático e fundamental, se construiu na própria China nas últimas décadas. Com efeito, sob o governo Biden, a política econômica prioriza a Política Industrial voltada ao avanço em áreas estratégicas de alta tecnologia, na transição para tecnologias verdes e, sobretudo, para o desenvolvimento daquelas tecnologias que são de duplo uso, civis e militares, tecnologias que os EUA têm uma posição de liderança. É importante sublinhar em relação à corrida tecnológica que os EUA ainda retêm uma posição de dominância na tecnologia da inovação, mas, a China tem caminhado muito rapidamente tanto na inovação, quanto principalmente na tecnologia da produção, incluindo aí as cadeias produtivas que favorecem, nos últimos anos, um rebaixamento geral dos custos de produção. Nesse sentido, a vantagem competitiva chinesa não se reduz ao custo do trabalho, como a que se afirmou no início da sua inserção externa, que foi exatamente muito semelhante à inserção que aconteceu com Taiwan ou com a Coreia lá atrás, mas, que hoje, sem dúvida nenhuma, sua competitividade decorre de uma maior eficiência do conjunto do sistema industrial que vem propiciando o deslocamento da sua inserção internacional na direção de atividades de alta tecnologia, incluindo algumas realizações fundamentais no campo espacial e militar. Este último aspecto coloca a ascensão chinesa numa perspectiva geopolítica completamente diferente da que se afirmou nos casos exitosos de industrialização asiáticos do pós-guerra, todos eles subordinados ao guarda-chuva americano, inclusive com bases militares americanas, todos eles do Japão, da Coreia, Taiwan.

A diferença específica da China em relação aos demais países de rápida industrialização é a manutenção de uma persistente elevada taxa de acumulação de capital sem descontinuidades relevantes, ao mesmo tempo em que construiu um poder militar estratégico e com autonomia, e essa combinação muda inteiramente a configuração da sua inserção geopolítica. Essa realidade se manifesta em diversos planos, na questão regional, nas disputas tecnológicas etc.

Pode-se examinar aqui de forma muito breve o que se passou a partir do novo milênio. Em 2001, a China entra na Organização Mundial do Comércio, de lá para os dias atuais o saldo comercial que tinha com os Estados Unidos passou de dezenas de milhões de dólares para centenas de bilhões de dólares, essa evolução é uma das razões da estratégia mercantilista empunhada por Donald Trump. Embora as grandes corporações americanas tenham participado dessa transformação, essa evolução, incluindo a perda de posicionamento da velha indústria americana, gerou nos Estados Unidos algo similar ao que aconteceu na Inglaterra, nos anos 1950 e 1960, isto é, um descompasso entre os interesses estratégicos das grandes empresas internacionalizadas e o capitalismo desse país. Em geral, as estratégias bem-sucedidas ocorrem quando o processo de internacionalização dos capitais vai ao encontro também dos interesses do desenvolvimento do capitalismo no país. Mas, em determinadas circunstâncias, como ocorreu com a Inglaterra e agora com os EUA, afirma-se um descolamento entre as estratégias dos capitais cujo lucro decorre da circulação na órbita Global e o capitalismo no país e sua capacidade de geração de emprego, renda e ganhos aos capitais não internacionalizados. Esse desencontro gera tensões sociais, problemas etc., demandando políticas econômicas que visam à conciliação dessas contradições que se colocam entre os capitais e o capitalismo.

Essa é uma questão que não se colocou na China. A China faz, a meu ver, uma transição de uma economia socialista de planejamento central na direção de um capitalismo de Estado, mas esse capitalismo é muito subordinado aos interesses que a burocracia chinesa considera absolutamente fundamentais para sua expansão. Então, de certa maneira, o capitalismo lá é funcional para a própria expansão da projeção nacional de poder da China; já nos Estados Unidos, a internacionalização e integração com a China abriu mais fraturas entre esses capitais.

A questão regional centrada na China se coloca tanto no plano econômico quanto no plano político. No plano econômico, a China percebe que a construção de um conjunto de relações comerciais e de investimento na Ásia é, sobretudo, no contexto atual, muito importante para garantir um crescimento equilibrado nas suas relações externas. De certa maneira, a iniciativa de 2013 tem exatamente o

objetivo de construir, de um lado, uma área regional dinâmica e um polo de desenvolvimento com razoável autonomia, em que a China assume a posição central como investidor, como mercado para um conjunto de atividades econômicas e, sobretudo, garantindo o acesso ao suprimento de energia, minerais e alimentos. Essa configuração de uma regionalização liderada pela China pode estar gerando uma nova polarização entre os países inseridos nessa cadeia de valor e aqueles países que estão fora ou que são marginalmente apenas presentes nessa cadeia produtiva particularmente, aqueles que são subordinados estritamente aos interesses dos Estados Unidos. Mas, de certa maneira, eu acho que isso é um ponto importante: do ponto de vista geopolítico tem tencionado as relações com os EUA que historicamente nunca toleraram nenhuma potência que se coloca como potência regional, essa é uma circunstância fundamental.

A China, no seu processo de expansão, criou também uma área extraordinariamente conflitiva em torno do Mar do Sul da China, atravessado por diversas ambições nacionais. Presentemente, os Estados Unidos exploram politicamente os conflitos que podem ser decorrentes das demandas e temores que emergem da Índia, entre o Vietnã, Filipinas, Japão, e desse modo, a questão regional também coloca um desafio muito importante com grandes repercussões na economia mundial.

Considerando os desdobramentos acelerados pela atual pandemia, pode-se dizer que no campo da tecnologia o mundo pós-Covid, que está se reestruturando, vem ampliando as tecnologias associadas ao processo de Inteligência Artificial e à digitalização e também as tecnologias de monitoramento, controle e previsão, tecnologias que demandam grande capacidade de processamento de dados. Nesse sentido, a China, a despeito de estar atrás dos Estados Unidos em diversas tecnologias de uso geral, nessa área específica está na vanguarda, ou próximo da vanguarda, e isso coloca também um desequilíbrio entre as duas economias, que se dá em tecnologias estratégicas; não por acaso uma delas tem a ver com a tecnologia de comunicação, telecomunicação do 5G. Por essas razões, formou-se hoje um conjunto de desafios ao poder econômico e tecnológico americano e, por isso, a China tem sido considerada pelos EUA como seu contendor principal. Essa percepção era a de Donald Trump e, do mesmo modo, é a de Joe Biden. Mudaram-se alguns instrumentos e métodos, mas a direção é a mesma. O Biden tem utilizado mais as parcerias com outros países, sobretudo no plano militar, como a que se deu recentemente com o envolvimento da Austrália e Inglaterra com compras de submarinos com propulsão nuclear. Com a crescente aliança entre os EUA e a Índia, então, de certa maneira, a estratégia americana é uma ação geoeconômica

visando minar e interromper a trajetória de crescimento da China que, se mantida, tornará o seu PIB superior ao dos EUA em torno de 2030.

**Ana Garcia:** Muito obrigada por essa leitura abrangente, tocando em diversos pontos que Ana Esther e Luciana começaram, mas também expandindo para essa discussão regional e regionalização, no sentido de isolamento e tentativa de contenção da China pelos EUA e, em alguma medida, as tentativas da China de criar, pela *Belt and Road* e outras iniciativas, algumas áreas estratégicas de integração mais autônoma. Nesse contexto de tensões geopolíticas e geoeconômicas internacionais, que desafios se apresentam para a América Latina? Em sua visão, que lugar ocupa a região nas agendas externas da China e dos EUA?

**Luciana Ghiotto:** Creo que América Latina de todos modos recibe los golpes de esa pelea. Algunos elementos que quiero traer como: recientemente en la Cumbre de la CELAC, que fue en México, una noticia pasó muy desapercibida y nosotros entramos en pánico. El presidente López Obrador dijo lo siguiente: que habría que reimpulsar el ALCA, porque en la competencia entre Estados Unidos y China, dentro de 10, 20 años, China va a pasar por encima de Estados Unidos. Y Estados Unidos en su búsqueda de recuperar protagonismo va a intentar volver fuertemente a América Latina y garantizar poderío en América Latina, frente a la entrada de China. China ha ido entrando en la región, aquí hay mucha gente que trabaja ese tema, y entonces su argumento es: “Necesitamos reimpulsar el ALCA, porque necesitamos que Estados Unidos vuelva a la región a través del comercio y no de golpes de estado”. Esto dijo López Obrador. Con algunos compañeros nos quedamos congelados por el tipo de argumento. Entonces, yo pensaba: estamos en el peor de los universos.

Otro elemento para pensar, tiene que ver con los tratados de libre comercio. Si nosotros miramos, la región también está siendo azotada por esta competencia entre China y Estados Unidos, pero de manera indirecta y tiene que ver con el rol de la Unión Europea. Porque la Unión Europea también está en esa competencia en el peor de los mundos, (bueno, nosotros estamos en un mundo peor pero...) porque ven su poderío económico netamente reducido. En ese sentido, si miramos en los últimos 3 o 4 años, seguramente (quizás desde la presidencia de Trump, tendría que mirarlo un poco más, es una hipótesis), vemos que el único actor que actúa de manera fuerte en las negociaciones comerciales de tratados de libre comercio a escala global es la Unión Europea. No fue Estados Unidos, no fue China. China tiene otra forma de diplomacia, tiene otras formas de negociaciones. Pero los que han salido a

negociar, de manera casi loca, han sido los europeos para garantizarse mercados en esta disputa, donde ellos quedan claramente en segundo lugar, y garantizarse protección de las inversiones europeas en esos territorios. Han negociado con Japón, Indonesia, Vietnam. Actualmente negocia con Australia, Nueva Zelanda. Se cerró en el medio de la ventana de oportunidad, la *janela de oportunidade* entre Bolsonaro y Macri, cierran el acuerdo Mercosur-Unión Europea. Se renegocia el acuerdo con México. Con Chile está intentando cerrar ahora, antes de las elecciones presidenciales en Chile que son dentro de un mes. Lo dijeron de la comisión europea, están apurando la negociación para que el nuevo presidente no frene la renegociación con la Unión Europea. ¿Y qué es lo que se garantiza en estas negociaciones la Unión Europea? Un capítulo nuevo en estos acuerdos, que es el capítulo de energía y materias primas que está en el tratado con México, con Chile, y en los nuevos tratados que está negociando, por ejemplo con Nueva Zelanda. Es decir, que la agenda también va cambiando. Yo trabajo desde esa óptica: mirar un tratado de libre comercio como expresión de una cierta configuración de entre las potencias y los países más subordinados, y en la relación capital-trabajo. Cómo estos tratados expresan un momento determinado. Por eso no es lo mismo mirar el texto del TPP, que mirar el del ALCA y que mirar el del NAFTA. Eso ha ido evolucionando, han ido cambiando, se han ido incorporando elementos. Entonces, cuando miramos estos acuerdos que, por ejemplo, países de América Latina están hoy renegociando y firmando aparece también la Unión Europea.

En definitiva, yo lo que quiero plantear es que, por esta incorporación que digo de los capítulos sobre energía y materias primas, lo que vemos es la necesidad de sostener a la región con una matriz extractiva. Todos los tratados de libre comercio que se han firmado ya sostienen esa matriz. No estoy diciendo que la crean a la matriz de producción de materias primas y extractivismo. Lo que digo es que consolidan esa matriz extractivista, porque todos estos tratados lo que han hecho es garantizar el acceso de las potencias a las materias primas en la región, convirtiendo a las canastas exportadoras de nuestros países en pura exportación de productos de debajo de la tierra (petróleo, gas, minerales, todos), de por sobre la tierra (soja, granos, vacas, carne y los productos del bosque, de la selva). Esos son los productos tienen que ver con las frutas, el café, el cacao, las flores. Y los productos del mar (salmón, pescado, camarones). Esos son los productos que América Latina exporta de manera mayoritaria. Si miramos las canastas exportadoras de cualquiera de los países, salvo probablemente el caso de México, justamente por su encadenamiento productivo con los Estados Unidos, pero en el resto los países nos vamos a encontrar eso. Si miramos la canasta exportadora del Mercosur y la Unión Europea,

estamos hoy tan atentos al cierre o no cierre de este proceso, encontramos que la Unión Europea coloca en el Mercosur buques, aviones, helicópteros, vacunas, antibióticos, medicamentos en general, automotores, partes de auto, partes de motores, usan productos de un mediano y alto valor tecnológico.

¿Qué coloca el Mercosur en la Unión Europea? coloca jugo de naranja, carne, coloca mineral de hierro que sí es importante, coloca granos, por ejemplo, también algunos cereales. Nos encontramos canastas exportadoras completamente asimétricas. Y eso es lo que vinieron a hacer los tratados de libre comercio: consolidar esas canastas exportadoras asimétricas, a la vez que se genera una enorme presión sobre los aparatos regulatorios de los Estados. Donde cada vez estos tratados circunscriben, acotan la capacidad de poner reglas que tienen los Estados. Incluso con un *backlash* como dicen, con un latigazo a los países más poderosos porque también esos Estados reciben estos frenos a las regulaciones. Entonces cada vez que la Unión Europea o Estados Unidos tienen que moverse de modo regulatorio tienen que buscar las maneras también ellos de sortear las reglas de los tratados de libre comercio y de la Organización Mundial de Comercio. Entonces, aparecen los paneles que vienen a poner cotos a las medidas para arancelarias, por ejemplo, de la Unión Europea para frenar las importaciones de cítricos, para frenar las importaciones de carne o de cualquier producto agrícola desde por ejemplo el Mercosur.

Estamos en una situación en el peor de los mundos, dónde esa tensión entre las potencias se produce en una América Latina plagada de tratados, plagada de regulaciones que frenan el accionar de los Estados y que restringen la capacidad de política pública, por ejemplo, para desarrollo sustentable, para medidas de protección de los derechos laborales, protección de derechos humanos en general. Otro tipo de convenios como el 169 de la OIT, queda completamente olvidado, cualquier otro tipo de regulación queda olvidada. El único que vale es el *hard law* de los tratados de libre comercio que restringe esa política pública. Por eso los dejo con este comentario poco optimista, poco esperanzador de que estamos en el peor de los mundos.

**Carlos Medeiros:** Existem diferenças importantes sobre o que a China e os EUA querem com a América Latina. A estratégia da China para a região é extraordinariamente focada no acesso as commodities abundantes no continente, como o petróleo, os minérios de ferro, o cobre, a soja e a carne. Em troca dessas commodities, a China exporta sobretudo produtos industriais especialmente os agrupados na tecnologia da informação e comunicação. Formou-se nessa corrente de

comércio um esquema classicamente descrito como centro-periferia. Essa corrente de comércio teve uma extraordinária taxa de crescimento nos últimos tempos: entre 2000 e 2020, cresceu alguma coisa como 26 vezes.

Essa análise não inclui o México, que constitui uma relação distinta com a China. As projeções relativas à corrente de comércio com a América do Sul apontam que em 2035/40 ela atingiria algo como 700 bilhões de dólares, um número muito elevado. Para o Brasil, o Chile, o Peru e Uruguai, a China já é o maior parceiro comercial, e em outros países a China ocupa a segunda ou no máximo a terceira posição. Ao lado disso, a China firmou-se como um grande credor e investidor, os empréstimos da China para a região em 2015 foram estimados em 29 bilhões de dólares. Essa cifra é superior à emprestada em conjunto pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano juntos; ao lado disso, a China tornou-se um grande investidor, assim, por exemplo, o investimento da China no Brasil entre 2007 e 2020 foi algo como 66 bilhões de dólares, essencialmente concentrados em energia e petróleo.

Do ponto de vista político, há questões importantes que ficaram claras desde a vinda do Hu Jintao aqui na região pelos nos anos 2000, e depois com o Xi Jinping no contexto mais geral da Iniciativa Cinturão e da Rota. Com efeito, ao lado da questão econômica, a China tem uma questão política fundamental que é a de impedir a afirmação de Taiwan como um país soberano internacionalmente reconhecido. Presentemente, apenas 22 países reconhecem Taiwan, destes, 12 estão na América Latina e no Caribe. Desse modo, a presença da China na região visa a firmar-se politicamente reduzindo o apoio político diplomático à Taiwan, como ficou evidente na mudança de posição da Costa Rica que passou a reconhecer a China continental como a única China.

Do ponto de vista político, China apoiou a regionalização desenvolvimentista regional (ocorrida entre 2000 e 2015), assentada numa ideia de cooperação como a defendida na UNASUL, na ALBA, e mesmo na CELA, e no protagonismo do bloco dos BRICS, do Banco de Desenvolvimento do Sul. Nessas iniciativas, a China teve um papel importante, inclusive financiando governos que claramente tinham uma posição abertamente anti-imperialista, antiamericana. Com efeito, o maior país receptor de empréstimos da China foi a Venezuela.

Para os Estados Unidos, a única integração econômica regional relevante é a que se dá com o México, as economias da América do Sul não estão inseridas nas cadeias de valores construídas pelas multinacionais estadunidenses. O tipo de comércio que os EUA possuem com a região é também de centro-periferia, mas, de uma modalidade muito específica. O principal produto exportado pela região

destinado aos EUA é o petróleo cru, e o principal produto importado procedente dos EUA é o petróleo refinado. Ou seja, trata-se de uma relação de comércio em que predomina uma especialização de petróleo cru versus petróleo refinado. Ao lado dessa especialização, vem crescendo mais recentemente, e como resultado das novas tecnologias, a demanda por matérias-primas estratégicas como o lítio, o cobre e o cobalto, matérias-primas importantes para as baterias dos carros elétricos. O triângulo do lítio, formado pela Argentina, Chile e Peru, é uma região importante hoje como provedora dessas novas tecnologias. Desse modo, no plano econômico, os Estados Unidos estão interessados na importação de petróleo cru e na importação desses materiais e no acesso privilegiado aos mercados internos. Com efeito, o estoque de capital procedente dos EUA na América do Sul ainda é muito maior do que o chinês, embora o chinês cresça a uma taxa mais alta.

Entretanto, a preocupação principal dos Estados Unidos com a América Latina e América do Sul, em particular, é de natureza política e tem a ver, inclusive, com a aproximação da China com a região. Tem como objetivo geopolítico fundamental conter a expansão da China e a sua influência política na região, isso significa então que o tipo de regionalização, tal como a que se almejou na América do Sul, não é uma regionalização funcional aos seus interesses. Os EUA defendem acordos comerciais bilaterais de livre comércio ampliado com OMC plus, incluindo diversas características associadas a investimentos, compras governamentais, tecnologias etc., semelhantes aos que foram implementados com a Colômbia, com o Chile, com o Peru. E, nesse sentido, é claro que também a virada conservadora sul-americana ocorrida nos últimos anos foi exatamente funcional a esses interesses.

Entretanto, parece claro que os Estados Unidos não podem substituir a China mesmo que queiram, não podem nem como mercado final para as exportações sul-americanas, nem tampouco como investidor ou prestador da região. Portanto, a menos que os Estados Unidos ampliem seus investimentos e corrente de comércio com a região, as relações econômicas da China com a região crescerão independentemente da vontade americana.

**Ana Esther Ceceña:** Pienso que gran parte de esta batalla por el liderazgo mundial, se va a jugar en América Latina exactamente. Porque América Latina es ese espacio en el cual Estados Unidos se soporta materialmente y que reúne además la mayor parte de los elementos, que ya mencionaba Medeiros, estratégicos para la reproducción. Entonces, es una gran isla donde hay todas, casi todas estas cosas, de repente hay 1 o 2 minerales, por ejemplo, que no están, pero todo lo demás está ahí en abundancia. Y ahora que se mencionaba el litio, bueno, el lugar del litio es

América, por lo menos hasta lo que se sabe ahora, es América Latina. Entonces, América Latina es un espacio fundamental. China lo tiene clarísimo, por eso China se está acercando tanto a América Latina. No sé si es solo por afinidad o sea, la preocupación central de China es por supuesto tener un Asia-Pacífico sólida, consolidada en la que tenga buenos asientos, buenas condiciones. Pero por supuesto, la penetración en América a través de América Latina es fundamental.

Miren, yo quiero reflexionar con ustedes una cosa, más geopolítica, geoestratégica, porque yo creo que aquí el problema central es lo estratégico. ¿Y qué es lo estratégico en este momento? ¿qué va siendo lo estratégico? o ¿cómo se acomoda, cada pieza en estas estrategias de control planetario? Eso es lo que está en juego.

Una de las cosas que observó es que, en realidad la economía se movió hacia la Cuenca del Pacífico, eso todos lo sabemos. Viene desde hace un rato trasladándose de la Cuenca Atlántica a la Cuenca Pacífica y al punto que, yo diría, Europa y sus acelerados tratados de libre comercio y etc., son como un poco lo que nosotros decimos “patadas de ahogado” es decir, son la reacción desesperada de quién está quedando fuera y que quiere mantenerse enganchado ¿no? Y bueno, también hay una tradición, o sea, hay un recorrido histórico y Europa va a estar ahí.

Pero Europa no está definiendo nada en este momento, quiénes están definiendo, son estos otros dos: la economía norteamericana que, como economía sola, sigue teniendo un peso de bloque. El bloque de la Cuenca del Pacífico tiene aquí 24 billones de dólares, y la norteamericana solita 21 millones, entonces son los dos pesos fuertes que tenemos en este momento en el mundo y es entre ellos que se está dirimiendo el problema. ¿Que pasó en estos tiempos? Cuando se fue corriendo el comercio mundial, o digamos la economía mundial hacia la Cuenca del Pacífico, ahí hay un problema para la economía de Estados Unidos porque la mayor parte de la producción está en la Costa Este, o sea, era una producción volcada a la Cuenca del Atlántico. Durante mucho tiempo fue esa la relación con Europa y ese espacio de comercio, el que era fundamental. Entonces la organización económica-geográfica de Estados Unidos está en la Costa del Este a pesar del despunte de California y etc., pero todavía ahí se mantiene la parte más importante de la producción que requiere insumos, o sea que requiere comprarle al mundo y que además requiere venderle al mundo. Entonces, esto ha sido realmente un problema serio para Estados Unidos y por eso digo que a mí lo que me interesa es la parte estratégica, porque claramente se está pensando en cómo movilizar más fácilmente la conexión entre Costa Este y Cuenca del Pacífico. Es decir, China y los otros en la Cuenca del Pacífico.

Geográficamente eso no estaba tan fácil y en realidad el paso por el Canal de Panamá es un paso... Déjenme ver, voy a saltar dos mapas porque quiero que vean antes que este, quiero que vean este otro, que es el de los movimientos de barcos de carga, fundamentalmente en tiempo real. Como para que vean como realmente toda la problemática se trasladó hacia el Pacífico. Pero además esta Costa Pacífica de América es fundamental. Y esa Costa Pacífica es, bueno ahí Luciana tendrá que decir algo, es justo la de la alianza del Pacífico, por eso tan importante para Estados Unidos el imponer ese tipo de relaciones y constricciones. Relaciones que permitan un grado de exclusión de los otros, que proteja el mercado o la isla americana para uso de los americanos. Otra vez Monroe, digamos puesto al día.

Ahora regreso a mis mapitas, porque aquí quiero que observemos. Fijense cómo se está pensando en una ruta mucho más ágil, directa, rápida, que además resuelva la saturación que tiene Panamá. Porque Panamá es un desastre. Hay que hacer cola 15 días para pasar, el paso tarda 10 horas, o sea, es ya complicado Panamá. Y este paso por Tehuantepec en México es un paso, podríamos decir ligero. Sigue siendo un lugar estrecho, de orografía difícil pero un lugar estrecho, por el cual pueden pasar *containers* ¿no? Ahí no es canal. Todavía no está pensado como canal marítimo sino como paso de tren y carreteras, para pasar *container*, pero digamos en ese sentido está bien armado. ¿Qué pasa en ese punto pensando en los impactos sobre América Latina? México es América Latina también, aunque esté en el norte y es que se convierte en un lugar como un nodo de una posible guerra mundial, yo diría. Es un lugar súper estratégico para garantizar ese intercambio entre la mayor producción del lado Atlántico y la mayor producción de lado Pacífico. Y entonces en esa medida, es algo que va a marcar la historia de América Latina en los siguientes tiempos.

Yo les quiero mostrar algo más, que no me voy a tardar tanto con los mapitas, pero si quiero que vean. Porque hasta ahora, digamos que un poco eso azul es la alianza del Pacífico, ¿qué puntos eran los puntos nodales dentro de la Cuenca del Pacífico, que Estados Unidos controlaba? Hablaba Ana de mis estudios sobre militarización, ahí ven ustedes un poco los puntitos de las bases ya establecidas. Pero sobre todo pensando la militarización no como algunas bases por aquí, por allá sino cómo esa lógica de control del espacio más grande. Y entonces el punto de Panamá con las posiciones en Hawai y en algunas otras islas del Pacífico son esenciales, así como también las puntas de islas que están directamente en Asia, muy cercanos a las costas de Asia, o en Asia directamente. Bases militares en Japón, islas Marshall etc., que han sido ocupados desde hace tiempo pero que hoy son revitalizados. Entonces, tiene Estados Unidos, una especie de círculo alrededor

de la parte norte de la Cuenca del Pacífico, pero que se ha ido extendiendo hacia el sur a través, fundamentalmente, de Colombia y Perú que son los dos que están ahí. Y pensando en la triangulación hacia el Atlántico con la famosísima base de Alcántara en Brasil, que todo el tiempo ha sido negociada y que siempre va y viene porque no termina de ser posible. Pero ¿qué está pasando hoy? Esos puntos ya estaban y hoy se agregan dos puntos, desde mi lectura, que son este del paso por el istmo de Tehuantepec en México, pero también puntos muy importantes en el Pacífico, en las Islas Galápagos. O sea, la lectura por ejemplo, del cambio político en Ecuador creo que hay que hacerla también desde esta otra manera. A partir del momento en que sale la revolución ciudadana, entra Lenin Moreno en Ecuador, se inicia la negociación otra vez, de la famosa base de Manta que se hace en la costa, pero como eso era muy complicado entonces, de las posiciones en las Islas Galápagos. Galápagos permite una triangulación mucho mayor y permite también el control militar de los pasos que puede tener China hacia el sur del continente.

Esto no es solamente, porque además tienen posiciones pues en la punta del Sur, en la punta del continente, y con eso hay control de toda la Cuenca Pacífica desde una perspectiva militar. Y una perspectiva militar es importantísima, porque también es desde ahí, desde dónde se puede en algún momento, interrumpir el comercio, bloquearlo, obstaculizar una serie de cuestiones. También lo militar es un campo de la política y de esta política de alto nivel, que es la política estratégica. Yo diría que no descuidemos estas dimensiones. Medeiros decía una cosa que es muy importante: la parte sustancial del comercio de América Latina hacia Estados Unidos o hacia China, a cualquiera de las dos, son esos bienes estratégicos. O sea, son esos elementos del territorio que no pueden más que ser sacados del territorio, no es algo que es reproducible artificialmente en otro lado y que está en toda la isla americana. Esos son elementos básicos, no solamente para la reproducción de la economía mundial sino para la reproducción de la guerra y de la capacidad de guerra, de la ocupación del espacio. Todos esos terrenos en los cuales se está disputando una vanguardia tecnológica, que desde ahí, desde las innovaciones que se hacen para la tecnología espacial también hay derivaciones hacia las comunicaciones de guerras, hacia el espionaje, la vigilancia e incluso hacia la detección de minerales u otros productos que hay en el suelo. Entonces, en la medida en que China logra establecer conexiones con América, está realmente metiendo un caballo de troya que apunta hacia Estados Unidos y no solamente hacia América. Entonces, es una parte fundamental.

**Ana Garcia:** Muito obrigada por suas reflexões. Eu vou fazer a última questão sobre integração regional e perspectivas de uma integração mais estratégica para

a região. Quais desafios se apresentam hoje para integração regional latino-americana? Que estratégias deveriam ser prioritárias para que a integração regional tenha efeitos positivos para os povos da região?

**Carlos Medeiros:** Qual foi o impacto da expansão chinesa e da divisão de trabalho entre América do Sul e a China nos últimos 20 anos? Do ponto de vista da estrutura do comércio, houve, de um lado, forte primarização das exportações e, de outro, grande penetração das importações industriais chinesas, deslocando a indústria nacional e, em alguns casos, contribuindo para a desindustrialização. Entretanto, eu gostaria de explorar um outro ângulo sobre as transformações que ocorreram de 2010 para cá, derivadas, em parte, do declínio dos preços das commodities e, em parte, da desaceleração da demanda externa. Uma interpretação bastante comum é a de que a desaceleração do crescimento ocorrido na região, acompanhado em alguns casos por forte crise macroeconômica e crise política, decorre do tipo de inserção internacional centro-periferia construída com a China. Essa explicação, entretanto, é bastante frágil. Com efeito, diversos outros países que se inseriram na rede de comércio da China, quer na África e quer na Ásia, via exportação de bens primários, não tiveram a mesma descontinuidade e crise que aconteceu entre os países da região. Portanto, a desaceleração e o crescimento da região não podem ser atribuídos essencialmente a fatores externos – embora isso possa ter ocorrido em alguns casos singulares –, mas, a fatores endógenos associados às opções de política econômica. Do mesmo modo, não se pode atribuir o abandono da política industrial ou a falta de uma estratégia industrial necessariamente à essa inserção externa. Deve-se observar que a América do Sul não está integrada em uma cadeia regional de valor – com poucas exceções, como na automobilística –, e o comércio intrarregional diminuiu com a direção do comércio voltado para a China. Mas essa evolução revela também a ausência de arranjos institucionais que pudessem ter se contraposto ou minimizado essa redução, fortalecendo a integração econômica. Entretanto, a desmontagem de governos que defendiam uma integração desenvolvimentista em prol de governos neoliberais – ocorrida a partir de 2015 – contribuiu para a expansão de outros arranjos comerciais baseados no ‘nivelamento do campo de jogo’, tal como o que se construiu com a chamada Aliança do Pacífico, e se coloca numa perspectiva, digamos, completamente diferente do regionalismo anteriormente defendido. Nessa direção, pode-se citar o acordo de livre comércio que o Uruguai propõe firmar com a China – a despeito dos protestos da Argentina –, os acordos de livre comércio dos EUA com diversos países e as iniciativas brasileiras em retomar um acordo de

livre comércio no Mercosul com a União Europeia, um acordo que só não foi para frente em função das restrições ambientais do Parlamento Europeu.

Não existe integração regional sem uma adequada infraestrutura. Nos últimos anos, o investimento em infraestrutura na América do Sul foi um dos mais baixos em termos mundiais, algo como 1,3% do PIB em contraste com cerca de 5% investidos em média na Ásia. Presentemente, o programa do Governo Biden tem um foco essencialmente posto na infraestrutura; do mesmo modo, os países da União Europeia preveem uma retomada desses investimentos. Na região, as deficiências para uma regionalização em termos de transporte, logísticas e comunicação e, também, na área de cooperação na economia digital já foram amplamente discutidas em relatórios da CEPAL. Não apenas nada se avançou nessa área, como tampouco avançaram os investimentos focados exclusivamente em corredores de exportação. Como a China não tem nenhuma restrição financeira e possui amplo interesse nas exportações regionais, bem como no mercado da infraestrutura de telecomunicação 5G, nada necessariamente impediria que os projetos contemplassem também aqueles que visam à maior integração regional.

É possível que, após essa onda conservadora que se afirmou nos últimos anos na região, governos com um foco desenvolvimentista assumam o poder em diferentes países nos próximos anos e, desse modo, possam abrir alguns caminhos para uma cooperação regional mais frutífera.

**Ana Esther Ceceña:** Yo acá tengo un punto de vista muy distinto. Después del pesimismo de Luciana hace rato, que en verdad es realismo, yo sí quisiera que reflexionáramos las cosas desde otro lugar. Yo por un lado pienso que la infraestructura es una de las cosas que el capital lanzó en el continente de manera muy importante desde hace tiempo, o sea, el año 2000 fue el año en que I.I.R.S.A en América del Sur, el plan Puebla-Panamá, nosotros, que después se han ido cambiando de nombre, de estilo e incluso de agente. Porque después se incorporan a la agenda sudamericana de desarrollo estos proyectos, pero son proyectos de colonización total, o sea, son proyectos fomentadores de extractivismo del más salvaje. Ahí pues, por ejemplo, Ana que ha trabajado lo de Vale tiene muchos elementos como para abundar en esto. Entonces, ¿qué era lo que estaban permitiendo estas infraestructuras, estas rutas? pues justamente entrar al corazón de América del Sur, entre otras cosas, y desde ahí poder sacar hacia el mercado mundial. La base de todos estos proyectos era: cómo conectar cada punto de América Latina con el mercado mundial.

Entonces “trabajemos para ellos” casi, casi ¿no? Yo creo que esos proyectos eran súper dañinos, violentaban muchas cosas. Violentaban, no solamente

los territorios y territorialidades, las comunidades, los pueblos existentes en estos lugares, sino incluso la organización política interestatal de América, o sea, porque establecían nuevas fronteras que de algún modo cortaban las anteriores, y las lógicas de gestión de cada uno de estos lugares se iban transformando. Parte pasó ya no pasó, porque los proyectos no avanzaron tanto, pero son proyectos que están pensados. En este que yo les mostraba de México, del corredor a través del istmo de Tehuantepec, pues es un proyecto que desde el punto de vista del capital, del gran capital, se ve fantástico. “Por fin vamos a aprovechar ese estrechito” que llevan años queriéndolo hacer. Pues no, yo soy muy crítica de ese proyecto y yo estoy totalmente en contra de que se haga por muchísimas razones: daña, violenta, tremendamente, no solamente la diversidad cultural de México, los modos de vida. Esa zona es la zona más rica en diversidad cultural en nuestro país. Pero además se daña el ambiente de un modo irreversible, irrecuperable y muy grave. Porque justo es ahí donde termina la selva amazónica, este corredor tropical de nuestro continente que queda ahí, completamente dañado con estos proyectos.

Entonces, yo estoy en contra de los megaproyectos, no me parece para nada solución, me parece problema. Pero yo lo razono o incluso, no desde el punto de vista de cada uno de los Estados, porque coincido en gran medida con esa visión que daba Luciana, de que los Estados, pues sobre todos los de nuestros países, si estuviéramos en Estados Unidos o en China quizá tendríamos que razonar distinto, pero los Estados nuestros son realmente herramientas muy frágiles que ya a ratos no se sabe bien a quién le están sirviendo. En términos generales, a quién le sirven es al gran capital, sea por devoción sea por presión, porque no pueden, no tienen ni cómo defenderse de las imposiciones del gran capital que, de repente, vienen a través de las empresas directamente, pero de repente vienen a través de proyectos de los supra Estados, como Estados Unidos. Es un supra Estado que está marcando modos de diseñar el territorio americano confrontado con otro supra Estado, que es el chino, que se está metiendo justo, por el lado de la infraestructura porque sabe que ocupar los puertos es controlar ese comercio. Yo les mostré el movimiento de barcos: 80% del comercio mundial transita en esos barcos, o sea, es fundamental ahí el control de puertos y luego de caminos, carreteras, lo que sea que conecten con las partes centrales de nuestro territorio. Entonces, yo para nada comparto eso.

Lo que sí, yo tomaría un poquito más de distancia. Es decir, nosotros estamos analizando este sistema y sus crisis, pero de repente no estamos tocando hoy, porque además el tiempo y la acotación de temas, no estamos tocando el punto de que este sistema está absolutamente en crisis, o sea, la del 2008. Pero no, yo estoy

hablando de una crisis civilizatoria. Es un sistema que está proponiendo un modo de vida de organización social, política, territorial que ya no se sustenta. No hay manera de sustentarlo, porque todo aquello que eran los elementos de sustento están siendo depredados. Los minerales están siendo arrasados y de modo bárbaro. Pero, ¿y la naturaleza? ¿y los seres humanos que somos también naturaleza, que somos parte de eso? ¿qué está pasando con la vida en este sistema? Es una vida que no tiene perspectivas.

La pandemia es muestra de que estamos llegando a desequilibrios tan grandes que ya nos dañan a nosotros mismos. La cantidad de muertos que ha habido, la cantidad de muertos que hay también en las guerras, más la cantidad de muertos por crimen organizado que son parte de las producciones de este mismo sistema. Pues ahí tenemos eso de la destrucción de capital de lo que hablaba Luciana al inicio, ahí la tenemos. Pero es destrucción de capital vivo lo que está ocurriendo. ¿Hasta dónde vamos a llegar aquí? Por qué no, entonces, tomar una perspectiva un poquito más de larga duración, más histórica, con un poco más de distancia, que es la que yo tomo. Pensando que los sistemas mundo, los sistemas complejos son sistemas que tienen reglas de funcionamiento intrínsecas y que llega el momento en que ya no les da. Y en ese momento los sistemas tienden a descuajarse, a abrirse, a bifurcarse, a no tener suficientes elementos de contención. Y ahí es donde entendemos también la propuesta del Foro Económico de Davos sobre crear un planeta, digamos, de vigilancia total, un panóptico completo en el que cualquiera que haga algo que, al ser supremo no le parezca conveniente para la reproducción del sistema, castigo que es *delete*, o sea, desaparición. Esa es la propuesta de Davos porque no tienen cómo contener todas las fuerzas que tienen dentro de este universo y que se les están saliendo porque ya no se sustentan dentro.

Entonces, yo pensaría sí, en una perspectiva optimista o por lo menos más luminosa. Porque mi visión del sistema es muy oscura. Yo siento como Luciana, que ya no tiene por donde. Ahora pienso en una perspectiva más luminosa que nos permita ver que ahí donde se crea un sistema-mundo, no necesariamente es el único por muy abarcante que sea. Y hay sistemas mundos distintos, alternativos, a veces más antiguos que se han mantenido subalternizados dentro de este sistema, a veces son sistemas mundos en proceso de creación o de reinención o lo que sea. Sistemas mundo que están proponiendo organizar la vida de otra manera y que justamente, son esos sistemas mundo los que dicen: no más infraestructuras, no más extracción minera, no más plantaciones de soja, no más de eso. Volvamos a reconstruir el equilibrio ecológico general del planeta, y vamos replanteando nuestra relación con la Madre Tierra, con el territorio y nuestras prácticas políticas, sociales, etc.

Eso cuestiona la organización interestatal, por supuesto, o sea, yo aquí estoy siendo una subversiva total porque no estoy pensando en gobiernos progresistas, estoy pensando en otra institucionalidad. Ya esta institucionalidad ni al capital le está sirviendo por eso la revienta con el neoliberalismo, pero mucho menos a nosotros, este es una institucionalidad que nos está asfixiando. Y nosotros en México tenemos un gobierno llamado progresista y no se imaginan los conflictos territoriales, las tensiones, la militarización como nunca había habido en este país y la actuación de los grupos de poder fáctico. Todo esto forma parte de un sistema que ya no tiene cómo, de un sistema podrido que está en proceso realmente de suicidio. ¿Por qué nosotros tenemos que seguir encadenados a eso? Nosotros somos vida y la vida fluye, y la vida tiene que salir de estas restricciones para crear de otra manera. Entonces yo más bien, lo que digo es: miremos hacia los sistemas mundos alternativos donde la vida es posible y será posible en el futuro.

**Luciana Ghiotto:** Sobre eso voy a traer también un problema más. Traer un problema, por lo que nos preguntaban: el propio concepto de integración regional se ha convertido en un foco de la academia progresista, el mantenimiento, el sostener la idea de integración regional y estamos olvidando discutir el propio concepto de integración regional. Estamos en un problema grave, porque los Estados compiten entre sí por colocar sus producciones y por atraer capital. Esa es la base de los Estados en el sistema capitalista. Ese es el problema que están teniendo los Estados hoy en América Latina, que solamente producen productos que el vecino también produce. Un ejemplo corto, para que vean lo que digo: Ecuador entró al acuerdo con la Unión Europea en un contexto con Rafael Correa como presidente todavía, porque su sector bananero le exigía que entrara al acuerdo con la Unión Europea para poder seguir beneficiados del sistema general de preferencias, que Colombia ya tenía porque había cerrado su acuerdo con la Unión Europea. Eso es lo que estamos encontrando en América Latina, todos los Estados compiten entre sí para colocar sus productos del extractivismo en Europa, en Estados Unidos, en China, en dónde quién compre los productos del extractivismo. Eso es un problema porque no hay posibilidad de integración regional desde la lógica de los Estados, porque los Estados están preocupados por colocar sus productos.

El Mercosur está a punto de hundirse ya finalmente. Están abriendo el arancel, un 10% bajaron los aranceles dentro del Mercosur. Argentina, que no quería, aceptó eso. Pero porque esto ya se está volviendo una locura de un “*race to the bottom*”. Estamos en un contexto en el cual a la integración regional hay que darla vuelta también. Hay que pensar el concepto de integración regional desde otro

lugar. Es más, yo propongo hasta incluso, abandonar el concepto de integración regional y pensar otra cosa. Hay que pensar otra cosa. Hay que pensar un consumo diferente, hay que pensar un consumo local, un consumo de cercanía. ¿Por qué yo tengo que comprar, por ejemplo, como Estado argentino, con cero arancel, tomates, o fruta, o papás que vengan desde la Unión Europea (con cero arancel) Bizcochos, leche en polvo, mientras acá cerca de mi casa se producen tomates de excelente calidad, se producen papas de excelente calidad a 400 kilómetros?

Esto es una cuestión que ya tiene que ver con el límite del planeta. Nosotros seguimos fomentando una lógica de comercio que es irracional. Es racional desde la lógica del capital, pero es irracional desde la lógica humana y desde la lógica de sustentabilidad del planeta. Se ha vuelto una lógica irracional porque es la lógica del capital que no mira la vida sino lo que mira es la ganancia. Y, mientras tanto, nosotros compramos de la academia el concepto de que el libre comercio está bien, de que mientras más comercio es mejor, de que hay que facilitar el comercio, hay que facilitar las inversiones, proteger la inversión extranjera y todos los lugares comunes que venimos repitiendo, por lo menos desde hace 30 años. Aún si los datos nos muestran que en América Latina los resultados de esa liberalización comercial van exactamente hacia el otro lado de lo que nos prometían que iba a suceder. Entonces me parece que es el momento, yo propongo eso. Lo propongo en cada lugar que voy, donde demos vuelta los conceptos, demos vuelta, abramos los conceptos, estallemos esos conceptos que venimos heredando y que ya, desde mi óptica, no están explicando ni la realidad que estamos viendo en América Latina, ni las alternativas de dónde podríamos estar yendo, lo que sería realmente alternativo.

Sigo más bien en la oscuridad, disculpen. Ana Esther planteó también la necesidad de la luz. Mi nombre es Luciana, tendría que plantear algo de luz. Es un momento donde está bien complicado, es un momento de transición, pero es un momento en el cual desde la academia de América Latina tenemos un rol trascendental, que es poder revisar esos marcos y relanzar nuevas formas de comprender lo que está pasando. Por eso digo, los lugares que ya teníamos probablemente quizás no sean los más explicativos para la situación que estamos viviendo. Será momento de crear nuevos conceptos, nuevas ideas, nuevos espacios, nuevas relaciones con la sociedad civil para poder salir también de la “cerrazón”, del cierre que tiene la academia, en términos conceptuales muchas veces.

**Ana Garcia:** Embora teve um tempo mais curto, foi um debate riquíssimo. O debate é importante com o reconhecimento das diferentes visões, que foram muito bem colocadas por todos vocês, de modo que eu agradeço muitíssimo, em nome do IRI, a oportunidade de ter tido vocês aqui hoje.

# Desigualdades y Retos Sociales

Paulo Esteves<sup>1</sup>

Mariana Rulli<sup>2</sup>

Simone Cecchini<sup>3</sup>

Julián Messina<sup>4</sup>

**Paulo Esteves:** Queria destacar três estudos, o trabalho da Mariana, que foi publicado com Juan Pablo Bohoslavsky, sobre as respostas das instituições financeiras à pandemia e seu caráter androcêntrico; o trabalho do Simone que coordenou o relatório *Panorama Social de América Latina* de 2020, que traz informações sobre a situação das desigualdades durante a pandemia e os impactos delas sobre as respostas dos países da região; e, finalmente, o livro editado por Julián junto com Mathias Busso sobre a crise da desigualdade na América Latina, trabalho que também está disponível no site do BID. Portanto, temos na nossa mesa três pessoas que têm trabalhado diretamente com o problema das desigualdades na região e que têm produzido insights importantes não apenas para refletirmos sobre as desigualdades, mas também para começarmos a pensar em soluções possíveis. Queria começar com uma citação do prefácio do livro do Julián que de alguma maneira nos permite começar essa conversa sobre desigualdades na América Latina.

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Coordenador do Mestrado Profissional em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI). Possui experiência como consultor do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do ECOSOC. É sócio-fundador da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

<sup>2</sup> Professora Adjunta de Ciência Política e pesquisadora na Universidade Nacional do Rio Negro, formada em Ciência Política na Universidade de Buenos Aires. Possui Mestrado em Família e Sociedade com especialização em gênero pela Universidade de Barcelona, Mestrado em Desenhos e Gestão de Políticas Sociais e Doutorado em Ciências Sociais pela FLACSO, foi bolsista da Fulbright e realizou suas pesquisas tanto na Alemanha quanto em Genebra e no Centro de Pesquisa da ONU na Finlândia, denominado Instituto das Nações Unidas para Investigações para o Desenvolvimento Social.

<sup>3</sup> Diretor do CELADE, divisão de população da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da CEPAL com sede em Santiago, Chile. Tem ampla experiência com o estudo das políticas e de programas de proteção social, redução da pobreza e da desigualdade, temas sobre os quais tem publicado e assessorado distintos governos. Trabalhou vários anos no departamento da redução da pobreza do Banco Mundial, é graduado em Ciência Política pela Universidade de Florença na Itália, tem mestrado em Economia Internacional pela Universidade George Washington nos Estados Unidos e um MBA pela Universidade Católica do Chile.

<sup>4</sup> Economista líder do Departamento de Investigação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Trabalhou no Banco Mundial, no Banco Central Europeu e foi Professor nas Universidades de Barcelona, George Town, Girona e Frankfurt. Seus projetos de investigação incluem economia do trabalho, macroeconomia aplicada e economia da educação. É autor de vários livros, incluindo os informes sobre América Latina do Banco Mundial e o informe *Aprender melhor*, do BID.

In terms of income, Latin America and the Caribbean is one of the most unequal regions in the world. The richest tenth of the population captures 22 times more of the national income than the bottom tenth. The richest 1 percent takes in 21 percent of the income of the entire economy – double the average in the industrialized world. Moreover, stark income gaps represent only one of several forms of inequality that undermine social cohesion and the sense of belonging to something greater than oneself. Sex, race and ethnicity, like income, are powerful determinants of access to healthcare, education, employment and the legal system.

Vamos começar exatamente por essa consideração que o Julián propõe em seu prefácio, e pediria para que ele nos descrevesse brevemente o panorama das desigualdades antes e depois da pandemia, o panorama das desigualdades até 2019 por assim dizer, e qual é o impacto da pandemia sobre as desigualdades na região.

**Julián Messina:** La región efectivamente llega a la pandemia bastante golpeada, no hemos de olvidar las protestas sociales que observamos en países muy diversos de la región a finales del 2019, Chile, Colombia, Ecuador. Protestas sociales que tenían que ver, entre otras muchas cosas, con la elevada desigualdad de América Latina. Estas protestas sociales ocurren en 2019 después de un periodo entre 2012 y 2019, donde la desigualdad había caído, pero había caído muy lentamente, pero después de un periodo, que va desde el año 2000 hasta el 2012, donde la desigualdad cayó muy fuertemente. Entonces, esto nos lleva a pensar que, por un lado, la desigualdad en América Latina no sólo es una desigualdad de ingresos. La desigualdad de ingresos mejoró durante toda la década de los 2000 y aún así las protestas sociales estaban muy vinculadas a esa elevada desigualdad. Y, en segundo lugar, nos hace pensar que hay algunos indicadores sobre desigualdad, incluso de ingresos, que no necesariamente recogen la realidad que perciben todos los latinoamericanos. En particular, cuando hablamos de caída de la desigualdad, lo que observamos es lo que se puede ver en las encuestas de hogares; pero sabemos que las encuestas de hogares tienen un problema serio para capturar lo que pasa en la parte de arriba de la distribución.

Trabajos más recientes han mostrado que mientras la desigualdad de los ingresos en la parte de abajo de la distribución, digamos del 90% hacia abajo, estaba cayendo durante los 2000, la desigualdad medida, por ejemplo, por el porcentaje de ingresos que captura el top1% o el top 10% no cayó durante ese periodo. Y esa desigualdad es tremendamente alta en la región. Para poner un ejemplo, en Brasil el 50% del ingreso es capturado por el 10% más alto de la distribución y el 25%

del ingreso es capturado por el top 1% de la distribución del ingreso, por los ultras ricos, si queremos ser más claros, y esto no cambió en gran medida durante los años 2000. Lo que observamos en esos años, fue una reducción de la pobreza muy fuerte, un crecimiento muy fuerte de la parte de abajo de la distribución, que tuvo que ver con algunas políticas bien hechas que hizo la región y con un poquito de suerte, tuvo que ver con el boom de las *commodities* y la demanda por el trabajo poco cualificado. Pero, sin embargo a las clases medias y a las clases medias altas no les fue necesariamente tan bien, hubo una gran redistribución al interior de esa parte de abajo de la distribución, de lo que está del 90% hacia abajo. Y de lo que está del 90% hacia arriba hubo muy poquito. Por tanto, también lo que observamos es que en América Latina nos encontrábamos en una situación donde habíamos mejorado, pero habíamos mejorado de manera muy insuficiente. El 15% de los latinoamericanos en 2019 decía que la distribución del ingreso es justa, es decir, casi 9 de cada 10 latinoamericanos decían que la distribución del ingreso era injusta, a pesar de la mejora que habíamos observado en la distribución del ingreso durante los años 2000.

Cuando la pandemia aparece, la desigualdad va a aumentar en muchas dimensiones. De nuevo, no quiero olvidar otras dimensiones que no tienen que ver con el ingreso, va a aumentar la desigualdad de los ingresos, pero también va a aumentar la desigualdad en términos de desempeño educativo, está aumentando la desigualdad en términos de salud y los costes de salud de la pandemia, claramente, han recaído de una manera muy desigual entre los latinoamericanos. Por tanto, la urgencia que existía en el 2019 de hacer algo para mejorar esta desigualdad, ha aumentado enormemente después de la pandemia.

**Simone Cecchini:** En la CEPAL hemos intentado tener esta mirada multidimensional de la desigualdad. Desafortunadamente al llegar la pandemia los pésimos resultados que hemos visto, en impacto, en las condiciones de vida de las personas en la sociedad, en la economía, en el mercado de trabajo se explica mucho por la existencia de esa matriz de desigualdad social existente en la región. Voy a mencionar algunos datos del impacto en cuanto a contagios y muertes en América Latina y el Caribe, a nivel mundial representamos alrededor del 8% de la población mundial, pero en 2020 sufrimos el 18,6% de los contagios a nivel mundial y el 28% de las muertes. Por supuesto sabemos que hay subregistro, pero eso nos indica que nos ha ido peor que a otras regiones; si miramos el indicador del mercado de trabajo, el decrecimiento de la región, bajó un 7% y tuvo impactos muy fuertes en la propia vida de las personas.

Algunos documentos como *The Journal of Epidemiology* en Chile, mostró que las personas de 60 años y más perdieron, los hombres más de un año de vida y las mujeres 0,9. En Brasil la esperanza de vida retrocedió 7 años, o sea, se perdieron 1,3 años de vida por el impacto de la pandemia. Las desigualdades sociales tuvieron un gran impacto y en situaciones tan concretas como por ejemplo que todos tuvimos que mantener un distanciamiento social, físico para protegernos y si tenemos en cuenta que las personas más pobres en las ciudades viven por en condiciones de hacinamiento – tres personas o más viviendo en un mismo cuarto – ¿como te vas a poder proteger de contagio si tu hermano, tu sobrino, alguien está enfermo y tú tienes que convivir con ellos? No hay posibilidad de aislamiento. También, sabemos que dos tercios de la población no tiene acceso al internet, o tiene pésimo, que no le permite asistir al colegio o teletrabajar y el impacto es muy grande. Y con el cierre de los colegios ¿a quién le recae el cuidado de los niños? a las mujeres. Otro tema de desigualdad estructural de la región, son las desigualdades de género, en la pandemia vimos una masiva salida de las mujeres del mercado de trabajo y por eso afirmamos que la economía bajó un 7%, pero el empleo bajó 9%, o sea, simplemente la gente tuvo que, y sobre todo las mujeres, tuvieron que salir del mercado de trabajo. También mencionar, por supuesto, que todo eso impactó en los niveles de pobreza, de un 30% en 2019 subió al 33% y eso aliviado por las transferencias monetarias. También es importante decir que aumentó la vulnerabilidad a la pobreza, 8 de cada 10 latinoamericanos viven con hasta tres veces la línea de pobreza. Esta situación nos alerta sobre la necesidad de tener Sistema de Protección Social Universal, de tener un estado de bienestar. Y finalmente, en cuanto al impacto sobre la propia desigualdad, hicimos unas simulaciones en el panorama social, tomando como referencia el coeficiente Gini, que por supuesto no es un indicador ideal, es un indicador relativo, no nos muestra esa diferencia absoluta en dólares, en reales o en peso tan gigantesca, pero si es el indicador que usamos generalmente y eso sube un 5,6%.

**Paulo Esteves:** Mariana tem estudado esse ponto e feito uma reflexão importante da relação entre políticas internacionais, de alguma maneira emuladas a partir de instituições financeiras internacionais, e seu impacto sobre as desigualdades de gênero na região. Você poderia avaliar o impacto da pandemia sobre as mulheres da nossa região, e sobre as desigualdades de gênero de uma maneira geral, e qual foi o impacto da resposta internacional para as desigualdades de gênero na região.

**Mariana Rulli:** Antes de responder la pregunta, quisiera agregar algunas cosas desde una perspectiva de género al diagnóstico que han hecho previamente Julián

y Simone. Yo coincido con el análisis de la desigualdad y de la desigualdad de ingresos y los avances respecto a ese tema en la región, en la década de los 2000 sobre todo por las políticas que mencionaba Julián de transferencias de ingresos, con sus particularidades en cada país, pero con sus avances notables, pero, sin embargo, con una insuficiente perspectiva de género en esas políticas. Y yo creo que esa insuficiencia en la perspectiva de género en esas políticas de los 2000 (algunos avances incipientes en algunos países se pueden destacar), han hecho que las mujeres lleguen a la pandemia en una situación de vulnerabilidad aún mayor que los varones, por supuesto, en tiene raíces económicas, pero tenemos también que reconocer la múltiple desigualdad de América Latina, al menos representada en una triple llave que tiene que ver con ingreso, género y raza.

Desde la perspectiva de género, en primer lugar, las raíces económicas de la desigualdad están asociadas a la injusta distribución de los trabajos domésticos y de cuidados remunerados y no remunerados. A escala global, pero especialmente también en América Latina, son conocidos los datos de que las mujeres le dedicamos más del triple de tiempo que los varones a las tareas domésticas diariamente, y que somos el 75% de las mujeres de la región que nos dedicamos a estas tareas. En un estudio muy reciente, un estudio del Ministerio de Economía de la Argentina se estableció que estos trabajos implican el 16% del PBI, no sólo los trabajos de cuidados no remunerados que realizamos las mujeres cuidando a los niños y niñas, adolescentes, a las personas mayores y a las personas con discapacidad, sino también las condiciones en que las mujeres que tienen un trabajo remunerado en estas actividades, realizan estas tareas. Más de 126 millones de mujeres en América Latina tienen un trabajo informal y en países como Bolivia y Guatemala se acerca al 80%. Las mujeres que trabajan en este sector son más del 77% en situación de informalidad y cabe también señalar y voy a volver sobre eso después, la importancia de la sostenibilidad de la crisis de estos trabajos de cuidados durante el año pasado y aún durante este año.

En segundo lugar, la situación del empleo de las mujeres, por supuesto, estamos sobrerrepresentadas en los peores indicadores del mercado de trabajo, desocupación, tasa de actividad y por supuesto, en aquellas ramas de actividades y sectores más precarizados del mercado de trabajo, pero que además han sido las ramas de actividad esenciales durante la pandemia, las que no sólo han tenido una sobrecarga de trabajo, sino que además han estado más expuestas a riesgos de contagiarse. Es decir, el tercer fenómeno tiene que ver con la feminización de estas ramas de actividad que no sólo están vistas en los trabajos de cuidados y domésticos sino también, como ustedes saben, la alta feminización de los trabajos de educación, de salud,

de los servicios de comercio, de venta de alimentos, de las farmacias y sobre todo en los sistemas de salud, en las enfermeras y las médicas. Y por último, algo que mencionaba muy bien Simone, la sobrerrepresentación de las mujeres en la pobreza de la región tenemos, según la CEPAL 22 millones de nuevos pobres y 8 millones de nuevos pobres extremos en donde las mujeres estamos sobrerrepresentadas y no quisiera dejar de mencionar la situación de violencia también previa, antes de comenzar la pandemia que sufríamos y padecíamos las mujeres y por supuesto, que también se vieron profundamente agravadas por las principales medidas que se adoptaron a escala global y también a escala regional para mitigar la propagación del virus durante el año pasado, al menos durante los primeros meses, quiero decir el confinamiento y el cierre de los establecimientos educativos.

Una de las cuestiones que intentamos analizar e investigar durante los meses en los que estábamos encerrados el año pasado, tenía que ver con la actuación y funcionamiento de los condicionamientos y restricciones externas económicas y financieras que tienen la mayoría de los países de la región y por supuesto, la respuesta de las IFIs. Sabemos y tenemos suficiente evidencia empírica, estudios, avales de los organismos internacionales, que las políticas económicas ortodoxas recomendadas e impulsadas por las IFIs en los 90, en los 2000, han tenido un impacto profundamente desigual en los derechos humanos de las mujeres y de las personas LGTBI+, que lamentablemente, no di muchos datos porque también hay una ausencia, una insuficiencia oficial de estadísticas que espero que pronto puedan ser subsanadas. Lamentablemente las conclusiones de nuestro primer estudio, allá por mediados del año 2020, era que los créditos que se estaban promoviendo y las negociaciones que aún se están produciendo en muchos de nuestros países, seguían imponiendo condicionalidades para otorgar créditos que tienen que ver con la disciplina fiscal, que tienen que ver con una utilización instrumental de la perspectiva de género por parte de las instituciones financieras. Ya es sabido y hay suficiente evidencia, como decía antes, del impacto que las políticas de ajuste y austeridad han tenido negativamente sobre los derechos de las mujeres y por supuesto que las han dejado en esa situación.

Concretamente respecto a la situación sanitaria hay algunos datos que evidencian esta situación, entre el 2000 y 2018, el pago de intereses en la región aumentó casi más de un punto, mientras que el gasto en salud, se incrementó la mitad, 0,5. Entonces, ese engranaje de la desigualdad previa a la crisis estaba compuesto al menos, por tres grandes crisis, la primera, la crisis de los sistemas de protección social con sistemas de salud fragmentados, segmentados y desfinanciados en toda la región; la segunda, la crisis de los mercados laborales con altos niveles de precarización

en donde las mujeres estamos sobrerrepresentadas y por supuesto, la tercera, la crisis de la crisis, que es la crisis de la invisibilización de los cuidados que mencionaba al principio. Y esta triple crisis ha sido como el engranaje de esa desigualdad que nos ha colocado a las mujeres en esta situación ya desde el comienzo de la pandemia y que por supuesto, fueron profundizadas en la pandemia.

**Paulo Esteves:** Vou tentar mudar um pouco a direção da nossa conversa para duas questões, duas abordagens importantes, uma abordagem que está expressa no livro do Julián, que chama atenção para os impactos da desigualdade social na América Latina, e particularmente para a dinâmica social que as desigualdades acabam disparando, que é uma dinâmica marcada por um certo solipsismo mundial, que de alguma maneira acaba desafiando o tecido social e as próprias noções de solidariedade que deveriam estar presentes no tecido social. Isso tem implicações dramáticas para se pensar em termos de um contrato social na América Latina, que de alguma maneira apontam a necessidade de se refazer esse contrato social. Julián queria te ouvir um pouco sobre os impactos das desigualdades e como você avalia os impactos das desigualdades sobre a coesão social na nossa região.

**Julián Messina:** La verdad es que separar la discusión de desigualdad de la discusión de cohesión social es bien complicado porque básicamente ambos conceptos están íntimamente relacionados y se retroalimentan, entonces si pensamos en por qué tenemos esa desigualdad tan elevada en América Latina, yo creo que básicamente esa desigualdad tan elevada en la región tiene que ver con tres factores que están, muy relacionados con esa falta de cohesión social. El primero es una tremenda desigualdad de oportunidades y a mí me gusta ser optimista y me gusta recalcar los avances que hemos hecho, sí estuviésemos hablando en los 90 creo que estaríamos aún más alarmados por esa falta de igualdad de oportunidades, pero el camino que hemos hecho de los 90 hasta hoy, es claramente insuficiente. Tenemos una movilidad social todavía tremendamente baja, la probabilidad de escalar desde las posiciones más bajas de la sociedad entre generaciones es muy, muy pequeña y tenemos unas desigualdades que nacen muy pronto en el ciclo vital de las personas y que se van exacerbando con el paso del tiempo. Nuestros sistemas escolares no logran romper esos círculos de desigualdad. Los chicos de familias pobres llegan a la escuela ya con rezagos importantes y estos rezagos aumentan durante todo el ciclo vital para seguir aumentando después en el mercado de trabajo por la segmentación que tenemos entre trabajadores formales e informales. Entonces, claramente ahí tenemos un elemento que tiene componentes de

género, como decía Mariana, tiene componentes de etnicidad y tiene definitivamente componentes socioeconómicos que tienen que ver con las características de las familias en las que uno nace.

El segundo elemento que está detrás de esa tremenda desigualdad es la muy deficiente redistribución en América Latina. Si el mercado genera, ingresos muy desiguales, el estado hace muy poco por deshacer esa desigualdad; para poner un ejemplo, en los países de la OCDE, cuando uno calcula el coeficiente de Gini, lo que observa como desigualdad del mercado una vez que pasa por el filtro de los ingresos y gastos del estado se reducen en 22%, en América Latina se reduce en 8 puntos. Esa desigualdad muy alta en América Latina, genera la desigualdad de oportunidades y un mercado laboral muy ineficiente, se transforma en mucho mayor cuando vemos que el estado no es capaz de redistribuir y detrás de esta falta de redistribución hay muchos factores, algunos de ellos tienen que ver con la evasión de impuestos, otros tienen que ver con gastos mal focalizados, cómo pueden ser, por ejemplo, algunos subsidios energéticos que recaen más sobre los que más gastan y no sobre los más pobres. Es decir, también la falta de cohesión social tiene que ver con esa dificultad para redistribuir. Lo hemos visto, en los intentos de la última reforma tributaria en Colombia, una reforma tributaria que iba encaminada a mejorar la redistribución, pero que tenía muchos elementos de redistribución al interior de la clase media, entre la clase media más alta y la clase media más baja y pobre y dónde recibió mucha resistencia por parte de esa clase media. Ahora, ¿es ilógico que esa clase media se queje? No, no creo que sea ilógico que la clase media se queje, cuando hay una gran evasión fiscal en la parte de arriba, cuando hay una gran falta de redistribución por la parte de arriba, pero es difícil romper ese círculo vicioso.

Y el tercer elemento de esa gran desigualdad en América Latina tiene que ver con esa falta de cohesión social que exagera todas estas desigualdades y es la segmentación de nuestra sociedad, la ruptura del contrato social. Los chicos de familias ricas van a escuelas muy diferentes de los chicos de familias pobres, y los chicos de clase media, en cuanto la clase media llega a un cierto nivel de ingresos, básicamente sale del sistema público educativo y entra en las escuelas privadas. Esto es común en todo el mundo, que los chicos ricos vayan a escuelas privadas ocurre en todas partes, pero en América Latina la magnitud de esa segregación es muchísimo mayor. La magnitud de la segregación al interior de las ciudades, entre barrios, es tremendamente mayor. Hicimos un análisis muy interesante en Brasil, donde mirábamos desde el punto de vista geográfico, qué es lo que explica la desigualdad. Miramos si las diferencias entre estados explican la desigualdad y

en realidad explican muy poquito, porque los estados tienen ciudades ricas y ciudades pobres. Miramos si las diferencias entre ciudades explican la desigualdad y de nuevo, explica muy poquito, porque dentro de las ciudades hay gente muy rica y gente muy pobre. Son las diferencias al interior de la ciudad, entre barrios que explican casi el 15% de la desigualdad total de Brasil. Tenemos una segmentación donde los ricos, y cuando digo los ricos no me refiero a las clases medias-altas, básicamente van a escuelas diferentes de las escuelas a las que van los pobres, básicamente acceden a empleos diferentes cuando están en el mercado de trabajo, porque está en el sector formal versus los pobres y clase media baja que están yendo fundamentalmente, al sector informal y esto genera una tremenda desconfianza en nuestras sociedades. Es difícil que nos entendamos cuando no vamos a las mismas escuelas, cuando no nos juntamos en los mismos parques, cuando no nos juntamos en los mismos empleos, y por supuesto, desde ese punto de vista, es difícil cambiar la estructura de redistribución cuando no tenemos la confianza mutua, cuando no tenemos una confianza con nuestros gobernantes.

Es decir, son estos tres factores los que, de alguna manera, determinan esa desigualdad tan alta y que a la vez generan tremenda falta de cohesión social.

**Paulo Esteves:** Simone, vou lhe fazer um pequeno desafio, vou pedir para refletir sobre como as respostas à pandemia foram impactadas pelo quadro de desigualdades da América Latina, mas também para avançar um pouco na direção da reflexão que o Julián está propondo sobre coesão social, através de um conceito que vocês trabalharam no relatório *Panorama Social da América Latina*, que é o conceito de mal-estar social, que quando eu li me remeteu a essa reflexão que o Julián está fazendo sobre coesão social. Tentando avançar nosso debate para essa dupla reflexão, em torno do problema da coesão social de um lado e o problema do mal-estar do outro lado, da forma que a CEPAL tem tratado a questão do mal-estar.

**Simone Cecchini:** Yo creo que por un lado hay que poner al centro del debate de políticas públicas, cuando hablamos de desigualdad, el tema de la educación porque de verdad estamos frente al riesgo de una generación perdida y no lo digo livianamente. Con el tema de que se cerraron los colegios por mucho tiempo en todos los países y también que se mantuvo la teleeducación, frente a esa brecha de acceso digital, muchos niños simplemente se perdieron o no aprendieron, o simplemente pararon de asistir ¿verdad? No tenemos todavía los datos certeros, pero hay un gran temor de que haya bastante abandono escolar. Y además junto al tema de que el mercado laboral expulsó a muchos jóvenes, entonces los jóvenes que no

están estudiando ni están ocupando el mercado laboral, ya es un fenómeno muy grave en la región, y puede aumentar.

Y también obviamente hay que mirar al mercado de trabajo. Sabemos que la mitad de los trabajadores latinoamericanos son informales y, por ejemplo, si tomamos el peor trimestre abril-junio 2020, comparado con el mismo trimestre de 2019, los informales representaron entre el 50% de la baja del empleo en Chile, hasta el 78% en el Brasil, o sea, lo que era la típica estrategia de supervivencia en América Latina, el trabajo informal, no fue una posibilidad durante este periodo. En ese sentido fue importante que los gobiernos, cuando implementaron las famosas transferencias monetarias, nosotros hemos contabilizado en la región 263 medidas de protección social no contributiva, (más de la mitad han sido extensión de las existentes, otras 100 medidas nuevas), lo muy importante a destacar, es que se incorporaron a los informales. En 2020 contabilizamos 86 millones de dólares, 1,5% del PIB regional se fue a estas medidas, que no es demasiado, pero también es el doble de lo que se gastaba en protección social no contributiva anteriormente, o sea, hubo algún nivel de respuesta y, sobre todo, para mí, lo importante es que se pudo cambiar un poco el debate en la región. Cuando llega la pandemia, este gran desastre, los gobiernos ya se encontraban con la necesidad de ampliar la protección social.

Pocos países, desafortunadamente, pudieron ampliar los seguros de desempleo o flexibilizarlos, porque pocos países tienen esa medida. Pero los que tienen sobre todo en los países de América del Sur, se flexibilizaron las condiciones de ingresos, seguros de desempleos, o se ampliaron las categorías para quienes pueden acceder o se extendieron en el tiempo. Esas son medidas importantes, pero se hicieron en pocos países. Y sí, en cuanto a respuesta a la pandemia, lo que nosotros predicamos y también los colegas que están en el panel, sobre la mirada de la matriz de la desigualdad, no detectamos tantas medidas específicas por ejemplo para mujeres, para pueblos indígenas, para personas afrodescendientes, o con discapacidad. Nosotros tenemos un observatorio sobre la covid-19 y la verdad es que no encontramos tantas acciones que respondan a las diferencias y que nos parece una mirada justa.

Pasando para el otro tema, el malestar social, en respuesta a lo que mencionaba antes Mariana de lo que pasó al final del 2019, varios países con expresiones ya de protesta popular muy fuerte, yo estoy en Chile, el estallido social, como se le dice acá, llevó afortunadamente a un tema positivo de una Asamblea Constituyente, pero fue una expresión de malestar muy fuerte. Malestar es la percepción negativa hacia las condiciones de vida que tenemos y después lo cuantificamos

mediante la típica encuesta de percepciones como el latinobarómetro, y allí entran datos como mencionaba Julián, por ejemplo, de la percepción de desigualdad.

El 90% de los latinoamericanos dice que la distribución del ingreso es injusta y que el ingreso no alcanza. Aunque la pobreza sea un tercio de la población, en términos de ingreso, más de la mitad de la población de la región dice que no le alcanzan los ingresos. También la percepción sobre el endeudamiento que es un tema importante; con datos de Chile y Colombia vimos que hay un fuerte endeudamiento y sobre todo en los quintiles más bajos. En Chile el quintil de ingreso más bajo tiene un endeudamiento del más del 50% de su activo, así que la percepción es aún peor. Todos los sentimientos negativos que hemos visto es la expresión real y objetiva de la desigualdad, de la violencia que vive la región y de cómo la sentimos. También de cosas muy sencillas, de cómo nos relacionamos con los vecinos, el aumento de la desconfianza, por ejemplo, con personas de otra nacionalidad, de otra raza.

También hay cosas positivas en el cambio cultural; hay mucha más aceptación hacia los homosexuales, parejas lesbianas, hay, por tanto, mayor aceptación, pero hay mucha negatividad y malestar. Una reflexión que quiero hacer es que la región había tenido algún mejoramiento de indicadores sociales, como lo dijo Julián, y algunos países habían sido bastantes exitosos en reducir la pobreza. Y ¿cómo ocurre este gran malestar, esta gran protesta? Bueno, porque también nosotros como ciudadanos, frente a la situación objetiva que está mejorando, igual queremos más. Aunque Chile obtuvo los mejores indicadores sociales objetivos en la región, igual tiene desafíos demasiados grandes como, desigualdad de ingreso, acceso a pensión, acceso a salud, todo lo que mencionaba Julián de problemas de desigualdad en la de educación y las personas justamente quieren más. Sobre todo, viendo algunos privilegios, lo que llamamos nosotros en la CEPAL, “la cultura del privilegio” que tiene raíces históricas pero se mantiene y efectivamente hay grupos de poder que impiden que haya un verdadero cambio, una verdadera redistribución, una mayor igualdad social.

**Paulo Esteves:** Mariana, vou te pedir alguma reflexão também sobre essas perspectivas que tratam da coesão social e do que os autores da CEPAL têm chamado de mal-estar social, mas sobretudo a partir da lógica da invisibilidade, ou da invisibilização, que você tem tratado nos seus textos e a partir da lógica da própria dinâmica da diferença que esse impacto das desigualdades sobre a coesão social e a produção disso, que é chamado de mal-estar social, produziria. Então, a lógica da indiferença com relação às desigualdades, uma certa naturalização das desigualdades e dos

privilégios, por assim dizer, e a nossa incapacidade de lidar com os sofrimentos que se tornaram ao longo da pandemia, ao mesmo tempo, muito evidentes, mas também absolutamente invisíveis para nós. Gostaria de te ouvir um pouco sobre os impactos das desigualdades sobre a dinâmica social na nossa região e, já encaminhando para essa última roda de respostas da nossa conversa, queria te ouvir também sobre as estratégias que deveriam ser adotadas em nossas regiões, mas também pelas instituições internacionais, para que esse problema das desigualdades seja de fato atacado e ganhe centralidade no futuro próximo.

**Mariana Rulli:** Respecto del problema de la cohesión social y del malestar social, yo quisiera agregar una cuestión no menor y central que estuvo presente en los últimos años en América Latina, por lo menos a partir de 2015 y que tiene que ver con las protestas sociales, que muy bien mencionan Julián y Simone, y yo también se agregaron la masificación de las marchas y de las protestas feministas y de las diversidades.

La región, ha asistido, en estos últimos años, además de las ya conocidas protestas sociales por reclamos de trabajo, por reclamos de protección social, por reclamos de salud, por reclamos de educación, la masificación, en toda la región, de las demandas feministas y de las diversidades. Creo que esto es algo muy importante para señalar y agregar a este análisis que hacían Simone y Julián sobre la cohesión y el malestar social porque no es menor. Ustedes las han visto en Brasil, en Chile, en Argentina, en Colombia, y que, además, no sólo que han crecido y se han masificado esas protestas y se han logrado insertar en la agenda pública como una tercera o cuarta ola feminista. Eso ha sido un punto de inflexión de los últimos años y eso, creo que es algo muy novedoso y muy importante para señalar y sobre todo porque las primeras demandas se empezaron con aquella “Ni una menos” que tenía que ver con las violencias por razones de género. Luego siguieron con cuestiones de salud sexual y reproductiva, que en nuestra región estaban muy atrás y también avanzaron con el paro internacional de mujeres que surgió aquí en América Latina y cruzó el océano, cruzó hacia el norte con mucha fuerza y que tiene que ver con las raíces económicas de las desigualdades.

Digo, no sólo tenía que ver con cuestiones de violencia sino sobre salud sexual y reproductiva y también estas desigualdades sostenidas en estas raíces económicas materiales del sistema capitalista que ubican a las mujeres en ese lugar. Entonces, creo que eso es muy importante para agregarlo al análisis de la cohesión social y del malestar social en la región y sobre todo por la masificación, por la importancia, por lo novedoso y por el efecto de contagio que tuvo, no sólo dentro

de la región y los países de la región, sino también a escala global. Los feminismos latinoamericanos están moviendo el mundo y moviendo las protestas. Esa era la situación en 2019, desde una perspectiva de género, hablando del malestar.

Respecto de las respuestas yo creo que dos cuestiones son fundamentales y que tendrían que estar en las respuestas de la región y en las respuestas de los estados de la región y no de las. IFIS? Primero, un enfoque de derechos humanos y segundo, un enfoque económico heterodoxo desde la economía feminista y señalar tres o cuatro puntos de cada uno de ellos. Respecto al enfoque de derechos humanos, tenemos muchos instrumentos para poder tomar, para poder llevar adelante: el primero es el principio de debida diligencia que implica reconocer ese legado y reconocer lo que yo mencionaba hace un rato, de la evidencia que hay sobre el impacto negativo que ha tenido ya la acción de las ASIFS en la región y los créditos condicionados de la región, digo, hay insuficiente evidencia. Entonces, los estados y los organismos internacionales deberían apoyar informes e investigaciones de impacto antes, y hay instrumentos además los pactos y los instrumentos vinculantes.

En 2019, el Consejo de Derechos Humanos de Naciones Unidas aprobó los principios de evaluación, los principios rectores de evaluación de reformas económicas y cuál es el impacto en los derechos humanos, y especialmente el impacto en los derechos de las mujeres. El Pacto de derechos económicos y sociales también reconoce y obliga a los estados a disponer de la máxima asignación de recursos disponibles, hacia el camino progresivo de la garantía de los derechos económicos, sociales y culturales. El tercer punto que quería señalar, es el reconocimiento del cuidado como un derecho humano. No sólo el cuidado hacia las personas que reciben estos cuidados, sino también hacia las cuidadoras, yo hablo de cuidadoras porque en su mayoría somos mujeres. Entonces, no sólo la debida diligencia a la hora de tomar créditos y evaluar las políticas y las recomendaciones y las condicionalidades, el principio de la máxima asignación de recursos disponibles de manera progresiva para alcanzar las garantías de los derechos económicos, sociales y culturales, sino que también está tercera cuestión que tiene que ver con la efectiva garantía del cuidado como un derecho humano.

A partir de esa lógica, pensar desde un enfoque, por supuesto feminista y el heterodoxo de la reactivación económica de la postpandemia, y esto implica, por supuesto, lo que dije anteriormente, partir de la idea del cuidado como una necesidad y como un derecho a garantizar. En segundo lugar, algo que ya se viene diciendo desde la plataforma de Beijing en el 95, reconocer al cuidado como un trabajo, redistribuir y, por supuesto, remunerar. Pero, en tercer lugar, y muy

importante en este momento, y ahí sí yo creo que soy optimista de algunos impactos positivos de la pandemia porque han puesto sobre la mesa que la sostenibilidad de la crisis de la pandemia estuvo basada en la sostenibilidad de los cuidados porque nos cuidábamos en nuestras casas, hacíamos la tarea con los chicos en nuestras casas, cuidamos a las personas mayores que no podían salir a hacer sus compras porque estaban en situación de riesgo, éramos las maestras que aprendimos a dar clases a través de las computadoras, las enfermeras que estábamos en los hospitales, las mujeres que cuidamos en los barrios a través de la economía popular y los trabajos socio comunitarios. Creo que por eso pienso que el enorme potencial que ha tenido la pandemia en poner sobre la mesa, en visibilizar la importancia de los cuidados y de la sostenibilidad de la vida. Pero, por último y no menor, la dimensión económica de los cuidados. Primero mencioné como un derecho humano y por último quiero mencionar la dimensión económica y la importancia del rol de los cuidados en la reactivación económica en la región.

Quiero mencionar algunas políticas recientes en la Argentina que tienen que ver con la reparación, en reconocimiento de años de aportes en jubilaciones e intentos de avanzar en un mayor registro de las trabajadoras de casas particulares y hay otras políticas en la región. Hay un montón de políticas económicas que permiten visibilizar a los cuidados, no sólo por la importancia de que es un derecho humano, sino también como una clave, como una columna vertebral en la posibilidad de la reactivación económica en la post pandemia. El enorme potencial que tiene la posibilidad de pensar desde un enfoque heterodoxo y feminista a los cuidados como una clave, como una pieza fundamental en el engranaje de la reactivación económica, pero por supuesto, siempre y cuando sea desde una perspectiva de derechos humanos.

**Paulo Esteves:** Simone, vou te dar a palavra para essa última questão sobre as estratégias de recuperação e a luta contra a desigualdade particularmente, porque a economia do cuidado ocupa no relatório da CEPAL, no panorama social de 2020 da CEPAL, um lugar de destaque. Então eu queria te ouvir, acerca das estratégias de recuperação pós-pandemia que a CEPAL tem discutido e o lugar da economia do cuidado nessas estratégias.

**Simone Cecchini:** Yo suscribo 100% lo que mencionó Mariana sobre el enfoque de derecho humanos y la importancia de la economía y la sociedad del cuidado. La pandemia mostró que para la vida el tema del cuidado es esencial y hay que hacerlo visible.

Referente a la estrategia para la recuperación también tenemos que estar muy conscientes que nuestra región, desafortunadamente sigue, desde el punto de vista económico, en la dependencia de la exportación de materias primas; lo que pase con el crecimiento de China, de los precios de la materia prima y si nos va a ir bien o mal en el corto plazo, desafortunadamente, depende de eso.

Pero la pregunta es sobre las estrategias y efectivamente, la estrategia que proponemos desde la CEPAL, es una estrategia integral de transformación con igualdad, donde el pilar social, el económico y el ambiental vayan juntos. Lo que llamamos siempre como necesidad de cambio estructural, que es lo que presentamos el año pasado en nuestro informe. La necesidad de mirar a distintos sectores de la economía que de verdad puedan contribuir a una transformación económica y social donde el cuidado es un pilar esencial, por el lado, digamos, del cuidado remunerado, todo lo que son los servicios sociales, etc. También en el sentido de reconocer el trabajo del cuidado no remunerado de la mujer, pero también distintos sectores de la economía, como por ejemplo el turismo sustentable, economía circular, etc. Y yo siempre bombardeo sobre el tema de que sí necesitamos trabajar hacia la conformación o el fortalecimiento del estado de bienestar en la región, porque no puede ser algo que viene después. No, las dos cosas tienen que ir de la mano, un estado de bienestar con protección social universal donde el cuidado sea un pilar integral de este sistema universal. Así que yo creo que el mensaje clave es que tenemos ese enorme reto, pero que esta pandemia nos ha dado la posibilidad, el momento de cambio es tan grande, que nos ha dado la posibilidad, no sólo de hablarlo desde el punto de vista académico, sino que, de verdad, de hacer cambios en nuestro sistema de protección social, que sea reales.

**Paulo Esteves:** Julián, você no seu livro está propondo uma reflexão sobre a necessidade de um novo contrato social, e queria lhe pedir, então, que refletisse acerca de quais são as condições para um estabelecimento desse novo contrato social nos países da nossa região, seja baseado no princípio da equidade e em uma lógica ou em uma gramática de direitos.

**Julián Messina:** Sí, enseguida voy a hablar sobre lo que yo pienso o lo que nosotros pensamos que debería contener este nuevo contrato social, pero antes de eso quería hacer un par de reflexiones complementarias a lo que se había dicho hasta ahora y para intentar hablar un poco sobre eso. Me encuentro muchas veces en este tipo de debate en una situación incómoda, porque realmente la región tiene mucho por hacer, pero la impresión que damos a nuestros oyentes es que la región

es un desastre donde nada se ha hecho y la imagen que quiero dar es que a pesar de que tenemos mucho para hacer, hemos hecho algunas cosas y algunas cosas están bien hechas. Quiero, por ejemplo, destacar la respuesta que han tenido los gobiernos incluso a las últimas crisis, como Simone traía antes a colación. En la crisis de 2008, los gobiernos pusieron en práctica políticas contracíclicas muy fuertes para intentar evitar que esa crisis, que después se transformaría en una crisis muy breve para América Latina, en parte por estas ayudas y en parte por este impulso gubernamental, no tuviese un impacto social. Durante los años 2000, vimos la revolución de las transferencias condicionadas a los pobres, vimos el avance en transferencias de pensiones no contributivas para aquellos que no habían podido contribuir durante toda su vida laboral porque habían estado en la informalidad. Hemos hecho avances en ese nuevo contrato social, pero son insuficientes, incluso durante la crisis pandémica, la respuesta que tuvieron los gobiernos en marzo, abril del año pasado, fue muy contundente, muy fuerte y muy rápida, teniendo en cuenta la situación de precariedad fiscal en la que estaban en ese momento, incluso, bastante más precaria encontrada con la crisis del 2008-2009. Esto no es una casualidad y, de nuevo, tiene que ver con estos movimientos sociales de los que estábamos hablando. Algo bueno que ocurrió en los 2000 es que, en parte, los cambios de política social, en parte, el crecimiento de los ingresos para los menos favorecidos, han dado voz a muchos segmentos de la población que tradicionalmente no tenían esa voz. Hablemos de los pobres, hablemos de minorías étnicas que transformaron esa voz en manifestaciones en Ecuador, o en todos esos movimientos feministas, por ejemplo, de los que hablaba Mariana. La verdad es que hemos ya hecho una pequeña parte del camino y que nos queda mucho por hacer, es evidente.

Antes de hablar de qué es lo que tenemos para hacer, quiero hacer una distinción que me parece muy importante porque hemos hecho mucha reflexión en este panel y estoy de acuerdo con todo lo que se ha dicho, sobre la necesidad de un nuevo contrato social y la necesidad de un estado del bienestar más cohesivo. Pero creo que algo que ha dicho Simone es muy importante, no podemos ver este cambio social, la necesidad de este cambio social como una forma de proteger a los más vulnerables y ya está. Es un pilar fundamental para esa nueva estrategia de crecimiento para América Latina, porque sin ese nuevo contrato social América Latina no va a crecer, como no ha crecido durante los últimos 20 años, porque gran parte de las distorsiones que tiene nuestro contrato social también minan nuestra capacidad de crecimiento.

Dicho esto, cuáles serían, a mi modo de ver, los tres pilares en los cuales tendríamos que cimentar este nuevo contrato social. Tiene mucho que ver con esos tres problemas que están detrás de la desigualdad: por un lado tenemos que atacar esa desigualdad de oportunidades tan elevada que tenemos, mejorando escuelas, pagando mejor a los maestros, mejorando los cuidados posnatales -que ya hemos hecho mucho, por ejemplo, es otro aspecto donde hemos mejorado mucho, pero todavía tenemos espacio para mejorar-, mejorando las ayudas a las familias con niños más pequeños para que lleguen a las escuelas con menores rezagos, pero también, por supuesto, empezando a cambiar esas normas sociales que están detrás de algunas desigualdades de oportunidades como las que tienen que ver con la desigualdad de oportunidades vinculada al género, a la etnicidad o a las razas.

Hemos hecho algunos progresos, las mujeres en América Latina se gradúan más en las universidades que los hombres, lo sabemos, pero todavía no les estamos dando las oportunidades para que florezcan después de esa graduación y parte de esto tiene que ver con algo que Mariana hablaba mucho: de una economía heterodoxa y, desgraciadamente, tiene razón en ponerle el calificativo de heterodoxo porque hoy por hoy, pensar en incorporar los cuidados en el hogar como parte del PIB parece algo heterodoxo, pero tenemos las herramientas para hacerlo desde hace por lo menos 20 años. Cada vez creo que estamos tomando más conciencia de esa necesidad y empezar a tener, desde el punto de vista público, una visión más integral de lo que es el trabajo, definitivamente va a tener un impacto sobre esas normas sociales que hacen que, por ejemplo, las mujeres sean las que hayan tenido este rol tan fuerte tradicionalmente y siguen teniendo un rol tan fuerte a la hora de los cuidados en la casa. No podemos separar eso con el hecho de que son actividades no remuneradas, que son actividades muchas veces no valoradas por la sociedad y una forma de valorarlas es empezar a contabilizarlas, por ejemplo.

El segundo pilar es el mercado de trabajo y la protección social, tenemos que romper con esa dualidad en el mercado de trabajo entre la informalidad y la formalidad y esto pasa por reformas impositivas. Los impuestos al trabajo en América Latina son tremendamente altos, sobre todo comparados con los impuestos al capital, estamos básicamente subsidiando el capital. Claramente, tenemos que cambiar ese mix. Y tenemos que cambiar ese mix porque además estamos separando los costes de emplear a una persona formalmente, de los costes de emplear una persona informalmente y separándolos de una manera muy aguda, haciendo que esa brecha sea demasiado amplia para que podamos agilizar la formalidad. Tenemos que tener una reforma fiscal integral que incluya en el centro el mercado de trabajo, bajando los impuestos a la nómina, buscando impuestos por otro lado de formas

más progresivas a través del impuesto al ingreso, etc. Y después, en tercer lugar, claramente es repensar un poco la redistribución en América Latina, hemos hablado a nivel regional pero aquí hay muchas diferencias que son muy importantes entre países, hay países donde claramente la recaudación tiene que aumentar, con el tamaño del estado que observamos en muchos países de América Central, por dar un ejemplo, va a ser muy difícil que esa redistribución tenga lugar. Simplemente, no tiene capacidad el estado para hacerlo. Hay países, como Brasil, Argentina, donde no es un problema de capacidad del estado; el estado es suficientemente grande para redistribuirse, es un tema de efectividad, de cómo redistribuimos, de cómo somos más eficientes a la hora de redistribuir. Entonces, hay una parte que tiene que ver con eficiencia y eficacia, más que eficiencia, eficacia de la redistribución y otra parte que tiene que ver con el tamaño de la redistribución.

Básicamente yo creo que esos son los tres pilares, quería puntualizar la importancia de la no separación entre crecimiento y equidad que creo que están íntimamente relacionadas y cada vez lo entendemos mejor.

**Paulo Esteves:** Estamos chegando ao fim da nossa sessão, eu não vou me atrever a sumarizar-lá, acho que as perspectivas que foram apresentadas aqui são muito ricas, muito diversas, embora, haja alguns pontos de interseção. E um desses pontos foi levantado agora a pouco pelo Julián, que é essa associação entre crescimento e equidade, que é algo que na história da América Latina nós encontramos em pouquíssimos momentos, mas, que deveria alcançar e ocupar o centro da nossa reflexão para as estratégias de retomada pós-pandemia. Vou passar a palavra para a nossa mesa, para as reflexões finais. Vou pedir para Julián, Mariana e Simone que não ocupem mais do que dois minutos para suas conclusões finais.

**Simone Cecchini:** Quiero hacer una invitación a todos los que nos siguen, digamos, como estudiosos, académicos, que sean atrevidos y ambiciosos si nos interesa luchar contra la desigualdad y promover este enfoque de derechos que significa mirar la realidad de manera distinta, es como ponerse un par de lentes que uno ve, yo por lo menos, mucho mejor y se ven todas esas vulnerabilidades, desigualdades que experimentan distintos grupos sociales en nuestras sociedades. Tenemos que ser atrevidos, ambiciosos y tener datos y evidencia empírica porque finalmente cómo vamos a hablarle a los no convertidos, porque hoy día, creo que tuvimos bastantes coincidencias los tres que hablamos, pero sabemos que en el debate de políticas públicas muchos otros piensan y lo ven de manera distinta y la única manera para promover nuestra idea, no es la única, pero una de las maneras importantes es que tengamos datos, evidencias, buenos análisis.

Entonces ahí, la importancia de la academia, el rol de la sociedad civil y de hecho, ya desde ya, dejo también invitados a que se sumen y participen en las conferencias intergubernamentales que tenemos como la Conferencia Regional sobre Desarrollo Social que se está llevando a cabo estos días y el próximo año tenemos por ejemplo, la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo, que es tema muy importante, salud sexual y reproductiva, todas las vulnerabilidades de los distintos grupos de población y ahí está invitada la sociedad civil para llevar adelante este discurso de la igualdad y los derechos que para nosotros es muy claro.

**Mariana Rulli:** Quisiera cerrar retomando algo que dijeron Simone y Julián, dos cuestiones: estado de bienestar y nuevo contrato social. Yo pensaba, mientras reflexionaba sobre este debate dónde estaba el estado de bienestar latinoamericano, el mundo del estado de bienestar latinoamericano, y bueno, él estaba sostenido básicamente sobre dos cuestiones, el primero sobre el trabajo y no desde una perspectiva de derechos. O sea, todos los componentes vinculados al estado de bienestar estaban vinculados al varón trabajador ¿no es cierto?, ese varón que tenía trabajo y por eso tenía los otros derechos y en segundo lugar, como un fuerte componente familiarista, esto es, con un fuerte componente de las mujeres realizando todos esos trabajos de cuidados y que autoras muy conocidas de nuestra región, como Martínez Fransoni, lo han mostrado. Los regímenes de bienestar de nuestra región eran muy distintos a los mundos del bienestar del otro lado y creo que esas dos cuestiones, son las que se han estado discutiendo en estos últimos cuarenta años en los cuales estas profundas desigualdades que Julián mencionó, desigualdades del mercado de trabajo, desigualdades de acaparamiento de oportunidades, las desigualdades de género, las étnicas, las desigualdades territoriales que Julián explicaba y sobre todo respecto del estado, de la presencia estatal y funcional en términos de desigualdad.

Creo que un nuevo contrato social basado en aquella vieja pregunta ¿cuánta desigualdad estamos dispuestos a tolerar? sobre todo para discutir, por ejemplo, los sistemas tributarios de la región, para poder llevar adelante un estado de bienestar diferente al que teníamos antes de los 70 y que esté, sobre todo, sostenido en el enfoque de derechos humanos al pensar en el trabajo, porque no vamos a volver a tener esa sociedad salarial plena de aquella época y sobre todo sostenido en aquel viejo estado de bienestar familiarista que sosteníamos las mujeres en la región. Creo que esas son las dos claves, trascender la idea del trabajo tradicional en la relación de dependencia para poder pensar desde un enfoque de derechos humanos la protección social y trascender sobre toda esta injusta y desigual distribución de los trabajos de

cuidado. Yo creo que el eje clave del desarrollo sostenible para la agenda en la región en los próximos años tiene que ser la sostenibilidad de la vida, eso es todo.

**Julián Messina:** Yo voy a terminar con dos puntos que me parecen fundamentales y que hemos discutido. Hay dos colectivos a los cuales la pandemia le ha pegado especialmente fuerte, las mujeres, los niños y los adolescentes. Esos dos colectivos son fundamentales para nuestra focalización en los meses que se nos vienen adelante y tiene que estar asentada en cambios estructurales que tengan largo recorrido. Es decir, tenemos que buscar volver a traer esos niños a la escuela, pero tenemos que traerlos a la escuela atrayéndolos con algo atractivo, con algo que a ellos les resulte estimulante, con algo que a ellos les resulte útil para su bienestar futuro. Tenemos que pensar en cómo incorporar esas mujeres al mercado de trabajo y qué significa dentro del hogar que esas mujeres vuelvan al mercado de trabajo, todas esas mujeres que han salido del mercado de trabajo. Este nuevo contrato social, que está asentado en esa mayor igualdad de oportunidades, es lo que va a posibilitar que tengamos una recuperación más fuerte y más rápida y los gobiernos que lo hagan antes van a ser aquellos que tengan más credibilidad a la hora de conseguir esa recuperación.

**Paulo Esteves:** Gostaria de agradecer mais uma vez ao Julián, à Mariana e ao Simone por terem participado conosco hoje, são reflexões que estão amparadas em uma série de publicações mencionadas anteriormente.

---

# Parte 2

Ensayos

---



# Aquí estoy porque he venido

## Un maestro rural es el presidente del bicentenario

Rocío Silva Santisteban<sup>1</sup>

En julio, Lima se vuelve una ciudad asmática: la humedad llega al 99% y los rayos solares, que no pueden atravesar la densa capa de nubes, producen solo una luz mortecina. En contraste, Chugur, Chota, resplandece de luminosidad a las siete de la mañana y el aire se bifurca configurando, como diría el poeta, la región más transparente. Lima y Chugur están ahora menos lejanas, a pesar de que la carretera es inverosímil y la forma de pensar entre limeños y chotanos diste años luz. Un hombre de sombrero y ademanes serenos ha atravesado todas las vallas intermedias, poco a poco, con impertérrita voluntad, y ha logrado la gran hazaña de ser el presidente del bicentenario.

La elección y proclamación de Pedro Castillo Terrones como presidente del Perú levantó un justo anhelo en las regiones postergadas de las y los ninguneados de siempre, entre los maestros rurales, ronderos, campesinos y pueblos indígenas, entre las trabajadoras del hogar o entre las obreras agroindustriales. Con su hablar de “castellano castizo que se conserva de Otuzco para adentro”<sup>2</sup> desató el nudo de la opresión republicana. La victoria, en cámara lenta, se debió solo a 41 mil votos y a la extrema polarización de la segunda vuelta, que se mantiene incluso hoy.

Castillo, 51 años, maestro rural, dueño de una pequeña chacra donde cultiva arvejas y maíz en Chugur, Chota, protagonizó en el año 2017 una huelga magisterial que logró colocar al sindicato que lideraba, la Federación Nacional de Trabajadores de la Educación (Fenate), como alternativa del tradicional Sindicato Único de Trabajadores de la Educación Peruana (Sutep), el sindicato liderado por el partido maoísta Patria Roja, que lleva 50 años recibiendo el aporte de miles de maestros y maestras, consolidado la denominada Derrama Magisterial, institución de fondos previsionales que hoy posee una de las librerías más importantes del Perú, Crisol, y un sinnúmero de empresas e instituciones.

La polémica entre sindicatos de izquierda dentro del área magisterial se agudizó en 2004 cuando una facción, el Comité Nacional de Reorientación del Sutep

---

<sup>1</sup> Abogada, periodista, escritora, poeta, profesora y política peruana. Fue Secretaria Ejecutiva de la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos desde 2011 hasta 2015. Se desempeñó como congresista de la República desde el 16 de marzo de 2020 hasta el 27 de julio de 2021. En ese cargo, ejerció *ad interim* la Presidencia del Congreso de la República tras la renuncia de la Mesa Directiva anterior, entre el 15 y el 16 de noviembre de 2020.

<sup>2</sup> Watanabe, José. (2008). *Poesía completa*. Madrid/Buenos Aires/Valencia: Pretextos.

(Sutep-Conare), dirigida por Robert Huaynalaya, tomó la Municipalidad de El Tambo, Junín. Posteriormente se supo que esta facción estaba vinculada con remanentes del grupo terrorista Sendero Luminoso, así como el Fenate está vinculado con el Movimiento por la Amnistía y los Derechos Fundamentales (Movadef). Ambos forman parte de las bases de Pedro Castillo, pero han sido, sin duda, los maestros y maestras a lo largo del Perú quienes le dieron su voto al líder chotano, más allá de filiaciones partidarias o izquierdistas.

¿Eso significa que Pedro Castillo es un marxista-leninista-maoísta, cuya afiliación está vinculada con organizaciones terroristas del pasado? Eso es lo que la derecha y la ultraderecha intentan levantar como parte de una campaña de desprestigio contra este maestro más pragmático que izquierdista, que militó desde el año 2003 hasta el 2017 en el partido Perú Posible, del ex presidente Alejandro Toledo, y que reza cada mañana antes de tomar su desayuno de caldo verde. Un hombre que dista de encuadrarse en la izquierda más tradicional y que, en verdad, podría calificarse como popular-nacionalista con ciertas características liberales, pero, eso sí, muy comprometido con las y los excluidos, y con una percepción rural de la vida que, como el cernícalo de los andes norteños, puede afinar la mirada a través del aire transparente, para dar en el blanco. Sin embargo, el camino no es nada fácil, menos aún si tienes por un lado a Vladimir Cerrón intentando controlar todos tus movimientos, y por el otro, a la derecha peruana que embiste recargada por los resultados electorales.

## **La derecha peruana se recarga**

Los resultados de la segunda vuelta electoral entre Keiko Fujimori y Pedro Castillo se demoraron más de 40 días debido a las innumerables acciones de impugnación que los estudios de abogados más prestigiosos de Lima pusieron en funcionamiento para salvar a la candidata fujimorista. La campaña de la derecha fue una guerra nuclear: los medios de comunicación, entre ellos el grupo El Comercio y Willax Televisión, fueron totalmente obsecuentes con la candidata; miles de mensajes por WhatsApp azuzaban el miedo al “comunismo” como si nos encontráramos en plena Guerra Fría. Las amas de casa de los barrios de clase media de Lima tenían pánico de que les quiten sus casas o sus autos o sus mascotas. La estupidez anticomunista caló hondo y la histeria promovió que, empresarios mercantilistas, retiren sus divisas de los bancos y cajas de ahorro. El dólar se disparó y «cruzó la barrera psicológica de los cuatro soles», las calles de los barrios mesocráticos se llenaron de movilizaciones con banderas borgoñas, aspas de San Andrés y manos levantadas a la usanza nazi. Así, el clásico miedo al mito de “la

indiada sublevada” cercando la ciudad se puso en movimiento entre cierto sector de limeños y limeñas.

Uno de los adalides de este discurso fue Mario Vargas Llosa, quien además izó la bandera del fraude hasta el último momento e invitó a la hija del dictador a una conferencia internacional en Quito con lo más graneado de la derecha continental. La susodicha no pudo viajar porque tiene impedimento de salida: pequeño detalle que no tuvieron en consideración cuando apoyaron a una acusada de lavado de activos y líder de una organización ilícita para delinquir. Hoy, Vargas Llosa, desde su ostracismo español ilustrado en las páginas de la revista *Hola*, se mantiene mudo.

La derecha recargada también se consolidó en las urnas. Además del fujimorista Fuerza Popular, dos partidos: Renovación Popular, del empresario Rafael López Aliaga, y Avanza País, liderado por el economista Hernando de Soto, hicieron campaña utilizando todos los argumentos en contra del “comunismo” y en pro del *statu quo*. Estos tres partidos suman más del 30% del electorado de la primera vuelta en la que participaron 17 agrupaciones políticas: no es trivial el porcentaje ni el giro de un país hacia la derecha y la ultraderecha. Los discursos autoritarios sembrados en picos varios de nuestra historia republicana pueden cosechar frutos amargos.

## **De sujeto peruano del neoliberalismo a ciudadano**

Sin duda, 30 años de narrativas neoliberales y de un individualismo exacerbado que niega lo estructural, han calado en la construcción de un “sujeto peruano”. El imaginario concibe que solo puedes salvarte tú mismo y que el pobre es culpable de su pobreza, y aunque parezcan argumentos contrafácticos, son sentidos comunes en el Perú. El sujeto peruano es concebido como “emprendedor” ante todo: los mendigos maquillan su miseria en los ómnibus, al ofrecer sus caramelos, como “emprendedores golosinarios”; el taxista que se autoexploata trabajando de sol a sol, 16 horas seguidas, se percibe como un empresario de transporte; los trabajadores del Estado que se encuentran en sistemas laborales – felizmente derogados por el último Congreso – sin ningún tipo de derechos ni siquiera de estabilidad, aunque trabajen años y años, se palmean la espalda sintiendo que tienen suerte.

Después de años de conflictos sociales, producto de la economía extractivista que choca con las y los campesinos e indígenas habitantes de los territorios en disputa, en diciembre de 2020 se produjo, después de años, el primer conflicto social capital-trabajo de trascendencia nacional. Miles de obreros y obreras de la agroindustria se movilizaron a lo largo de toda la Carretera Panamericana, desde

Ica hasta La Libertad, para exigir un alza en sus miserables jornales. Los enfrentamientos movilizaron a ciudades completas y se produjo la muerte de tres jóvenes por la usual y brutal represión policial. Además de K.R.D., de 16 años, murieron Jorge Muñoz y Reynaldo Reyes Ulloa<sup>3</sup> por proyectiles de arma de fuego, por el simple hecho de gritar en contra de un régimen de explotación consolidado por una ley de incentivos a la agroexportación con más de 24 años y producto de los intereses de ex ministros fujimoristas.

Junto con Inti Sotelo y Bryan Pintado, los dos jóvenes que murieron en noviembre de 2020 en las movilizaciones contra el efímero régimen usurpador de Manuel Merino, forman parte de una nueva generación que exige cambios. La pandemia y 196 mil muertos por COVID-19 develaron que el afamado sistema, en realidad, solo es una carcasa para la segregación sanitaria, la opresión laboral y la injusticia social.

A su vez, pudimos ver a miles de peruanos y peruanas informales caminando de regreso a sus hogares de origen en la Sierra o Selva; y no vimos, pero sabemos, que otros miles y miles, el «precariado» que vive de recibos por honorarios sin seguridad social ni previsional, fueron lanzados al puro desempleo. Así, las y los “emprendedores” se mostraron desnudos sin los ropajes ideológicos del discurso neoliberal.

No obstante, ni todo el racismo destilado por años en alambiques de segregación y desprecio al indígena y al serrano o amazónico pudieron contra la urgencia de la generación del bicentenario y sus luchas: al grito de “no más pobres en un país rico” le dieron la victoria a un maestro que portaba un lápiz como símbolo político. El simple lápiz se erige como arma contra el analfabetismo, pero también contra una derecha que echó todo su arsenal apostando por la peor candidata de la historia del Perú: la tres veces perdedora Keiko Fujimori. Para el recuerdo quedan los memes del “Keikino”, el “quinceaño” de Keiko y sus tres intentos presidenciales.

## La crisis de los tres primeros días

Castillo llegó al poder de la mano del Partido Político Nacional Perú Libre, liderado por un médico neurocirujano que ha sido dos veces gobernador de la región Junín, Vladimir Cerrón, y que hoy está sentenciado por “aprovechamiento del cargo”. Por este motivo, Cerrón fue excluido por el Jurado Nacional de Elecciones (JNE) de la fórmula presidencial de Castillo, quien no es militante del partido sino invitado. Eso ha producido tensiones diversas entre ambos personajes y

<sup>3</sup> Apolitano Rodríguez, Jorge. Tres muertos por protestas de trabajadores agroindustriales de Virú, exigen al gobierno mesa de diálogo. *Elpueblo.pe*. Trujillo, 31 de diciembre de 2020. En: [bit.ly/3stEMNO](https://bit.ly/3stEMNO).

luchas infraternas al interior de la izquierda peruana. La derecha intentó desacreditar de todas las formas a Castillo a partir de su vínculo con Cerrón, motivo por el cual Castillo llegó a decir que este “no sería ni portero en su gobierno”.

Todo el conglomerado heterogéneo de la izquierda peruana apoyó a Pedro Castillo en la segunda vuelta electoral, incluyendo mi grupo político, el Comité Ana Tallada – Movimiento de Izquierda Peruana. Lamentablemente, debido a la suspicacia del propio Cerrón frente a profesionales de otros espacios políticos – a los que él califica de “caviares” –, hubo rencillas e idas y venidas que llegaron a su crisis más extrema durante la juramentación del primer gabinete.

El jueves 29 de julio en la histórica Pampa de la Quinua, Ayacucho, donde Antonio José de Sucre venció al último bastión del ejército español, Castillo hizo un juramento simbólico y aprovechó para presentar a su premier. Los chismes de los días anteriores, sobre un premierato de Roger Nájjar, alguien con un proceso por filiación, lograron cerrar al ex congresista por Pucallpa y catapultar al congresista e ingeniero cusqueño Guido Bellido, quien está investigado por apología al terrorismo y ha publicado múltiples y variados comentarios homofóbicos y machistas en sus redes sociales. Bellido juró en quechua y castellano, frente a él, Pedro Castillo no pergeñó ni la más mínima sonrisa: semblante adusto y distancia afectiva frente a un nombramiento que parecía impuesto por el “dueño del partido”. Diversos sectores cuestionaron la designación de Bellido porque no tiende puentes sino que abre abismos; otros, los miembros de la derecha histórica, por ser “terrorista”. Ni por angas ni por mangas. Pero contra todo pronóstico, sigue liderando el gabinete

Al día siguiente, el 30 de julio, se convocó a la ciudadanía a la juramentación de todo el gabinete en el Gran Teatro Nacional a las 8 pm. Pero las renunciaciones de varios candidatos a ministros debido a la presencia de Bellido postergaron la juramentación, mientras se impedía a la prensa el ingreso al teatro y se mantenía una tensa espera, sin saber exactamente lo que estaba sucediendo. Supimos, los días posteriores, que la tensión había llegado a varios extremos y que, mientras Castillo y Cerrón y los congresistas de Perú Libre discutían en la sala de exposiciones del conglomerado del Museo de la Nación, en el teatro algunos futuros ministros hacían su aparición con los sendos fajines rojos. ¿Pero quién era quién? Nadie lo sabía: el secreto mejor guardado de los corrillos políticos.

La sensación de improvisación y desbarajuste no se calmó cuando vimos desfilar a Héctor Béjar o Anahí Durand, a Hernando Ceballos y a Juan Carrasco, con sus fajines inclinándose para juramentar. En ese momento nos esterábamos, por ejemplo, de que juramentó como ministro de la Producción, Yván Quispe Apaza, mi compañero de bancada y vocero titular de la misma, a quien acompañé

como vocera alterna. Toda la ceremonia se inició al filo de la medianoche, sin el juramento ni del ministro de Economía y Finanzas, ni de Justicia y Derechos Humanos. Minutos antes habíamos visto, a través de las imágenes de la televisión, caminar raudo bajo la garúa limeña a Pedro Francke para irse en un taxi hacia rumbo desconocido. Lo propio hizo Aníbal Torres. “¿Qué sucede?”, fue la pregunta de una solitaria periodista. Torres solo atinó a contestar: “hasta aquí he cumplido”. Tras un comunicado de la Presidencia del Consejo de Ministros (PCM) reivindicando posiciones a favor de los derechos de todos y todas, el sábado 31 de julio juramentaron Pedro Francke en el Ministerio de Economía y Finanzas (MEF) y Aníbal Torres en el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos (Minjusdh), dos profesionales que esa noche húmeda deben haber puesto sus condiciones.

## ¿Un gobierno de mistis?

Entre el huancaíno Vladimir Cerrón y el cusqueño Guido Bellido, así como entre el ayacuchano Iver Maraví y el ucalino Roger Nájjar, hay algo que los une, y no solo es que sean provincianos. Los cuatro, a pesar de todo, tienen sendas diferencias con Pedro Castillo, un hombre de campo que monta caballos a pelo. Los primeros son todos hijos de familias mesocráticas o de padres sindicalistas que les permitieron ir a la universidad, estudiar sendas maestrías y ejercer diversos oficios como funcionarios públicos o profesionales independientes; amasar ingresos de diversa índole y constituirse como poderosos en sus regiones. Castillo es hijo de madre y padre analfabetos y que, si bien tiene una maestría, esta le ha costado más que los réditos que le ha producido. El presidente no ha ejercido cargo alguno, excepto el de ser sindicalista. Así tenemos que los primeros son *mistis* y que Castillo es un *runa*.

El *misti* en la sierra sur es aquel mestizo o indio que adquiere poder y se percibe como un *runa* desindigenizado y más cercano al gamonal, esto es, identificado con el indígena en una relación vertical, adscribiéndose a la modernidad desde los ejes de la educación o el trabajo, pero sobre todo imponiendo su poder político y económico. Javier Monroe sostiene que: “Los mistis, al contrario de los comuneros, no participaban del sistema de reciprocidad igualitaria del ayni, el cual es la base de [su] identidad...”<sup>4</sup>. De la Cadena enfatiza que entre un *runa* y un *misti* hay relaciones que se mueven rápidamente, de tal suerte, que, en otras circunstancias, ambos pueden ser *runas* de otros *mistis*<sup>5</sup>. Flores Galindo aclara:

<sup>4</sup> Monroe, Javier. (2006). *Campesinado Indígena y Modernidad Política. Ciudadanía, cultura y discriminación en los Andes peruanos contemporáneos*. Investigación ganadora del concurso del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso). Texto inédito.

<sup>5</sup> De la Cadena, Marisol. (1991). Las mujeres son más indias. Etnicidad y género en una comunidad del Cusco. *Revista Andina*, n. 17. Cusco, Centro Bartolomé de las Casas, p.7-29.

(...) los poderosos recibían el apelativo de 'mistis' es decir, señores [...] en términos socioeconómicos se trataba de propietarios o terratenientes, dueños de un fundo, una hacienda o un complejo de propiedades. En otros casos, podrían ser comerciantes o autoridades políticas. Desde luego, podían combinar todas estas situaciones<sup>6</sup>.

Un gobernador local que es hijo de un prominente profesor universitario y una dirigente sindical, que él mismo ha asumido la modernidad a través del marxismo-leninismo, que estudia fuera del Perú una profesión para ayudar y apoyar a las y los indígenas y pobres del país, pero que, a su regreso y en el ejercicio de su poder, se corrompe y termina sentenciado por lavado de activos, podría calificarse como *misti*, más aún si disputa su poder político en términos siempre de confrontación. Vladimir Cerrón es el clásico *misti* machista y homofóbico, que desprecia a la clase política tradicional – a la derecha, por serlo, y a la izquierda limeña, más aún –, pero relacionándose con los indígenas desde un eje vertical en el que él se encuentra arriba como “profesional”.

Pero hay otro elemento clave en ese esquema: sin duda la idea leninista del «cuadro» que debe guiar a las masas y despertar su conciencia de clase, en tanto tarea de las vanguardias revolucionarias. Como sostiene Javier Monroe, esta es una clave del verticalismo político que se fusiona con las jerarquías socioculturales de los espacios locales y regionales andinos que recrean la aún fuerte herencia de la tradición gamonalista<sup>7</sup>.

La modernidad vargasallosiana se da de la mano con la modernidad marxista-leninista que, como bien lo dijo Aníbal Quijano múltiples veces, es el otro lado de la colonialidad del poder<sup>8</sup>. El eje autoritario *misti-run*a se monta sobre el *cuadro-masa* para insistir en un liderazgo heredero del patrón: patriarcado, racismo, condescendencia con las y los indígenas y campesinos, paternalismos varios y desprecio por la comunalidad. Cerrón se instala en una modernidad andina y se erige como el portavoz de los sin voz, cuando ya sabemos que el subalterno no necesita de ventrílocuos.

Un *misti* llama a otros *mistis* para consolidar su poder. Sean de Ayacucho, Cusco o Abancay, también tienen una trayectoria similar: hijos de padres o madres

<sup>6</sup> Flores Galindo, Alberto. (1986). *Buscando un inca: identidad y utopía en los Andes*. La Habana: Casa de las Américas.

<sup>7</sup> Comunicación personal con Javier Monroe, 5 de agosto de 2021.

<sup>8</sup> Ver: Quijano, Aníbal. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: Lander, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso). Disponible en: [bit.ly/37RSzV4](http://bit.ly/37RSzV4).

dirigentes, o prominentes en el espacio local, estudian en la universidad y llegan a ostentar maestrías o especialidades diversas, tienen experiencia en la política local desde los fueros de la izquierda y algunos son quechuahablantes, pero su relación con el indígena es vertical o, como muchos militantes de la izquierda de los 70, como guías hacia una modernidad única, incapaz de dialogar con el otro sino para imponer una propuesta de desarrollo. Obviamente, existen múltiples variantes de este arquetipo, algunas más cercanas a los *runas-masa*.

¿Castillo es un *misti*? De ninguna manera: Castillo está mucho más cercano a los *runas* que a los *mistis*, aunque su percepción del desarrollo también esté centrada en las ontologías de la modernidad y el liberalismo – de hecho, ha usado varias veces el concepto “emprendedurismo” –. Personalmente no lo percibo como un líder vertical y poco dialogante, sino más bien, como dirigente sindical que pone en movimiento los métodos del diálogo y debate dialéctico y, como un rondero, que se ciñe a los preceptos del control y de la seguridad bajo la autoridad de la asamblea ronderil.

Por supuesto que, tanto *mistis* como *runas* o Cerrón como Castillo, se encuentran encapsulados en el patriarcado, sea este dependiente o central, ostentando un liderazgo forjado en sus fraguas que pretende ser fuerte y con poca flexibilidad. Quizás el profe, como lo llaman cariñosamente sus alumnos y alumnas, deba aprender mirando a las tululas cajamarquinas que, por más alto que suban, saben arquearse para que los vientos no las quiebren.

Una muestra de esta mentalidad patriarcal y machista es la mínima participación de mujeres en el gabinete, solo el 11%, lo que nos coloca como el país de América Latina con menos participación de mujeres en el gobierno. Las mujeres somos un punto ciego en las estrategias políticas de conformación y ejercicio del poder de Pedro Castillo Terrones, y el enfoque de género, apenas si fue mencionado una sola vez en el discurso presidencial del 28 de julio. Eso nos demuestra que los sentidos comunes del patriarcado son sólidos y fuertes en el mundo rural, a pesar de la participación y presencia de las mujeres en todas y cada una de las movilizaciones sociales defendiendo la naturaleza y los territorios.

## Coda

Mientras todo esto sucede y el llanto de las y los vencidos mancha de lágrimas naranjas las piedras del camino, ciertas voces de jóvenes de la derecha como la congresista fujimorista Adriana Tudela, hija del ex canciller de la dictadura, han propuesto en TikTok «vacar al presidente Castillo por incapacidad moral», la

espada de Damocles de todo primer mandatario del Perú, y el motivo por el cual durante el año 2020 hubo tres presidentes constitucionales.

Estas declaraciones irresponsables nos demuestran que la crisis política no parece tener fin y que la derecha derrotada pretender usar todas sus municiones con un único objetivo: sacar a Pedro Castillo de la presidencia. Porque tanto la derecha liberal como la ultraderecha “bruta y achorada” no le dan cuartel al maestro cajamarquino que deberá gobernar con tanta destreza como firmeza frente un país deteriorado en muchos rubros, pero especialmente en uno: los lazos de confianza en el ejercicio del poder político.

Con un flanco izquierdo, amenazando con la polarización permanente de un *misti* que habla de la presentación del gabinete en el Congreso como «la colisión de dos mundos», aunado a los cantos de cisne de Renovación Popular, Avanza País y el fujimorismo de nuevo y viejo cuño, las grandes expectativas del pueblo pueden verse postergadas. Si el capitán del barco está más preocupado en cruzar el estrecho sorteando a Escila y Caribdis, ¿en qué momento podrá reconocer que los sargazos invaden su navío sin remedio mientras en la orilla hombres y mujeres, niños y niñas, poblaciones vulnerables y pueblos indígenas, claman con desesperación?

# Una nueva coyuntura, retos contemporáneos

José Maurício Domingues<sup>1</sup>

## La presente coyuntura latinoamericana

Quisiera plantear en esta contribución una cuestión bastante sencilla y directa. La idea básica es que América Latina vivió un ciclo más o menos largo de democratización, que sucedió desde los años 1970 hasta mediados del año 2000, y eso estuvo finalmente asociado con el ciclo de la Ola Rosa, es decir, del “giro a la izquierda”. El primero, quiero subrayar, es más amplio que el último. De todas maneras, se combinó el cierre del ciclo más largo de la democratización con el cierre del ciclo del giro a la izquierda, que al final fue bien corto para los progresistas, izquierdas y centroizquierdas que encontramos en varios países en los 1990-2000 o en otros países latinoamericanos. México y Colombia están un poco retrasados, pero están haciendo un camino que es parecido al de aquellos otros países latinoamericanos: Argentina, Brasil, Uruguay, Chile, Venezuela, entre otros, aunque muchos con variaciones que pueden ser significativas y que, esperemos, no lleguen todos a los mismos problemas.

El cierre de este ciclo político y democratizador no fue muy bueno, terminó más o menos mal en todos esos países. Claro, por supuesto la derecha es la derecha, liberal o no, y tiene sus proyectos, los cuales no nos gustaría que volvieran. Brasil tiene una situación un poco más complicada, algo sobre lo que luego hablaré. De todos modos, la izquierda latinoamericana me parece muy anacrónica. Se trata de izquierdas que, aunque hayan crecido en las décadas de 1990 e 2000, todavía tienen en sus cabezas ideas muy fuertes de las décadas de los 1950 y 1960, piensan de manera muy instrumental, son muy consecuencialistas. En particular, la idea de que no podían salir del poder de ninguna manera ha sido siempre fundamental, de modo que, para mantenerse ahí, se ponen a hacer de todo. Por eso pagaron un precio muy grande, una vez que cometieron muchos errores, hicieron cosas estúpidas. Aunque también tuvieron mucha suerte, porque el giro a la izquierda se combinó con el ciclo de las *commodities* mientras estaban en el poder. Cuando los recursos abundantes

---

<sup>1</sup> Doctor en Sociología por la London School of Economics and Political Science (LSE), trabaja en teoría social, teoría crítica y sociología política. Ha sido galardonado con el Premio de Investigación Annelise Maier de la Fundación Alexander von Humboldt (2018-2023). Es co-coordinador del Núcleo de Estudios en Teoría Social y América Latina (NETSAL) y miembro del Observatorio Interdisciplinario de Cambio Climático (OIMC) de la UERJ. Es co-coordinador del Grupo de Trabajo sobre Teoría Social y Realidad Latinoamericana de CLACSO.

de las *commodities* se terminaron, los partidos de esta izquierda no supieron manejar la situación y aquellos problemas se agravaron.

En algunos lugares estos “progresistas” pudieron volver al poder, como en Argentina y Bolivia, pero de una manera general en estos lugares dónde superaron las derechas, muchas veces parece que siguen intentando suicidarse. En Bolivia, por ejemplo, Evo Morales quiere volver al poder de todas las maneras y está cometiendo errores políticos por los cuales de nuevo puede pagar muy caro. En Argentina, Cristina Kirchner intenta controlar y en el límite, destruir a Alberto Fernández. Otros fenómenos, por otra parte, se desarrollan en otros países, sobre todo en Brasil y Chile. En Brasil tenemos un gobierno de extrema derecha y no sabemos todavía si Bolsonaro podrá al final reelegirse, en desmedro del desastre en que se volvió el país, después de una crisis tremenda de todo el sistema político y de hecho su desplome, sin que haya habido una renovación efectiva. Lo que en 2013 apareció de modo caótico, pero podría abrir nuevos caminos, no llegó a ningún lugar.

Por otra parte, en Chile lo que vemos es un cambio más radical y completo de panorama, porque hay un movimiento muy fuerte anti-*establishment*, anti-oligárquico, en el sentido de estar en contra de la oligarquía política, que consiste en un elemento siempre presente en las democracias liberales, pero que, entre nosotros, en América Latina es particularmente fuerte. En este sentido, creo que Chile nos apunta un derrotero bastante interesante. Recién hubo elementos como estos también en Ecuador, pero sobre todo en Colombia, con una movida política rural y urbana que no depende de los partidos, además sin que se crea que los partidos políticos puedan capturar esa energía societaria.

Con estas distintas tendencias más inmediatas, se abre, por lo tanto, un ciclo mucho más complejo en que la derecha, la extrema derecha, la izquierda, una sociedad más independiente se están disputando las direcciones del desarrollo político y social. Yo creo que vamos a ver el despliegue de la conjuntura latinoamericana para las próximas décadas.

## Un tema conceptual

Me gustaría recalcar algunos elementos conceptuales para que podamos asir mejor las líneas de fuerza de esta coyuntura. Primeramente, el tema de la oligarquía y la situación de los sistemas políticos liberales, que es un tema global, yo diría que es intrínseco a la democracia liberal. Este régimen político es la vez democrático – tiene que ver con la participación, la expresión de las opiniones, las elecciones, la ciudadanía – y, por otra parte, oligárquico – con el poder distribuido, de

alguna manera, siempre y por veces radicalmente desigual, con grupos políticos que curiosamente se suelen llamar de “élites” políticas -. Este carácter oligárquico es a menudo asociado a la estructura económica, pero hay que estar atento a la autonomía del sistema político, a su diferenciación y dinámica propia.

Cuando hablo de oligarquía no estoy hablando de lo que tradicionalmente se llama de oligarquía en América Latina, tampoco de los terratenientes, o la gente que controla el capital, los empresarios, etc. Estoy hablando del poder político en su autonomía y de las oligarquías políticas como tales. Claro, concretamente todo eso se mezcla y los poderes económico y político muchas veces van de la mano. Pero también la izquierda cuando llega al poder constituye su propia oligarquía: eso es lo que vimos de manera evidente con el giro a la izquierda, bastando mirar la Argentina con el kirchnerismo, el masismo evista en Bolivia o el Partido de los Trabajadores en Brasil (de Venezuela y Nicaragua, mejor ni hablar). Si a la derecha no le gusta que las instituciones democráticas se desarrollen, con los liberales democráticos encontrando muchas limitaciones para prevalecer como centro político verdadero, a la izquierda institucional tampoco le gusta que la movida de la sociedad plantee cuestiones que no puede contestar y que se autonomicen, deseando manejar la política desde el control del aparato del estado.

En América Latina teníamos una izquierda que parecía más o menos fuerte, que parecía novedosa y que parecía haber aprendido mucho con los procesos políticos bajo las dictaduras militares, así como con las discusiones sobre la democracia que fueron tan importantes en los 1960, 1970 y 1980 para la izquierda en todo el mundo. Sin embargo, descubrimos que esa izquierda no aprendió tanto, en general no intentó romper con el mecanismo de la democracia liberal, salvo en Venezuela, Nicaragua, pero también Bolivia, pero el consecuencialismo –en otras palabras, la idea de que importan los supuestos fines, que justifican los medios– se hizo demasiado fuerte. Las consecuencias reales son la corrupción, el intento de control de la sociedad, la división de los movimientos sociales por los partidos dominantes para intentar controlarlos y otras maneras de hacer política, que llevaron también a problemas muy graves y muchas veces a cierto grado de desmoralización de esas fuerzas de izquierda, con la voluntad de poder de hecho subyaciendo a su comportamiento. Aunque ideológicamente encubierta por la evocación de aquellos supuestos fines tan nobles.

## **Los retos de la coyuntura futura**

No creo que Bolsonaro sea el estándar que va a predominar en la derecha el subcontinente latinoamericano. Yo creo que lo que vamos a ver en los próximos

años en América Latina será más bien una derecha liberal, aunque por ejemplo en Colombia tengamos una derecha que es supuestamente liberal, pero que está involucrada con la violencia desde hace mucho y puede ser muy autoritaria, sin ser fascista o de extrema derecha. Es muy probable que tengamos una derecha y una centroderecha que disputará el proceso político en una democracia liberal bastante oligarquizada. La centroizquierda y los progresismos seguirán vigentes, más inteligentes y generosos o más tacaños. Alternancia en el poder deben predominar, con muchas pulseadas, en un mundo en el cual concretar proyectos y prevalecer parece cada vez más difícil, cualquier orientación dominante a cada momento.

Desde el punto de vista de la izquierda, lo que me parece es que el reto al cual tendrá que responder es aquel de su pluralización, al hecho de que hay una movida en la sociedad que ya no se puede controlar desde arriba. Esta situación tiene que ver con la reestructuración de los procesos sociales. La democracia liberal fue antes un fenómeno del siglo XX, que tuvo que ver paradójicamente con la verticalización de las organizaciones populares, los sindicatos obreros, los partidos comunistas y social demócratas, los movimientos campesinos, con todos estos movimientos que se basaban en grandes organizaciones de masas estructuradas verticalmente. Con lo que la verticalización contribuyó de una manera inusitada a la democratización del sistema político en general. Esas grandes organizaciones ya no pueden, sin embargo, organizar la vida política de las clases populares. La sociedad es mucho más fluida que antes y sus estructuras laborales y sociales en general no permiten que las organizaciones nazcan directamente de las concentraciones de personas en procesos productivos, que tampoco tienen ya tanta centralidad. De modo que hay una dispersión muy grande, una pluralización de identidades, y por lo tanto, una movida de la sociedad que no puede ser controlada desde arriba. Eso significa que los partidos tienen que negociar con esa vida social más fluida y, si no comprenden eso, difícilmente dejan de pagar un precio muy alto. Es lo que vemos por ejemplo en Bolivia, con una sociedad ya mucho más plural y clases populares más plurales.

El otro tema es aquel del consecuencialismo, además de los agentes políticos que simplemente quieren mantenerse en el poder por mantenerse en el poder, aunque por veces creyendo que se lo hace por otras razones. Hay que limitar este tipo de comportamiento y las consecuencias negativas que suele generar. Además, hay que reinventar lo que significa ser de izquierda, repensar los programas con radicalidad, pero sin ilusiones o romanticismos que terminan en la retórica. El desarrollo es una demanda de las grandes mayorías, pero aceptar que se puede destruir todo alrededor para que eso se realice es perder la discusión política antes

de siquiera empezarla de hecho. Con financiar largos programas sociales y, a la vez, encontrar otros caminos productivos que no pueden prescindir de la ciencia y de la tecnología es crucial, con prisa, con osadía y responsabilidad. Obviamente no se trata de algo simple y si añadimos que necesitamos repensar el socialismo, las cosas se hacen todavía más complejas. Pero no son estas precisamente las grandes tareas históricas de la izquierda, más allá de combatir las siempre reiteradas desigualdades y opresiones del capitalismo e de los estados modernos.

Estos son retos muy grandes, que nos hacen contemporáneos en el mundo en las próximas décadas. La América Latina, durante el periodo del giro a la izquierda, parecía estar moviéndose en una dirección contraria a la del resto del mundo. Mientras ellos profundizaban el neoliberalismo, a nosotros nos parecía posible hacer algo distinto, porque los procesos de democratización nos dieron esa energía de que se utilizaran, y en cierta medida, desperdiciaran los gobiernos progresistas. Aunque nosotros estemos en la periferia o semi periferia del sistema global económicamente, los retos son globales. Si no somos capaces de comprender lo que pasa y no encontramos respuestas que sean contemporáneas, nuestras dificultades van a seguir creciendo.

# El desarrollo, un futuro pasadista para América Latina\*

Alberto Acosta<sup>1</sup>

*Que el hombre<sup>2</sup> vive de la Naturaleza quiere decir que la Naturaleza es su cuerpo, con el cual ha de mantenerse en proceso continuo para no morir. Que la vida física y espiritual del hombre está ligada con la naturaleza no tiene otro sentido que el de que la naturaleza está ligada consigo misma, pues el hombre es una parte de la Naturaleza.*

Karl Marx

*Manuscritos Económico-Filosóficos (1844)*

El escenario geopolítico cambia aceleradamente en medio de un desbocado capitalismo globalizante. Sus múltiples retos nos plantean cuestiones sobre cuáles son las tareas que debería cumplir América Latina en este cambiante escenario geopolítico.

Más allá de sonoros discursos integracionistas, esta región, a lo largo de su historia, no ha logrado transformarse en un actor político relativamente homogéneo en sus objetivos y en sus propuestas, menos aún en sus acciones. Inclusive en las recientes décadas anteriores –cuando hubo una gran cantidad de países orientados por visiones “progresistas”– no se logró plantear una estrategia clara que sintetice una posición común para la región, que represente un quiebre con las visiones y acciones de la inserción de la región de forma subordinada al mercado mundial. No solo eso, muchos de los mensajes soberanistas de los gobiernos progresistas no se compadecen con la triste realidad de sus acciones. Recordemos que la región pasó de la Integración de la Iniciativa para la Infraestructura Regional Suramericana – IIRSA, una propuesta neoliberal concebida décadas atrás para insertarnos aún más en el mercado mundial, en tanto economías primario exportadoras, al Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento – CO-SIPLAN, impulsado sobre todo por los gobiernos “progresistas”, que, en su esencia, es prácticamente lo mismo que se propuso en la anterior época neoliberal.

---

\* Aquí se encuentra la presentación revisada de la ponencia que presentó el autor en el Seminario PUC-Rio “América Estimada en tiempos de pandemia: desigualdades, desarrollo y democracia”, 26 de octubre del 2021.

<sup>1</sup> Economista ecuatoriano. Compañero de luchas de los movimientos sociales. Profesor universitario. Ministro de Energía y Minas (2007). Presidente de la Asamblea Constituyente (2007-2008). Autor de varios libros.

<sup>2</sup> Y de la mujer, cabría añadir.

Esta realidad tiene algunas explicaciones. Todos los gobiernos de la región, desde hace muchas décadas hasta la actualidad, sin excepción, están atrapados por el imaginario y las narrativas del desarrollo. Esta es una cuestión de fondo. La región persigue un espejismo: el desarrollo. En algunas épocas se ha diferido en el camino a seguir – simplonamente expresado por la mayor o menor participación del Estado o del mercado –, pero no por su objetivo final. Además, ya en años más recientes, los gobiernos neoliberales y los gobiernos “progresistas” se han mantenido férreamente atados a la lógica de economías primario exportadoras, lo que condujo en consecuencia en ambos casos a ampliar los extractivismos. En conclusión, el futuro del desarrollo en América Latina es el pasado, si se quiere: una suerte de futuro pasadista.

El desarrollo se convirtió, desde enero de 1949, para poner una fecha referencial, en un horizonte dominante en el imaginario social. “En el mundo hay que alcanzar el desarrollo”, fue el mensaje de un presidente norteamericano, que se transformó en un mandato global y que sintetiza la narrativa dominante. El camino implicaba, e implica aún, transitar por senderos más o menos preestablecidos, con una sobrecarga economicista: la economía tiene que crecer forzando inversiones y exportaciones.

En clave del padre ideológico del desarrollo: el progreso, para lograr ese objetivo supuestamente ineludible, tenemos que dominar la Naturaleza. Igualmente habrá que asumir algunos sacrificios, léase costos sociales en términos del economismo. Y en ese empeño se busca la permanente satisfacción material e individual de las necesidades formateadas desde las engañosas promesas de bienestar de la modernidad: tenemos que producir, tenemos que consumir, tenemos en definitiva que desarrollarnos, copiando las visiones que vienen de fuera.

Sin entrar en mayores diferenciaciones, en la actualidad, todos los gobiernos, sean “progresistas” o neoliberales, persiguen el crecimiento económico. Ese es ahora, una vez más, el mandato para superar la interrupción en el quehacer económico que ocasionó el coronavirus, que no es el causante de la crisis, y también asoma como la herramienta que nos permitirá amainar los embates de la recesión global que ha encontrado en la guerra de Ucrania y sus secuelas un nuevo motivo de graves afectaciones económicas. Los gobiernos de la región, para crecer, buscan incrementar las exportaciones de materias primas, buscan atraer más inversión extranjera. En suma, buscan más de lo mismo, que a este paso será más de lo peor. Es decir, aunque resulte reiterativo, aceptemos que el sendero del desarrollo es el sendero del pasado, no del futuro.

Así las cosas, seguirá vigente la necropolítica, que, como bien anota Eduardo Gudynas, un brillante intelectual uruguayo, deja morir a las personas, no firma órdenes de ejecución, ni es el verdugo directo, pero es una política que se desentiende de las muertes evitables y naturaliza su propia incapacidad para resolver los problemas existentes o las que ella misma provoca. Esta necropolítica es la consecuencia de una modernidad estrangulada, incapaz de defender la vida misma, sea de seres humanos o de seres no humanos, como la misma Tierra. Es por ello que la necropolítica bajo distintos regímenes políticos, “progresistas” o neoliberales, reproduce una práctica de destrucciones sin fin sumergida en la repetición y la resignación.

La región ha intentado todo tipo de reformas y “revoluciones”, pero vuelve a caer en la problemática de fondo, en los orígenes y en los horizontes de los caminos que persigue. Es decir, en su obsesión por la dominación de la Naturaleza, para asegurar la acumulación del capital, que también provoca la creciente explotación de los seres humanos. Un proceso que se nutre y fortalece en la colonialidad y el patriarcado, elementos esenciales de la necropolítica.

Dicho esto, planteamos unas cuantas tesis para la discusión y la reflexión, aceptando que no va más la acumulación material mecanicista e interminable asumida como progreso. Si ese planteamiento no tiene futuro, tampoco lo tiene el desarrollo, que es apenas un hijo del progreso.

Los límites de los estilos de vida sustentados en la bonanza antropocéntrica son cada vez más notables y preocupantes. Un par de cifras parecen importantes para tener una idea de lo que estamos hablando. Si nos planteamos como un referente, el crecimiento económico chino tendríamos que aceptar que no hay espacio en el planeta para esos niveles de acumulación material. En 3 años, 2011, 2012 y 2013, China consumió 6.615 millones de toneladas de cemento, 1,5 veces más que lo que consumieron los EEUU en todo el siglo 20. Esto es irrepetible. Si aspiramos al estilo de vida de un habitante promedio de Europa, requeriríamos cuatro planetas, si fuera de los EEUU, requeriríamos seis planetas.

Aceptemos también que el desarrollo es un fantasma. ¿Cuántos países se han desarrollado en las últimas siete décadas, desde que se planteó el desarrollo como un mandato global? Podríamos hacer un ejercicio y ponernos a enlistar aquellos países que supuestamente alcanzaron el desarrollo...

El asunto es, sin embargo, más complicado. Los países conocidos como desarrollados no lo son tales, al menos si nos remitimos a la promesa de bienestar para todos sus habitantes. Quizás se podría decir que son mal desarrollados. Es evidente, como se anotó anteriormente, que en términos ecológicos son

irrepetibles sus niveles y estilos de vida. Además, allí no están resueltos siquiera los problemas de iniquidad. Podríamos llenarnos de números de cifras y datos al respecto. Tomemos la realidad de un solo país, que sirve muchas veces como el gran referente de desarrollo: Alemania, allí el 21% de la niñez de menos de 5 años vive permanentemente en situación de pobreza, y un 9% adicional entra y sale de esa situación con regularidad. ¿Es ese el desarrollo que tenemos como meta?

Otro problema surge porque descuidamos conocer lo que realmente es y significa el desarrollo. Aníbal Quijano, un gran amigo y compañero de lucha, fallecido hace un par de años, nos decía que el desarrollo es un hijo sin padre en busca de un apellido. Así fue desde el principio. Apenas comenzaron a aparecer los problemas, hace 70 años, se empezó a buscar apellido al desarrollo. Del desarrollo económico, pasamos al desarrollo social; por ahí aparecieron las mujeres, y hablamos de desarrollo con equidad de género; alguien se acordó que había la Naturaleza, se propuso el desarrollo sostenible o sustentable; para los pueblos originarios se empleó el etnodesarrollo. Posteriormente se ubicaron las miradas en distintos ámbitos de acción estratégica, entonces recurrimos al desarrollo nacional, al desarrollo local, hasta al desarrollo global o incluso al desarrollo glocal. Aparecieron otros temas que tienen que ver con el desarrollo y la migración, y hablamos de codesarrollo. Actualmente hablamos de desarrollo transformador. Siempre desarrollo, desarrollo, al fin y al cabo. El desarrollo se convirtió entonces en una suerte de creencia nunca cuestionada. Simplemente fuimos redefiniendo o destacando alguna característica del desarrollo y las críticas fueron a aquello que nos incomodaba, o supuestamente lo que faltaba. Los cuestionamientos nunca fueron al desarrollo. Criticamos los caminos para alcanzarlo. Esta es una realidad que explica, en gran medida, los problemas que se derivan del desarrollo.

Y desde entonces seguimos atrapados como en la tragedia griega, en la maldición de Sísifo, aquel personaje mitológico que trata de empujar una enorme piedra a la cima de una montaña y cuando está a punto de llegar, se derrumba y tiene que volver a empezar una y otra vez.

No podemos, sin embargo, minimizar el enorme aporte que realizó América Latina para generar visiones contestatarias al desarrollo convencional. Rescateamos el pensamiento los dependentistas, de los estructuralistas. Rescataría algunos nombres: Raúl Prebisch, Paul Barán, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Agustín Cueva, André Gunder Franck, Enzo Faletto, Teotonio Dos Santos, Fernando Velasco, Fernando Henrique Cardoso, Oswaldo Sunkel, el mismo Aníbal Quijano; la lista no termina, es enorme. Sus aportes fueron contundentes, potentes, y están todavía vigentes en muchos aspectos. Empero, con algunas tímidas aproximaciones

excepcionales, no se atrevieron a pensar en verdaderas alternativas al desarrollo. Y, es más, con esta lista de puro hombres comprobamos la presencia del patriarcado dominante: una dura realidad, incluso en este empeño de construir alternativas en los ámbitos intelectuales especialmente.

Desde otras orillas, los fundamentalistas del mercado y los que camuflan sus intentos por modernizar el capitalismo con discursos “progresistas”, también pretenden alcanzar el desarrollo. Difieren en algunos caminos, en algunas propuestas, pero tienen la misma meta. Ambos con diversos matices están atados a la ideología del progreso; una ideología con profunda raigambre colonial. Ambos grupos reproducen, de una u otra manera con diferencias más o menos cosméticas, las viejas perspectivas hegemónicas del norte global. Así vemos, por ejemplo, como los “progresismos” que pretendieron escaparse de las garras del Consenso de Washington, regresaron a negociar con el Fondo Monetario Internacional o con el Banco Mundial, y terminan apoyando la suscripción de tratados de libre comercio, que bien sabemos no son libres, ni solo de comercio; que son, en síntesis, mecanismos de dominación para mantener a los países del sur como suministradores de materias primas.

Un punto fundamental. Las teorías de desarrollo, en su esencia y en su aplicación práctica, resultan una construcción intelectual – con características propias de cada lugar, de cada circunstancia – orientada a justificar y promover los valores occidentales. Consideran al desarrollo, de una u otra manera, en su pretensión universalista, como una meta indiscutible. Todos tenemos que desarrollarnos. Aceptando ese mandato, asumimos esa dicotomía de desarrollo y subdesarrollo, en tanto, conceptos que tienen una misma mirada sobre una realidad y una promesa de carácter occidental incapaz de comprender otros valores y otras aportaciones existentes en el mundo. Este es un tema mayor. Esto explicaría por qué no hemos tenido la capacidad para integrar nuestros diversos mundos existentes.

A la postre, concluyamos que la gran cruzada por el desarrollo – la mayor cruzada de toda la historia de la Humanidad – provocó destrozos sumamente costosos en todos los órdenes de la vida de los pueblos que se encaminaron detrás del espejismo del desarrollo. Este permanente empeño – en nombre del desarrollo – derivó en un fenómeno capaz de generar pérdidas de capacidades, de diluir identidades, de empobrecer a personas y sociedades, de destrozar culturas, de restringir derechos y libertades: incluso hemos aceptado sacrificar la democracia aceptando gobiernos autoritarios y dictaduras para desarrollarnos. Todo esto provocó nuevos y mayores desequilibrios y desigualdades sociales, al tiempo que se siguió destruyendo la Naturaleza.

Como la realidad es tozuda, este empeño desarrollista cava su propia tumba. Los fracasos cosechados nos llevaron a cuestionar el propio concepto de desarrollo. Ya no hay espacio para redefinir y reconducir el desarrollo, porque el desarrollo entiende como punto básico, intrínseco, la existencia humana basada en el permanente crecimiento económico, en el dominio sobre la Naturaleza y en la defensa de la modernización occidental uniformizadora: un camino sin salida, a todas luces.

El momento que vivimos en el mundo debería hacernos reflexionar y cambiar de rumbo. Más de lo mismo, lo dijimos, será más de lo peor. Enrique Leff, brillante pensador mexicano, nos confronta con una situación brutal y en extremo real: el mundo vive un proceso de deshumanización de la Humanidad y simultáneamente de desnaturalización de la Naturaleza. Tan grave es lo primero que el individualismo a ultranza asoma ya como una enfermedad social. En dos países enriquecidos gracias a su pasado colonial y al ser sociedades que sostienen su bienestar externalizando sus problemas, como Inglaterra y Japón, se establecieron sendos ministerios de la soledad, para tratar no temas de pobreza sino de ausencia de contacto humano y de comunidades. La desnaturalización de la Naturaleza, provocada por la creciente mercantilización, incluyendo aquella tan promocionada economía verde, ahondan un proceso de destrucción insostenible. Bastaría con leer algunas de las conclusiones del panel de cambio climático de las Naciones Unidas, conocido por sus siglas en inglés: IPCC.

Lo realmente dramático es que en los círculos de poder no se asume con seriedad estos retos. Incluso se los niega. En la práctica no solo actúan los negacionistas propiamente dichos, sino también la mayoría de los gobernantes que se llenan la boca, hablando de la necesidad de tomar decisiones para enfrentar estos retos socioambientales, pero en la práctica los ahondan cuando fuerzan el crecimiento económico, los extractivismos, las exportaciones no sustentables, en suma, aceleran la necropolítica.

Otro punto fundamental. Cuando hablamos de posdesarrollo sólo estamos diciendo lo que no queremos, es decir superar la idea y los caminos utilizados para conseguir el desarrollo. Al hacerlo rechazamos la modernidad, la existencia de visiones económicas universales. Esto es indispensable para crear un espacio-tiempo colectivo donde “el desarrollo” – así, entre comillas – deje de ser el principio central que organiza la vida económica y social, y así también cuestionar la preeminencia del crecimiento económico y su carácter de meta, derrumbando la matriz cultural de donde proviene el desarrollo y su historicidad derivada de los beneficios que obtienen los capitalismo metropolitanos.

Desarticular el desarrollo basado en las premisas de la Modernización, que llevan más y más a la deshumanización y a la desnaturalización de la vida, es cada vez más urgente, especialmente en un momento de insostenibilidades crecientes. La Modernización está llegando a sus límites. La tarea implica aceptar esos elementos que nos abren la puerta a estas lecturas que definimos como posdesarrollistas. Siendo indispensables, no son suficientes. El reto es plantearse horizontes más allá del desarrollo. Aquí debemos valorar e incorporar la multiplicidad de definiciones alrededor de las formas de vida, de las relaciones sociales, de las prácticas económicas existentes en diversas partes del planeta que no están subordinadas al desarrollo, en clave de pluriverso. Requerimos, en ese camino, conocer y reconocer aquellos múltiples valores y la enorme diversidad de prácticas sustentadas en criterios sociales y ecológicos que recuperen los valores feministas, los valores decoloniales, los valores ecologistas.

Necesitamos, en suma, superar el enfrentamiento que termina siendo estéril a la larga entre Estado y mercado. Por ese camino no avanzaremos. Es hora de las alternativas al desarrollo, así en plural, pues no hay una sola, hay muchas. Abramos entonces la puerta, por ejemplo, al buen vivir o *sumak kawsay*, que proviene de lo más profundo de las culturas de los pueblos originarios en el Abya-Yala. Culturas que se sintonizan con otras visiones del mundo, en África, en la India, en el Japón y en muchas otras esquinas del planeta; visiones que buscan relaciones armónicas y de equilibrio con la Madre Tierra, entendida una madre verdadera, no una simple metáfora, asegurando de forma simultánea la justicia social.

Estas demandas cada vez más urgentes nos invitan a sumarnos a procesos en marcha de decrecimiento y posextractivismo en un contexto global, con consecuencias fáciles de prever: por ejemplo, si en el Norte las economías no pueden seguir creciendo, su demanda de materias primas tendrá que disminuir. Entonces, los países del Sur mal harían en seguir financiando sus economías con la exportación de dichas materias primas. Por esta simple razón y muchas más, es indispensable también en los países empobrecidos abordar con responsabilidad el tema del crecimiento. La tarea, en suma, implica una deconstrucción y reconstrucción de la economía, para que no se vuelva invivible la vida del ser humano en el planeta, sea por razones ambientales y/o por la creciente violencia social.

Si la economía debe subordinarse a los mandatos de los humanos, también debe someterse a las demandas de equilibrio de la Naturaleza misma. Además, si se plantea superar la explotación de la Naturaleza en función de la acumulación del capital, con mayor razón habrá que dejar atrás la explotación del ser humano. Este reto precisa una nueva racionalidad socioambiental capaz de deconstruir la

actual lógica de la producción y el consumo. Hay que desengancharse de los engranajes y mecanismos perversos del mercado mundial, sobre todo de sus lógicas especulativas, al tiempo que se propicia su metamorfosis. Y todo proponiendo estrategias adecuadas para llevar adelante las transiciones que sean necesarias.

En medio del actual colapso ecológico y social, ya es hora de entender a la Naturaleza como una condición básica de nuestra existencia y, por lo tanto, también como la base de los derechos colectivos e individuales de libertad. Así como la libertad individual solo puede ejercerse dentro del marco de los mismos derechos de los demás seres humanos, la libertad individual y colectiva solo puede ejercerse dentro del marco de los Derechos de la Naturaleza. De forma categórica concluye el profesor alemán Klaus Bosselmann: “sin Derechos de la Naturaleza la libertad es una ilusión”.

En la práctica, esto significa que no existe ningún derecho para explotar la Naturaleza y menos aún para destruirla, sino solo un derecho a un uso ecológicamente sostenible. Las leyes humanas, entonces, deben estar en concordancia con las leyes de la Naturaleza. Y, además, tengamos presente, que, en realidad, la Naturaleza es la que nos da el derecho a la existencia a los seres humanos, y que ella, en su permanente búsqueda por los equilibrios, no se equivoca.

Entender este punto demanda un giro copernicano en el ámbito, jurídico, económico, social y político. El derecho de tener derechos exige siempre un esfuerzo político para cambiar aquellas normas que niegan esos derechos y para enfrentar a los grupos de poder que pretenden proteger sus privilegios sostenidos en la explotación de los humanos y de la Naturaleza. Lo básico y fundamental es cómo construir senderos plurales y radicales que incluyan simultáneamente la justicia social y la justicia ecológica, la una no puede ir sin la otra.

El fin es construir un mundo donde quepan muchos mundos – un pluriverso – pensados desde las perspectivas, deseos y luchas de los pueblos y sus derechos, donde los seres humanos y los seres no humanos gocen de una vida digna. Para lograrlo no existen recetas, ni modelos. Los caminos son múltiples. Eso implica respetar la pluralidad de valores y culturas; pluralidad con radicalidad, cabría anotar, puesto que tenemos que ir a la raíz de los problemas; igualmente tenemos que recuperar y en ningún caso anular en este proceso de transiciones múltiples la diversidad cultural de todos los pueblos de Nuestra América, el Abya-Yala.

# América Latina en tiempos de pandemia: desigualdades, desarrollo y democracia

Diana Tussie<sup>1</sup>

La pandemia del coronavirus, sincronizada a nivel global, con gigantescos impactos regresivos, es la peor crisis económica, social, laboral y sanitaria de, por lo menos, los últimos cien años. Uno de los saldos más impactante de semejante debacle es que aumentó la desigualdad en un contexto de extendidos sufrimientos personales de la mayoría de la población en el mundo. En este contexto de dramas económicos y humanitarios, los ricos se hicieron más ricos y los pobres más pobres, mientras la miseria alcanzó a muchos millones más.

En diciembre de 2021 salió a la luz el Informe sobre la Desigualdad Global 2022, una extendida investigación que reúne a más de 100 investigadores e investigadoras nucleadas en el Laboratorio de Desigualdad Mundial que coordina el economista francés Thomas Piketty. Según este informe, el 10% más rico de la población mundial recibe hoy el 52% del ingreso mundial, es decir más de la mitad, mientras que la mitad más pobre recibe el 8,5% del ingreso mundial. El mundo se ha vuelto más desigual en ingresos y en riqueza y la pandemia lo agudizó. Las desigualdades globales parecen ser tan grandes hoy como lo fueron en el auge del imperialismo occidental a principios del siglo XX. En América Latina el 10% superior se queda con más de la mitad de la renta nacional, mientras que en el caso de Europa ese 10% se queda con el 36%.

Además, este informe muestra otro proceso que ha ido ocurriendo en simultáneo durante los últimos 20 años. Por un lado, se constata la disminución de las desigualdades globales entre países, a raíz (entre otros factores) del crecimiento que vivieron la mayoría de lo que se llama “países emergentes”. Por otro lado, o mientras las naciones se han vuelto más ricas, los gobiernos se han vuelto más pobres. Durante los últimos 40 años, la participación de la riqueza en manos del sector público es cercana a cero o negativa en los países ricos, algo que se magnificó con la pandemia, durante la cual los gobiernos tomaron prestado el equivalente al 10-20% del PIB, esencialmente del sector privado. Eso tiene implicaciones, dicen

---

<sup>1</sup> Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO. Doctora en Relaciones Internacionales por la London School of Economics (LSE) y Directora del Área de Relaciones Internacionales de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Directora de la Maestría en Relaciones Internacionales de FLACSO/Argentina e Investigadora Senior del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Autora de *Nación y Región en América del Sur*, con P. Trucco, y *The Rise of Post-hegemonic Regionalism*, con P. Riggiozzi.

los autores, sobre la capacidad de esos gobiernos para abordar desafíos como la desigualdad y el cambio climático. En otras palabras, la totalidad de la riqueza está en manos privadas. Y esto tiene severas implicancias para que la educación, la esperanza de vida o la mortalidad infantil se apoye en los patrimonios públicos.

A diferencia de otras crisis de los últimos cien años, la crisis económica en América Latina desencadenada por la pandemia, en su origen, no tuvo culpables<sup>2</sup>. Tanto el virus como los shocks económicos adversos provinieron de fuera. Sumado a la situación global de la pandemia, luego de más de seis décadas de experiencia latinoamericana en materia de desarrollo, no cabe decir que el balance sea tan alentador.

A pesar de los logros importantes alcanzados por algunos países de América Latina (como la educación, la esperanza de vida o la mortalidad infantil) la crisis de la deuda de la década del ochenta (inflación, deuda externa, recesión económica, inestabilidad de las instituciones en proceso de democratización, entre otros) condujo a los Estados a la adopción del modelo neoliberal. En este camino, la crisis abrió la puerta para amplias condicionalidades de los organismos financieros internacionales, en particular el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. En este contexto, se abre un serio desafío tanto para la acción como para el análisis.

En la búsqueda de diagnósticos puede decirse, a groso modo, que los estudios se vuelcan en dos sentidos. Existen visiones que sostienen que los efectos de la integración internacional traen amplios beneficios, tanto para los países desarrollados como para los países en desarrollo. En tanto que otros enfoques cuestionan las verdaderas posibilidades de alcanzar el desarrollo basándose en la apertura y la integración al sistema económico global.

Los organismos internacionales erigidos en bastiones técnicos ponen el ojo en la baja calidad de las instituciones y las políticas aplicadas en los países en desarrollo como principal causa de los limitados resultados. De ahí se impone la tarea de vigilar, disciplinar y transferir las llamadas buenas prácticas a los países en desarrollo.

En cambio, en el mundo en desarrollo y en ciertos sectores críticos de los países desarrollados se argumenta que hay responsabilidades sistémicas. Las condiciones estructurales son favorables a los intereses de las grandes potencias occidentales y a la expansión de sus empresas. Desde su momento iniciático, la teoría del desarrollo incorporó el legado colonial o la asimetría de las relaciones Norte-Sur al análisis. Puso de relieve las relaciones sistemáticas que van más allá de una interacción tomada aisladamente. En este diagnóstico, que sigue vigente,

---

<sup>2</sup> Nora Lustig y Jorge Mariscal, en *El País*. Disponible en: <https://elpais.com/economia/2020-03-19/lapandemia-en-america-latina-una-crisis-economica-sin-culpables.html>.

se pretende lograr políticas que cambien la dinámica de la desigualdad internacional. Desafío que parece obligado si se tienen en cuenta tanto los cambios habidos en el contexto internacional como las enseñanzas que se derivan de la propia experiencia del desarrollo. El debate sobre un orden internacional legítimo remite de inmediato a los conceptos de justicia e igualdad, en el plano nacional e internacional, y las normas, instituciones y recursos que habrán de desplegarse para dar respuesta a esas cuestiones y lograr revertir la dinámica<sup>3</sup>.

Dicha premisa recobró vigencia por las dinámicas de la globalización y de la deuda, que redujeron el margen de maniobra de las autoridades nacionales para implementar políticas que favorezcan el desarrollo. Así, se abrió el debate sobre el recorte del espacio para la política – entendido, en esta instancia, como la “habilidad de actuar” de los Estados<sup>4</sup>.

Sin duda, el sistema internacional en el que se inscribe nuestra agenda de desarrollo ha experimentado notables transformaciones. Durante casi cincuenta años, hasta la caída de la Unión Soviética, la guerra fría y el proceso de descolonización definieron un sistema económico internacional institucionalizada alrededor del espacio noratlántico, en el cual se concentró buena parte del comercio y la inversión. Dicha concentración fue facilitada, apalancada y apuntalada por las instituciones de Bretton Woods.

El sistema, claramente centrado en los actores estatales, tuvo dos ejes muy marcados. Por un lado, el conflicto Este-Oeste, con sus condicionantes ideológicos y la conformación de rígidas “esferas de influencia” que definían “amigos” y “enemigos” y establecían serias limitaciones para el ejercicio de la soberanía, y la formulación de distintas opciones políticas y de modelo económico.

Por otro lado, el eje Norte-Sur, en el que los países en desarrollo se enfrentaron a los países ricos, tratando de modificar con múltiples iniciativas con algunos logros, el orden económico internacional de posguerra.

En la práctica, ambos ejes estuvieron muy interrelacionados. Hubo intentos de separar los problemas de las relaciones Norte-Sur y el enfrentamiento bipolar por parte del movimiento de países no alineados. Desde Europa, la visión socialdemócrata se volcó en 1980, al promediar la llamada segunda guerra fría (iniciada con la invasión soviética a Afganistán) en el Informe Brandt, dirigido por Willy Brandt como presidente de la Internacional Socialista.

<sup>3</sup> Sanahuja, José Antonio; Alonso, José. (2006). Un mundo en transformación: repensar la agenda de desarrollo. *La Realidad de la Ayuda 2006-2007*. Intermón Oxfam, Barcelona, p. 180-204.

<sup>4</sup> Tussie, Diana (2018). Set to Shake Up Global Economic Governance: Can the BRICS Be Dismissed?. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, n. 24(3), p. 321-330.

Sin embargo, hasta el fin de la guerra fría los debates sobre el desarrollo y las políticas en el plano internacional fueron situados en el marco del enfrentamiento Este-Oeste. Con el objetivo explícito de impedir “una nueva Cuba”, así como de derrotar, a sangre y fuego, las multiformes luchas populares, democráticas, anticolonialistas y antiimperialistas que entonces se desarrollaron en diversos países de América Latina y el Caribe. Estados Unidos impulsó la instauración de dictaduras militares y otros regímenes de seguridad nacional que asolaron el continente entre 1964 y 1990. Con el colapso del bloque del Este, dicho sistema internacional llegó a su fin.

La teoría del desarrollo se había construido, en sus inicios, sobre una posición de relativo escepticismo acerca de las posibilidades que el comercio internacional podía ofrecer, en términos de promover oportunidades de progreso a los países del sur. De ahí su insistencia en estrategias de desarrollo, como la de sustitución de importaciones. Tanto la deuda como una lectura de la experiencia de los países del sudeste asiático, sumado a la implosión de la Unión Soviética hicieron que esas ideas se sometiesen a revisión al comenzar la década de los noventa. No faltaron entonces quienes, desde el extremo opuesto, proclamaron a las exportaciones, la apertura y al comercio internacional como el motor y el factor clave del éxito económico.

El desarrollo surgiría como un producto de una macroeconomía sana, de la desinversión del estado en servicios públicos y de la apertura al comercio internacional: sobre esta idea descansó el pensamiento neoliberal.

Con el llamado “Consenso de Washington” sostenido por la hegemonía política y militar de Estados Unidos y sus aliados, la liberalización económica, sería la respuesta a las necesidades de desarrollo. El ideario neoliberal fue abrazado y promovido por redes intensas de conocimiento que asociamos a las dinámicas de la globalización, favorecidas por interconexiones y flujos económicos, sociales, tecnológicos cada vez más extensos. Con ello, se dio rienda suelta a las fuerzas del mercado a través de programas de privatizaciones, aperturas comerciales y otras regulaciones para alentar la libre circulación del capital y permitirle tomar las riendas del desarrollo. Las experiencias integracionistas en América Latina en dicha etapa se limitaron al factor comercial.

El término Consenso de Washington, que definió las reglas del juego para la economía mundial, ganó vuelo a partir de la caída del muro en 1989, el año en que el capitalismo al estilo occidental consolidó su alcance mundial. Esto describiría la batería de políticas fiscales, impositivas y comerciales fomentadas por el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. El Consenso de Washington se convirtió en el lema de la globalización neoliberal, luego de la luna de miel inicial, sus

resultados, en término de desocupación, desigualdad y por perpetuar la subordinación de los países del Sur global a los del Norte, este consenso fue impugnado, incluso por figuras eminentes de las instituciones centrales.

La seguidilla de crisis al promediar la década del 90, a saber, la mexicana de 1995, la asiática de 1997, la rusa de 1998, la brasilera de 1999, argentina y uruguayana de 2001, sacudieron las premisas del neoliberalismo. El Foro de São Paulo, creado en 1990 e integrado por partidos, líderes y movimientos de izquierda de América Latina, fue un temprano hito en la crítica al modelo neoliberal y en la proposición de rutas alternativas. Los sindicalistas y activistas de los partidos que lo integraban en su creación ocuparon después la presidencia de algunos países de la región.

Desde Naciones Unidas, en el nuevo tablero geopolítico, surge un nuevo camino que abandona los recetarios y adopta metas cuantitativas para los 189 países miembros de las Naciones Unidas. Con estas metas, se daban por tierra con los ejes Norte Sur y Este Oeste. Se aplicarían a todos los países dichas metas a cumplir para el 2015. Habían sido previamente debatidas y avanzadas por la serie de cumbres internacionales convocadas por Boutros Boutros-Ghali desde la Secretaría General de Naciones Unidas.

En la Declaración del Milenio se recogen ocho objetivos referentes a la erradicación de la pobreza, la educación primaria universal, la igualdad entre los géneros, la mortalidad infantil, materna, el avance del VIH/sida y el sustento del medio ambiente. En 2015, dichos objetivos fueron ampliados como Agenda 2030 a 17 Objetivos de Desarrollo Sustentable con sus 169 metas y 231 indicadores para que cada país avanzara por su propia senda.

En la Agenda 2030 los derechos de las mujeres y las niñas quedaron reflejados de manera robusta a través del objetivo 5, referido a la igualdad de género y empoderamiento de las mujeres y las niñas, así como de una sólida transversalización de género en las metas e indicadores de la mayoría de los objetivos.

Sin embargo, la realidad de la pandemia llevaría a la ONU a postergar el objetivo de reducir la tasa global de pobres a menos del 3% hacia 2030 – que ya se encontraba comprometido antes de esta crisis – y a consensuar iniciativas que extiendan las redes de protección social y multipliquen las inversiones orientadas a formar y reconvertir la fuerza de trabajo.

En el caso de América Latina, que ya estaba experimentado bajas tasas de crecimiento desde el final del llamado super ciclo de *commodities* (2004-2014), ahora suma, con la pandemia, serios desafíos económicos, sociales y políticos. La crisis de salud ha exacerbado las desigualdades y la fragilidad de los sistemas sociales, además de poner en riesgo la estabilidad.

Debemos destacar que, con anterioridad a la pandemia, muchos analistas sostenían que en el trasfondo de estas metas se encierra un anhelo homogeneizador por el cual las metas de Occidente se postulan como las metas del mundo.

Pero fue la crisis de Estados Unidos y Europa del 2008 y el surgimiento de China lo que significó un cambio tectónico, tanto en la distribución del poder económico internacional, como en socavar el ideario neoliberal de raíz. En el contexto de la discusión sobre la crisis de globalización, surgieron tanto nuevas políticas como nuevos esfuerzos teórico-analíticos, más allá de metas cuantitativas universales.

En América Latina tuvo lugar un vasto debate teórico-conceptual sobre las estructuras y dinámicas del sistema político global, entendido de manera jerárquica, y especialmente sobre los mecanismos de contestación. La mayor rivalidad de grandes poderes y la mayor contestación de la sociedad civil a las consecuencias deletéreas del neoliberalismo fueron otras vueltas de tuerca en los debates sobre el desarrollo. Es obvio que una elección de política siempre excluye otras; privilegia las creencias e intereses de unos actores sobre otros y siempre acarrea consecuencias distributivas que reflejan determinadas constelaciones de poder social.

El auge y popularidad de los gobiernos progresistas que surgieron en América del Sur al inicio del siglo XXI, y sus políticas distributivas obtuvieron una ventana de oportunidad dado el precio internacional de las materias primas en virtud de la locomotora que ofrecía el crecimiento chino. Los gobiernos progresistas aprovecharon dicha ventana y aceptaron que sus economías fuesen proveedoras de materias primas y alimentos para la industrialización y urbanización china.

El triunfo de los gobiernos progresistas, también conocido como marea rosa, tuvo un importante apoyo inicial de los movimientos indígenas, ecologistas y feministas. Sin embargo, con el correr del tiempo se desataron fuertes conflictos. En algunos casos, los gobiernos descuidaron, y en otros se enfrentaron a los pueblos originarios en torno a la protección del medioambiente y los ecosistemas.

Durante el periodo Lula-Rousseff, en Brasil, no se cumplieron los acuerdos programáticos con el mundo rural, y se renunció a la Reforma Agraria. Se postergó a los trabajadores sin tierra en favor de los productores de madera y soja, quienes expandieron sus negocios con una política gubernamental que les entregó parte de la selva amazónica.

En Bolivia existieron serios conflictos con sectores indígenas como consecuencia de la extensión de concesiones petroleras y agroindustriales. Y en Ecuador, la relación de Rafael Correa con indígenas y organizaciones feministas terminó siendo extremadamente conflictiva. El centro del problema radicó en que los gobiernos atraídos por la locomotora china se vieron impedidos de trastocar

el modelo productivo-exportador. Y cuando cayeron los precios de esos productos, sus economías quedaron sin la locomotora que impulsaba el crecimiento, con impacto inmediato en lo social.

Así, se abrió el camino para el retorno de las derechas. Los casos de Brasil y Ecuador y, parcialmente, Argentina son elocuentes de esta realidad. En países como Venezuela y Nicaragua, en la práctica, se renunció a la democracia. Con la propagación de la pandemia, las perspectivas de consecuencias negativas duraderas para los ingresos de los hogares, la seguridad laboral y la desigualdad se han vuelto más desalentadoras. La CEPAL ha señalado que 30 millones de latinoamericanos, o más, podrían sumarse a la población en situación de pobreza.

Volviendo a las prácticas de los gobiernos progresistas, se cuestionaron las bases de la integración comercial en tanto había manifestación de la hegemonía neoliberal. En el marco de la integración y la cooperación regional, destacamos la propuesta del regionalismo poshegemónico<sup>5</sup>, el cual podría considerarse bajo la luz de los mecanismos de contra institucionalización por parte de países emergentes. El concepto alude a estructuras regionales de integración, en sentido amplio, con prácticas híbridas que resultan del desplazamiento de las formas dominantes de gobernanza neoliberal a través de la apertura comercial, y del reconocimiento de otras formas políticas de organización y gestión económica de bienes públicos regionales. La razón principal es la percepción política de que el modelo ideal presentado por el neoliberalismo sobre los acuerdos regionales no se ocupaba de las demandas latinoamericanas y que, por lo tanto, las características específicas de la región requerían un replanteamiento sobre su trayectoria y la apertura de nuevos caminos.

El regionalismo poshegemónico no solo sirvió como ejercicio de contra institucionalización, sino que también destacó las redes de cooperación en políticas de salud, migración y derechos sociales. Puso en relieve la gravitación de lo regional frente a lo global, la validez de un nuevo contrato social y que el Consenso de Washington en América Latina había encontrado un techo. En el regionalismo poshegemónico se requiere de una acción estatal más fuerte, que pasa a establecer un nuevo formato y nuevas directrices para la integración, más allá de los intereses del mercado global. Este nuevo momento de la integración en la región, modifica no solo el centro de la agenda, de los temas económicos a las cuestiones culturales, sociales y políticas, sino también la prioridad concedida, en la visión que informa su primer diagnóstico, a los agentes económicos privados, para atribuir a los Estados y a los “movimientos sociales” un papel relevante.

---

<sup>5</sup> Riggirozzi, Pia; Tussie, Diana (eds). (2012). *The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America*. United Nations University series on regionalism. New York: Springer.

## En pandemia

El mundo enfrenta ahora un futuro con riesgos, incertidumbres, agitación y una degradación climática sin precedentes.

En el marco del llamado G7 o Grupo de los 7 (foro de las siete economías muy industrializadas: Canadá, Francia, Alemania, Italia, Japón, Reino Unido y Estados Unidos formado con la caída del sistema de Bretton Woods en 1975), la pandemia dejó al desnudo la necesidad de un nuevo contrato social para reemplazar al vigente, que demostró ser desastrosamente incapaz de responder con eficacia a los grandes impactos económicos, ecológicos y epidemiológicos. En octubre de 2021 un panel de expertos del G7 fue sentido similar al argumentado en América Latina años antes, poniendo sobre el tapete que la necesidad de revitalizar el papel económico del Estado, implementar metas sociales, crear solidaridad a escala internacional y reformar la gobernanza mundial en pos del bien común.

Todo ello exige una relación radicalmente distinta entre los sectores público y privado para crear una economía sostenible, equitativa y resiliente. Mariana Mazzucato<sup>6</sup> argumenta que los gobiernos deben prepararse. En lugar de efectuar “correcciones reactivas sobre las fallas de mercado”, el Estado debiera actuar de modo proactivo creando los tipos de mercados que el desarrollo necesita.

En este eje radica la propuesta del llamado Consenso de Cornwall que refleja los compromisos expresados en la cumbre del G7 en Cornwall en junio de 2021. Mientras que el Consenso de Washington minimizó el papel del Estado en la economía y presionó a favor de una agresiva agenda de libre mercado, desregulación, privatización y liberalización comercial; el Consenso de Cornwall invertiría esos mandatos. Con la revitalización del papel económico del Estado, se permitiría implementar metas sociales, crear solidaridad a escala internacional y reformar la gobernanza mundial en pos del bien común.

Esto significa que para obtener subsidios e inversiones de las organizaciones estatales y multilaterales los beneficiarios estarían obligados a implementar una rápida descarbonización (en vez de una rápida liberalización del mercado, que exigen los préstamos del FMI para programas de ajuste estructural). A su vez, ello implica que los gobiernos pasarían de *reparar* – intervenir solo cuando el daño ya fue hecho – a *preparar*: actuar anticipadamente para protegernos de los riesgos e impactos futuros.

El consenso de Cornwall también nos llevaría de la corrección reactiva de las fallas de mercado a la modificación y creación proactiva de los tipos de mercados

---

<sup>6</sup> Ver: <https://www.project-syndicate.org/commentary/biden-lessons-from-us-moonshot-by-mariana-mazzucato-2021-04/spanish>.

que necesitamos para cultivar una economía verde. Nos llevaría a reemplazar la redistribución por predistribución. El Estado coordinaría asociaciones público-privadas orientadas a misiones para crear una economía resiliente, sostenible y equitativa. Tres de las recomendaciones más destacadas del consenso de Cornwall están vinculadas con la Covid-19, la recuperación económica pospandemia y la degradación climática.

En primer lugar, se exige que el G7 garantice la equidad en las vacunaciones a escala mundial, y que invierta sustancialmente en la preparación para pandemias y el financiamiento de la salud orientado a misiones. Para ello, es necesario un nuevo enfoque en la determinación de los derechos de propiedad intelectual, de manera de reconocer que el conocimiento es resultado de un proceso de creación de valor colectivo.

En segundo lugar, se sostiene que es necesaria mayor inversión estatal para la recuperación económica pospandemia. Y en respuesta al mayor de los desafíos – la crisis climática – se solicita un centro de investigación centrado en la descarbonización de la economía para concentrar la inversión pública y privada en proyectos ambiciosos, entre ellos, la eliminación del dióxido de carbono de la atmósfera y la creación de soluciones sin emisiones de carbono para sectores donde la mitigación es difícil o lenta, como el transporte terrestre, la aviación, el acero y el cemento.

Juntas proporcionan el andamiaje para construir un nuevo consenso mundial, una agenda de políticas para regir el nuevo paradigma económico que debe tomar forma.

También en América Latina despierta hoy un fuerte deseo por cambiar el modelo extractivista sobre el cual se ha sostenido el crecimiento y el desarrollo. Por ejemplo, en la Constitución del Ecuador de 2008 se reconoce a la naturaleza como sujeto de derechos. Si bien el rechazo al extractivismo antecede a la pandemia<sup>7</sup>, la misma le brinda renovado ímpetu. Es un movimiento que quiere proteger los recursos naturales, en lugar de explotarlos desmesuradamente a cambio de créditos y, a la vez, garantizar el acceso a servicios a todos los ciudadanos, no solo a los más ricos. Lo levanta la victoria de Gabriel Boric, presidente electo de Chile en 2021. Lo refleja la retórica del candidato puntero en Colombia, Gustavo Petro, quien propone crear un “frente antipetróleo”.

Lo representan grupos indígenas y activistas, pero también jóvenes en centros urbanos. En Perú, Pedro Castillo, propuso nacionalizar los recursos naturales,

---

<sup>7</sup> Ver: Acosta, Alberto. (2015). El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, n. 52 (2), p. 299-330.

no necesariamente aminorar su extracción, aunque luego de cinco cambios de gabinete en seis meses, su programa se manifiesta jaqueado. Por el contrario, en México, el presidente Andrés Manuel López Obrador no brinda apoyo a las energías renovables para darle ventaja al petróleo y al carbón. La protección del medioambiente y las luchas sociales dividen a las pujas por el desarrollo y se pintan por encima del espectro ideológico.

En sintonía con este apetito por un modelo nuevo, desprendido de metas cuantitativistas, el llamado consenso latinoamericano<sup>8</sup> propone políticas económicas, ambientales y sociales para impulsar a la región. Según José Antonio Ocampo, figura señera de dicho consenso hay dos ideas básicas: la primera es que hay que insertarse en el mundo de la ciencia y la tecnología en forma mucho más activa.

América Latina tiene, en promedio, un nivel de inversión en ciencia y tecnología que es una mínima fracción del nivel de la OCDE. El único país que supera el 1% del producto interno bruto (PIB) en investigación y desarrollo es Brasil. Los otros han estado muy por debajo, cuando la OCDE o China invierten 2% y los países líderes como Corea del Sur e Israel casi el 4%.

¿Cómo conectar ciencia y tecnología o investigación y desarrollo con desarrollo productivo? ¿Cuáles son las nuevas ramas productivas para desarrollar? Para Ocampo, ello no significa que hay que desligarse de los recursos naturales totalmente, porque América Latina es una región particularmente rica en recursos naturales. Lo que hay que ver es cómo usar las oportunidades.

Los metales como el cobre y el litio, por ejemplo, son importantes para las nuevas tecnologías y abundan en varios países andinos. En el caso de los productos agrícolas, nuestros países deben aspirar a insertarse en cadenas de productos alimenticios complejas con tecnologías muy avanzadas que pueden competir con productores de Estados Unidos. Colombia, por ejemplo, se ha dedicado a promover y expandir la exportación de cafés especiales mucho más controlados por calidad, por insumos ecológicos, y tienen un precio mucho mayor en los mercados internacionales<sup>9</sup>.

Asimismo, muchas de esas cadenas productivas, según se sostiene, deben ser desarrolladas regionalmente. En lugar de, por ejemplo, ser procesadores de productos de insumos que venden a China u otros países asiáticos, para exportar a EEUU, se puede vender a nuestros propios mercados. El mercado latinoamericano, en su conjunto, es un mercado muy grande. En el caso de sectores

<sup>8</sup> Ver: <https://iberoame.usal.es/wp-content/uploads/2020/09/Consenso-Latinoamericano-2020.pdf>

<sup>9</sup> Disponible en: <https://www.eltiempo.com/opinion/columnistas/jose-antonio-ocampo/el-consenso-latinoamericano-2020-columna-de-jose-antonio-ocampo-529816>.

manufactureros o servicios con mayor contenido tecnológico hay oportunidades grandes. El consenso latinoamericano hace hincapié en la alta desigualdad de ingresos y de la riqueza que sufre la región. Para ello se debe atender la política social, por una parte, y también la estructura tributaria para que haya una redistribución mucho más fuerte por la vía fiscal.

Por último, América Latina tiene la tarea del cambio climático que, además, es una oportunidad productiva importante. Todos los nuevos sectores asociados a las tecnologías limpias en materia energética son una oportunidad inmensa de poder desarrollar América Latina, que tiene el mayor número de países megadiversos del mundo. Entonces, la protección de la diversidad y de nuestros bosques nativos en Sudamérica debe ser una prioridad.

El pago por los servicios ambientales mundiales es un tema que todavía está pendiente de la agenda. En este sentido, se puede avanzar en seguros universales por desastres naturales. La propuesta de Barbados es que haya un seguro universal para países que pierdan por encima del 4% de su PIB en un desastre natural. Actualmente esos costos los pagan los gobiernos nacionales, pero muchos países no tienen esa magnitud de recursos.

Cabe destacar, en esta línea de reflexión, que no pueden quedar ausentes los postulados feministas de una economía orientada al cuidado de la vida, basada en la cooperación, complementariedad, reciprocidad y solidaridad. Estas concepciones son relevantes para las mujeres y para la sociedad en su conjunto, como parte de un proceso de construcción colectiva, de una nueva forma de organizar la vida. Exigen nuevos acercamientos feministas en donde se diluciden y se cristalicen los conceptos de autonomía, soberanía, dependencia, reciprocidad y equidad<sup>10</sup>. El nuevo “Plan feminista” de ONU Mujeres ofrece una hoja de ruta visionaria y práctica para poner la igualdad de género, la justicia social y la sostenibilidad en el centro de la recuperación y la transformación.

## **A modo de cierre: el desarrollo en una época poshegemónica**

Más allá de las especificidades nacionales, la lucha contra el extractivismo y en favor de la diversificación productiva, junto a políticas sociales universales son las condiciones materiales para potenciar nuestras economías, favorecer el empleo decente y reducir las desigualdades. Al mismo tiempo, el feminismo y la defensa de la diversidad sexual son ineludibles para un nuevo proyecto de desarrollo en los países de la región, como lo es también la defensa de los pueblos originarios,

<sup>10</sup> Ribeiro Hoffmann, Andrea. (2019). Women in Leadership in Latin American Regionalism. *Desafíos*. Bogotá (Colombia), n. 31(1), p. 349-362.

junto a la protección del medioambiente y los ecosistemas. La propuesta pragmáticamente integradora de Boric en Chile – país paradigma del neoliberalismo – puede inaugurar una nueva era.

América Latina está viviendo un momento complejo y de profundos desafíos, en un contexto geopolítico inestable, con hegemonías multidireccionales en pugna. Esto se vio en la provisión de vacunas chinas y rusas con celeridad, y se extiende a una multiplicidad de temas comerciales, financieros, tecnológicos y de seguridad y defensa. Estados Unidos y China, son plataforma de la mayor intensidad comercial internacional recíproca en el mundo: sus exportaciones recíprocas equivalen al 10% de todas las exportaciones mundiales y ninguna relación comercial en el mundo suma un importe mayor.

Con el telón de fondo de una nueva guerra en Ucrania, Xi Jinping y Vladimir Putin se reunieron en febrero del 2022 en Beijing en la ocasión de los Juegos Olímpicos de Invierno, boicoteados por Estados Unidos. Emitieron la “Declaración conjunta de la Federación Rusa y la República Popular China sobre las relaciones internacionales en una nueva era y el desarrollo global sostenible” que sus equipos venían redactando desde hace meses. Así como se sostiene el rol central de la Organización de las Naciones Unidas, se alude al nuevo orden mundial que se está construyendo al mismo tiempo dentro y fuera de las instituciones que gobernaron el viejo. De este modo, la transición se anticipa pragmáticamente, combinando viejas y nuevas prácticas e instituciones para atender y resolver problemas específicos hasta ahora no previstos, aunque todavía en medio de un gran desorden. Para contrarrestar la influencia de China y Rusia a nivel global, Estados Unidos promueve, a su vez, la llamada Alianza para la Democracia, tachada por Rusia y China como producto de la mentalidad de la Guerra Fría.

Cumplir los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas adoptados en 2015 ya iba a ser difícil con los acuerdos de gobernanza mundial predominantes, pero ahora, después de una pandemia que llevó a las capacidades estatales y de los mercados más allá del punto de quiebre, la tarea se tornó imposible.

La actual situación de crisis hace que un nuevo consenso mundial sea fundamental para la supervivencia de la humanidad en este planeta. La Covid-19 nos permite entrever los problemas trascendentales de acción colectiva que enfrentamos. Solo la cooperación y coordinación internacional renovada de las capacidades estatales ampliadas – un nuevo contrato social avalado por un nuevo consenso – puede prepararnos para abordar las crecientes crisis entrelazadas que nos aguardan. Porque vale recordar aquello que Homero puso en boca de Zeus tres milenios atrás: son los seres humanos, y no los dioses, los culpables de tanto mal y locura.

# Oportunidades y desafíos del gobierno de Gustavo Petro y Francia Márquez

Alejandro Mantilla Quijano<sup>1</sup>

## Breve caracterización de la situación colombiana: crisis del orden político tradicional

Colombia no había tenido en su historia, – ni en la reciente, ni en perspectiva de larga duración –, un gobierno de izquierda, progresista o populista<sup>2</sup>. El núcleo del régimen político se ha basado en la continuidad del poder político tradicional, expresado en los partidos liberal y conservador, que ha controlado los sucesivos gobiernos, con una constante estabilidad casi sin parangón en la región. Sin embargo, ese marco de estabilidad política se ha combinado con una violencia constante en la sociedad colombiana. Los enfrentamientos entre centralistas y federalistas tras la independencia abrieron paso a las pugnas entre liberales y conservadores en la segunda mitad del siglo XIX, conflicto que llegó a su cenit en la *Guerra de los mil días* (1899-1902) y a las tensiones partidistas posteriores al final de la larga etapa de hegemonía conservadora (1886-1930). Tales tensiones degeneraron en el período conocido como *La Violencia*, un cruento enfrentamiento desplegado a mediados del siglo XX (1946-1957) que diseminó el conflicto armado a escala nacional, degradó la guerra y preparó el terreno para el surgimiento de las guerrillas de vocación revolucionaria tras la Revolución cubana y las operaciones contrainsurgentes promovidas desde Estados Unidos. En suma, la historia política colombiana ha conjugado, paradójicamente, estabilidad institucional, continuidad del poder político tradicional y una permanente violencia.

La violenta estabilidad política se ha combinado con estabilidad macroeconómica. A diferencia de otros países de la región, Colombia no ha tenido graves episodios de estancamiento económico, ni de hiperinflación. No obstante, esa estabilidad ha convivido con una constante desigualdad en la distribución

---

<sup>1</sup> Licenciado y Magíster en Filosofía de la Pontificia Universidad Javeriana, con estudios de Doctorado en Filosofía en la misma universidad. Es integrante del Grupo Permanente de Alternativas al Desarrollo impulsado por la Fundación Rosa Luxemburgo, e integrante del equipo editorial de la Revista La Siniestra. Ha asesorado organizaciones sindicales y campesinas, y ha sido profesor de cátedra del Departamento de Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia. Integra el equipo de trabajo sobre interferencia de la industria y captura corporativa del Colectivo de Abogados.

<sup>2</sup> La única excepción en los dos siglos de vida republicana es la corta presidencia de José María Melo, que gobernó entre el 17 de abril y el 4 de diciembre de 1854.

del ingreso, los activos financieros y la propiedad de la tierra. En ese contexto, las contrarreformas neoliberales aplicadas desde inicios de los años noventa profundizaron la desigualdad, sin generar graves alteraciones en el comportamiento económico (con una breve excepción a finales de esa década con una pasajera crisis del sistema financiero). El inicio del siglo coincidió con un giro extractivista propiciado por los altos precios de las materias primas, en especial la minería metálica, de carbón, los hidrocarburos y los agrocombustibles. El neoliberalismo colombiano tiene la particularidad de haber convivido con una poderosa presencia del narcotráfico y el crimen organizado. Esto no solo configura su economía, también perfila diversas prácticas y configuraciones culturales en Colombia.

El peso del narcotráfico desde la década de los años setenta hasta hoy ha sido un catalizador para un régimen político profundamente violento y definido por marcadas relaciones clientelares. Con la llegada de nuevos empresarios de drogas proscritas se hicieron más complejos dos rasgos del régimen. Por un lado, al conformar grupos de seguridad y colectivos armados para proteger sus negocios, entraron nuevos actores que extendieron aún más la violencia; el origen del proyecto paramilitar en los años ochenta no puede concebirse sin la decidida participación de los capos del narcotráfico, así como no puede entenderse el fortalecimiento insurgente sin el cobro de tributos a la siembra de coca y la producción de narcóticos. Por otro, el narcotráfico permitió una nueva etapa en las relaciones políticas clientelares, al permitir la entrada de cuantiosos recursos a las campañas electorales, e incluso propiciar la participación política directa (Escobar, Lehder) o indirecta (vía financiación de partidos o líderes políticos) de los capos del narcotráfico.

Tales rasgos han tenido como una de sus consecuencias la constante represión de los movimientos sociales de oposición. En efecto, a inicios del siglo XXI, Colombia era el país más peligroso para la actividad sindical, sumando al menos 3.240 sindicalistas asesinados<sup>3</sup> entre 1987 y 2020. En los últimos años ha sido el país más peligroso para los ecologistas y ambientalistas; en 2020, 65 de los 227 asesinatos de ambientalistas registrados en todo el mundo se produjeron en Colombia<sup>4</sup>. Tales atentados contra los movimientos sociales han sido una constante en la historia del país, con una peculiaridad crucial: ocurren en democracia, sin interrupción constitucional, ni golpes militares, ni estado de excepción, teniendo en cuenta que la última dictadura terminó en 1957. Es suma, Colombia ha tenido una democracia profundamente represiva.

<sup>3</sup> “El país de los 3240 sindicalistas asesinados”. Disponible en: <https://ail.ens.org.co/informe-especial/el-pais-de-los-3-240-sindicalistas-asesinados/>.

<sup>4</sup> “Colombia vuelve a ser en 2020 el país más peligroso para los ecologistas”. Disponible en: <https://elpais.com/internacional/2021-09-13/colombia-vuelve-a-ser-en-2020-el-pais-mas-peligroso-para-los-ecologistas.html>.

La victoria de Gustavo Petro y Francia Márquez es resultado de recientes fisuras que han resquebrajado esa continuidad política. Tras una recomposición de la movilización social que fortaleció la agencia del movimiento campesino, indígena y estudiantil, la firma del acuerdo de paz entre el gobierno nacional y las FARC-EP, las investigaciones penales sobre Álvaro Uribe Vélez (el político más relevante en lo corrido del siglo XXI) y la impopularidad del gobierno de Iván Duque, los estallidos sociales de finales de 2019 y mediados de 2021 redefinieron la vida política en Colombia. Esa recomposición de los movimientos sociales ha generado potentes expresiones de oposición y de movilización a escala nacional. En los últimos dos años esa movilización se complementó con la emergencia de movimientos autoconvocados, sobre todo urbanos, auténticos protagonistas de las movilizaciones más recientes. Entonces, junto a la recomposición de los movimientos sociales tradicionales, asistimos a la emergencia de nuevas experiencias de movilización urbanas y juveniles. A ello se suma una evidente torpeza de los dirigentes liberales tradicionales de la derecha, muy especialmente en el gobierno de Iván Duque, que no pudieron responder a la crisis social y a la gestión del Estado. La movilización de 2021 fue la más larga en el tiempo, la más extensa en el espacio, la que logró vincular el mayor número de actorías sociales y la que mostró la mayor diversidad de repertorios en la protesta. El estallido logró modificar las estructuras de sentimiento en la sociedad colombiana, socavando los patrones de la hegemonía tradicional.

Las elecciones de 2022 expresaron esa crisis del poder tradicional, permitiendo el surgimiento del *Pacto Histórico*, una coalición de izquierdas encabezada por Gustavo Petro que terminó ganando las elecciones del año 2022. Aunque Petro encabezó desde el inicio todas las encuestas electorales, lo cierto es que siempre hubo fuertes tensiones al interior de la coalición de centro izquierda. Además, aunque la derecha tradicional tenía problemas de liderazgo, mantuvo siempre gran margen de maniobra desde la gestión del Estado, de manejo del clientelismo y, en algunos sectores, de alianzas con el paramilitarismo. Todos esos factores siguen vivos en la sociedad colombiana, junto a un narcotráfico muy dinámico. La incertidumbre fue inmensa hasta el último momento. El nuevo gobierno de la izquierda estará muy amenazado por la continuidad de todos estos factores de poder: el narcotráfico, el paramilitarismo, los poderes locales tradicionales.

## **Incertidumbres**

Esta situación de crisis es algo anormal en la dos veces centenaria historia política republicana. Como menciona José Mauricio Domínguez en su artículo (en este volumen), hay algunas izquierdas anacrónicas: verticales, instrumentales

y consecuencialistas (creen que no pueden salir del gobierno). Esos problemas también marcan el panorama político en Colombia. La coalición política detrás del *Pacto Histórico*, compuesta por cerca de 14 fuerzas políticas y movimientos sociales, es muy diversa, multicolor, formada por partidos indígenas, de izquierda tradicional, nuevos movimientos ciudadanos, movimientos ambientalistas; todo eso condimentado con un agudo personalismo. Sin duda, el peso del caudillismo en América Latina ha sido históricamente muy grande; algo que se expresó claramente en las izquierdas de la *marea rosada*. En ese marco, la coalición colombiana tiene muchos actores políticos, pero existe la innegable centralidad del carisma de Gustavo Petro. Y eso es una limitación. Aunque despierta posibilidades, pues el magnetismo en tiempos electorales, el magnetismo caudillista, es sin duda necesario para el triunfo en los comicios, pero, al mismo tiempo, puede generar graves dificultades en la práctica de gobierno, en la democratización de las izquierdas en Colombia. Hay posibilidades y límites; pero en el marco de las experiencias recientes de las izquierdas en América Latina, hay razones para la preocupación: en Colombia hay más personalismo que coalición.

Por otro lado, la izquierda en Colombia tiene tantos rasgos anacrónicos como las de toda la región. Marquemos apenas un ejemplo. Sabemos que el movimiento feminista está oxigenando muchos debates políticos en el país. Pero, curiosamente, los líderes del *Pacto Histórico* han manifestado mucha ambigüedad frente al movimiento feminista; hay una constante estigmatización del liderazgo feminista, cuyas críticas al liderazgo nacional de la izquierda han motivado que sean acusados de ser “liderazgos neoliberales”. Algunos voceros políticos varones distinguen entre un feminismo popular, políticamente correcto, en acuerdo con la izquierda, y se apropian discursivamente de dicho feminismo popular, lo que refleja no solo el verticalismo, sino la dificultad para tejer en la diversidad de lo que hoy representan las izquierdas contemporáneas. En síntesis, el excesivo personalismo se complementa con el ansia de domesticar opiniones y críticas desde las variadas izquierdas actuales, alternativas, reacias a encuadrarse con ese liderazgo personalista. Es algo que hemos visto en otros países, en Ecuador, en Argentina, y mucho más gravemente, en Nicaragua y Venezuela.

Otro factor de incertidumbre sobre lo que puede hacer en el gobierno esta nueva coalición de centro izquierda proviene del hecho que los partidos no comprenden las direcciones en que se mueven las sociedades. Hay una crisis del sistema de partidos. Las disputas electorales, las disputas entre partidos, muchas veces van en otro carril frente a las movilizaciones sociales. Reitero: las movilizaciones de los últimos tres años han significado la

emergencia de expresiones urbanas y juveniles inéditas en décadas pasadas. Su característica es que son expresiones mucho más “anti” que “pro”. Es decir, buena parte de las movilizaciones en Colombia fueron ante todo un rechazo al uribismo, al gobierno, a veces al modelo neoliberal, pero fueron mucho menos *pro izquierda* o *pro Pacto Histórico*. Se trata de un desafío gigantesco: muchas de las expresiones de la movilización tienen muy claro a lo que se enfrentan, lo que rechazan, a lo que se oponen, pero no tienen clara cuál sería el referente, el sentido del cambio positivo que permitiría lograr una transformación en Colombia. No olvidemos que muchas expresiones del descontento popular pueden ser canalizadas por el centro político, lo que podríamos llamar “neoliberalismo dialogante”, o incluso por versiones conservadoras de derecha, como la que expresó el candidato Rodolfo Hernández, de la “Liga Anticorrupción”. Esa inestabilidad de las adhesiones políticas “positivas” es una parte del ambiente de incertidumbre política futura.

Finalmente, tenemos también una incertidumbre programática. Todavía no hay plena claridad del perfil del cambio programático que puede ofrecer el *Pacto Histórico* y el gobierno de Gustavo Petro. La primera posibilidad es una acentuación del “consecuencialismo”. Esto se podría traducir en una suerte de programa muy moderado que calme los mercados, que calme a la derecha, que calme incluso a los sectores más extremos del paramilitarismo colombiano. Se trataría de un manejo del Estado con menos corrupción, con formas más democráticas, en términos clásicos de la democracia liberal, es decir, un cambio que combate algunas mafias pero que no afecte en esencia el modelo económico dominante que acentúa las desigualdades.

Una segunda posibilidad es que tengamos algo muy similar a lo que vimos al inicio del siglo XXI durante la *marea rosada*. Un mayor gasto social para superar la pobreza, pero sin afectar la desigualdad. Una tercera posibilidad, podría ser un compromiso más radical con la redistribución de activos en Colombia; una serie de pasos en favor de una transición más allá del extractivismo, más allá del neoliberalismo, que también apueste por la solución política del conflicto armado. Sería el mejor escenario.

Entonces para resumir, hay mucha esperanza en Colombia, pero al mismo tiempo hay señales de la repetición de patrones preocupantes que ya hemos visto en otros momentos en la región, con otras izquierdas del continente. El resultado es un optimismo moderado.

\*\*\*

La incertidumbre no concierne solo a la moderación del programa político, sino cuál podría ser la perspectiva de transformación a largo plazo. No es tanto un problema que tengamos un programa moderado, pero sí que tengamos incertidumbre programática. A veces parece más importante llegar al gobierno que saber cuál sería el perfil de ese posible gobierno. Se trata entonces de la construcción de horizontes y de sentidos en los proyectos de sociedad.

No es suficiente controlar el Estado; es necesario saber qué tipo de cambios necesita el Estado. Eso es mucho más apremiante en un Estado como el colombiano, que ha sido corporativo, neoliberal, extractivista, mafioso, permeado por el narcotráfico. Si llegas a controlar ese Estado, y supones que es suficiente manejar ese Estado de forma distinta, sin hacer cambios institucionales, no habría posibilidades de una transformación ni a mediano ni a largo plazo. El punto máximo de la moderación sería la incertidumbre programática que tenemos.

En Colombia tenemos el “factor centro”. La extrema polarización de otros países, en Colombia se compensa porque hay tres polos, no dos. Junto al uribismo y el centro izquierda, tenemos el “neoliberalismo dialogante” del centro. A diferencia de Perú, donde la acusación ha sido ante todo del “terruqueo”, la estrategia de derechas para impedir la llegada del partido de Gustavo Petro al gobierno fue la acusación de “castrochavismo”. En síntesis, estamos en un momento de combinación de esperanza e incertidumbre. Esperanza porque, en efecto, tenemos la posibilidad en Colombia de transformar una larga historia de continuidad de violencia, desigualdad, neoliberalismo y extractivismo. Al mismo tiempo, convivimos con la incertidumbre propia de las limitaciones propias de las mismas izquierdas.